

CIBELE DALINA PIVA FERRARI

**A CULTURA ESCOLHAR DEHONIANA EM CORUPÁ/SC (1932-2001):  
TESSITURAS INTERDISCIPLINARES SOBRE O PATRIMÔNIO  
EDUCATIVO**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) – como um dos requisitos para conferir grau de doutora, sob orientação do Professor Dr. Celso João Carminati, linha de pesquisa História e Historiografia da Educação.

FLORIANÓPOLIS

2018

F375c Ferrari, Cibele Dalina Piva

Cultura escolar dos dehonianos em Corupá/SC (1932-2001): tessituras interdisciplinares sobre o patrimônio educativo / Cibele Dalina Piva Ferrari. - 2018.

134 p. il.; 29 cm

Orientador: Celso João Carminati

Bibliografia: p. 129-134

Tese (Doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

1. Educação - História. 2. Cultura. 3. Patrimônio cultural - Santa Catarina.  
I. Carminati, Celso João. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD: 370.9 - 20.ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Alice de A. B. Vazquez CRB14/865  
Biblioteca Central da UDESC

# CIBELE PIVA FERRARI

## A Cultura Escolar Dehoniana em Corupá – SC (1932-2001): Tessituras Interdisciplinares sobre o Patrimônio Escolar

Tese julgada adequada para obtenção do Título de Doutor/a em Educação junto ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 16 de julho de 2018.

### Banca Examinadora:

Presidente/a:

Profº Dr Celso João Carminati  
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Membro:

Profª Drª Giani Rabelo  
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Membro:

Profª Drª Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes  
Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

Membro:

Profª Drª Maria Teresa Santos Cunha  
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Membro:

Profª Drª Vera Lúcia Gaspar da Silva  
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC



*Dedico este trabalho aos meus três filhos: Daniel, que em sua  
breve passagem me transformou profundamente;  
João Filipe, meu bebê arco-íris, razão de tudo; e ao Fernando  
que chegou surpreendendo meu coração, marcando essa fase  
final de doutoramento e a reconstrução de projeto de vida.*



## AGRADECIMENTOS

Essa é realmente a última coisa que escrevo na tese. Em parte porque por diversas vezes achei que não seria possível, e em outra parte porque tenho tanto a agradecer! Se cheguei, foi porque tive apoio de todas as maneiras e origens. Sei que esse apoio todo foi obra de Deus e à ele dedico minha vida e minha gratidão.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc, que aceitou o meu ingresso e proporcionou experiências diversas que enriqueceram muito meu processo de doutoramento. Agradeço à professora Dra. Ademilde Sartori seu auxílio na reta final, cheia de emoções.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes por, mais uma vez, financiar a minha pesquisa com bolsa integral. Nos últimos seis meses concluí a tese paralelamente ao desenvolvimento das minhas atividades docentes, e tive a certeza de que sem a bolsa eu não teria conseguido. Que num futuro próximo a pesquisa no Brasil volte a ser valorizada e estimulada com financiamentos como o que recebi.

Agradeço imensamente ao professor Dr. Celso João Carminati, que me ensinou muito sobre bondade, sabedoria, dignidade, empatia e disponibilidade. Ao mesmo tempo que ensinou sobre articulação teórica, política e traquejo no ambiente acadêmico. Levo como lição a sua capacidade de ser um profissional reconhecido, atuante politicamente dentro e fora do ambiente acadêmico, e que ainda encontra tempo para viver como filósofos como Epicuro recomendaram. Palavras não expressão minha gratidão, mas o seu legado seguirá comigo por onde eu for.

Agradeço às professoras que compuseram minha banca de qualificação – Professora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, Profa. Dra. Giani Rabelo, Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha e Profa. Dra. Gladys Teive. Vocês são referências para mim, professoras e pesquisadoras que me inspiram muito! Obrigada por tornarem esse trabalho possível com a suas considerações, com o seu acolhimento no processo da qualificação. Estendo esse agradecimento à Profa. Dra. Vera Gaspar da Silva, primeira professora que tive contato no PPGE e que me encantou com a sua paixão por História da Educação e que topou integrar a banca de defesa. À todas vocês meu agradecimento por contribuírem com o meu processo

formativo não apenas nessas etapas, mas há anos. Em especial à professora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, grande inspiração há muitos anos – sua força de viver, seu profissionalismo e sua dedicação à História impactam minha vida. Gratidão por estar comigo em mais esse momento.

Agradeço aos demais membros do Corpo Docente do PPGE e aos funcionários da Udesc por possibilitarem o desenvolvimento de todos os processos pelos quais passamos na Pós Graduação. Agradeço aos colegas e aos amigos e amigas com quem compartilhei esse período intenso da minha vida. Corro o risco de ser injusta, mas gostaria de agradecer às amigas e amigos que fiz nesse espaço e que têm minha gratidão: Rosiane, Maristela, Deisi, Kamila, Elizane, Graziela, Giani, Tânia, Cristiani, Aldemir e Marcelo – vocês tornaram tudo melhor, e quando pesou, me seguraram. Gratidão infinita pela amizade que desenvolvemos nesse período e por vários de vocês estarem presentes nessa fase final. Aos amigos de longa data e que o PPGE aproximou, Douglas Leutprecht e Fernando César Sossai, minha gratidão também. Ao Sossai pelas inúmeras caronas, pelo apoio e torcida, bem como pela companhia e pelos conselhos. Ao Douglas, meu interlocutor favorito e dono de uma bondade sem tamanho, só me cabe dizer que isso não finda aqui – seguimos na parceria, em outros espaços profissionais, com outras funções e aprofundando os laços de amizade.

Agradeço à Ordem dos Dehonianos, em especial aos membros e funcionários com os quais tive contato em Brusque e Corupá, por tornarem essa pesquisa possível. Em especial ao Pe. Nilson Helmann, Joice Letícia Jablonski e Bruna Elisa Winter, gratidão pelo apoio, por aceitarem e me auxiliarem no desenvolvimento da pesquisa de campo, dando acesso aos documentos nos quais fundamento essa tese. Levarei comigo o legado que tanto falo nesse trabalho.

Agradeço à minha família, por todo o apoio, pelo suporte com o João, a torcida e as orações para que esse momento chegasse. Gratidão por compreenderem minhas ausências e meus momentos difíceis, por serem amparo e fortaleza sempre que preciso. Agradeço ao Filipe, e aqui me faltam palavras – foram tantos os sacrifícios, tantas as madrugadas, tantos os momentos tensos e difíceis vividos nos últimos anos. Só posso agradecer a Deus por ter nos fortalecido e nos mantido unidos apesar das adversidades pessoais e profissionais que os últimos anos nos trouxeram, e por todas as vezes em que o fim não foi uma possibilidade. Nossa história continua, frutificou e frutificará, e debaixo da mão de Deus seguiremos conquistando nossos sonhos e vencendo o que aparecer.

Agradeço também às amigas e aos amigos que acreditaram e torceram por mim, que me apoiaram emocionalmente em todas as vezes que procurei abrigo – e encontrei. Em especial aos que marcaram esses anos de doutorado: Fernanda Borba, Daiane, Alyne, Gláucia, Priscila Gonçalves, Priscila Trierweiler, Débora, Fernanda Possamai, Camila Diane, Rebeca, Alice, Patrícia, Ana Carolina, Irma, Jacqueline, Ketlyn Cristina, Karin, Talita, Marla, Sara Silva, Maikon e Douglas Neander, entre outros que a memória e a pressão pela finalização do texto me fazem esquecer injustamente – a vocês minha gratidão por todos os momentos que compartilhamos, por terem me amparado nos momentos difíceis e estarem presentes nos de celebração. À Ana Carolina gratidão por, além de grande amiga, ser minha revisora e fazer com que minhas ideias se tornem mais inteligíveis e agradáveis de serem lidas. À Elfi Gabriela e Elisa, minha gratidão pelas noites em que me acolheram em suas casas em Florianópolis, e pelas décadas que nos unem. Agradeço à memória da Professora Adriane Schroeder que estendeu seu ombro amigo de forma incondicional em muitos momentos no decorrer dos últimos anos, até quando nos deixou – às vésperas de defender seu tão sonhado doutorado.

Agradeço às três instituições às quais estou ligada atualmente – UNISOCIESC, Colégio Conexão e Colégio Machado de Assis pelas oportunidades e pela compreensão nessa etapa final. Agradeço ainda ao Tiago Murilo Mafra que cedeu as imagens aéreas do Seminário Sagrado Coração de Jesus, que ilustram esse trabalho e auxiliam os leitores a compreender a magnitude do espaço construído pelos dehonianos em Corupá – e que, como poderão ler a seguir, vai além do físico. Gratidão também às psicólogas Priscila Cardoso e Solange Moro que me auxiliaram de maneira imensurável, e ajudaram a tornar possível processos de autodescobertas, aceitações, bem como de fortalecimento para a conclusão desse trabalho.

Com a possibilidade de ter esquecido alguém, finalizo agradecendo aos leitores desse trabalho, desejando que produza frutos e seja socialmente relevante.

Gratidão!



*“Por isso eu pergunto  
A você no mundo  
Se é mais inteligente  
O livro ou a sabedoria*

*O mundo é uma escola  
A vida é o circo  
‘Amor: palavra que liberta’  
Já dizia o profeta”  
(Marisa Monte)*



## RESUMO

Esta tese apresenta um estudo de caso que tomou por objeto a trajetória dos dehonianos em Santa Catarina, a partir da categoria de análise da cultura escolar. A ordem dos dehonianos é uma congregação católica que, atualmente, está presente em mais de 40 países e chegou a Santa Catarina em 1903, com o intuito missionário de educar os filhos dos colonos do Sul do Brasil. A ordem foi fundada pelo padre francês Léon Dehon (1843-1925), que também era sociólogo e advogado, além de defensor da participação social da igreja, da formação dos sacerdotes, da prática de missão e devotado ao Sagrado Coração de Jesus. Essa pesquisa procurou por meio de um estudo de caso, evidenciar aspectos da cultura escolar dos dehonianos no Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá, no período em que o Seminário Sagrado Coração de Jesus funcionou como instituição de ensino básico (1931-2002), com o objetivo de discutir o conceito de patrimônio educativo. O estudo de caso foi desenvolvido a partir da análise da historiografia da ordem dos dehonianos e da coleta de documentos escritos e iconográficos nos acervos da ordem nas cidades de Brusque e Corupá. A análise de documentos abrangeu os documentos normativos, no entrecruzamento desses com as demais fontes, procurando perceber nos documentos as representações que forjaram nas práticas escolares o *ethos* dehoniano em Corupá. Por meio deste estudo, foram compostas tessituras interdisciplinares entre os campos da História da Educação e do patrimônio cultural, que possibilitaram a compreensão de que a cultura escolar é um patrimônio educativo, que encontra suporte na materialidade, mas que se apresenta em saberes, representações e cultura partilhada de forma simbólica. O estudo da cultura escolar dos dehonianos possibilitou identificar os modos de pensar e agir difundidos por meio dos processos formais de escolarização, que retornam para a sociedade por meio do trabalho dos seus egressos. Formando, assim, o *ethos* dehoniano, que pode ser percebido como patrimônio imaterial. Esse conjunto de costumes, valores e representações sociais dos dehonianos foi objetivado por meio das práticas desenvolvidas, tendo se materializado nos espaços, nos objetos, nos documentos, no conjunto de bens simbólicos e na forma de se comunicar da Escola Apostólica Sagrado Coração de Jesus. Por fim, o estudo desenvolvido possibilitou que novas questões fossem suscitadas a partir do exposto, indicando caminhos para desdobramentos dessa pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ethos Dehoniano; Cultura Escolar; Patrimônio Educativo; História da Educação.



## ABSTRACT

This thesis presents a study case that took as object the trajectory of the dehonians in Santa Catarina, from the category of analysis of School Culture. The Order of the Dehonians is a Catholic congregation that is present today in more than 40 countries and arrived in Santa Catarina in 1903, with the missionary intention of educating the children of the settlers of the South of Brazil. The order was founded by French priest Léon Dehon (1843-1925), who was also a sociologist and lawyer, as well defender of the church's social participation, formation of priests, practice of mission and devotion to the Sacred Heart of Jesus. Funded by Capes, this research sought, through a study case, to highlight aspects of the School Culture of the dehonians in the Sacred Heart of Jesus Seminary in Corupá, during the period in which the Sacred Heart of Jesus Seminary worked as an institution of basic education (1931 -2002), with the purpose of discussing the concept of school heritage. The analysis covered the normative documents, in the intersection of these with the other sources, trying to perceive in the documents the representations that forged in the school practices the Dehonian ethos in Corupá. Through this study, interdisciplinary theses were composed between the fields of History of Education and Cultural Heritage, which made it possible to understand that School Culture is a school property, which finds support in materiality, but which presents itself in knowledge, representations and culture in a symbolic way. The study of the school culture of the dehonians made it possible to identify the ways of thinking and acting diffused through the formal processes of schooling, which return to society through the work of its graduates. Thus forming the Dehonian ethos, which can be perceived as immaterial patrimony. This set of customs, values and social representations of the Dehonians was objectified through the practices developed, materialized in the spaces, in the objects, in the documents, in the set of symbolic goods and in the way of communicating of the Sacred Heart of Jesus Apostolic School. Finally, the study developed allowed new questions to be raised from the above, indicating ways to unfold this research.

**KEYWORDS:** Dehonian ethos; School Culture; Educational Heritage; Education History.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista aérea do Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá .....	59
Figura 2 – Seminário Sagrado Coração de Jesus .....	60
Figura 3 – Acervo exposto atualmente no Museu Irmão Luiz Gartner .....	61
Figura 4 – León Dehon .....	65
Figura 5 – Cerimônia de benção da pedra fundamental da EASCJ, 1929 .....	75
Figura 6 – Localização de Corupá .....	79
Figura 7 – Collegio Sagrado Coração de Jesus, em Brusque .....	81
Figura 8 – Cartão postal criado a partir da planta do seminário .....	82
Figura 9 – Pe. Geraldo Spettman e os primeiros alunos da EASCJ em 1932 .....	83
Figura 10 – Registro da capela no ano de sua inauguração, 1956 .....	85
Figura 11 – Foto do seminário em 1973, período de grande auge .....	86
Figura 12 – Jardim do Seminário de Corupá .....	87
Figura 13 – Vista aérea da capela do Seminário Sagrado Coração de Jesus .....	88
Figura 14 – Propaganda do Seminário .....	95
Figura 15 – Capa do periódico Eco dos Seminários de junho de 1951 .....	96
Figura 16 – Enxoaval constante no prospecto de admissão .....	97
Figura 17 – Grade Curricular – EASCJ, 1978-1982 .....	100
Figura 18 – Passeio de estudos ao Braço Esquerdo, 1936 .....	101
Figura 19 – Exposições de Orquídeas, 1972 .....	102
Figura 20 – Fábrica de Lajotas, 1973 .....	103
Figura 21 – Colheita do aipim, 1932 .....	103
Figura 22 – Dormitórios – sua organização era tarefa dos seminaristas .....	105
Figura 23 – Registro do Relatório de 1976 .....	106
Figura 24 – Horário Geral da Casa, 1982 .....	107
Figura 25 – Relatório de Desempenho, abril de 1982 .....	108
Figura 26 – Comparativo de desempenho março x abril de 1932 .....	108
Figura 27 – Reunião do corpo docente em 1951 .....	110
Figura 28 – Pauta de reunião docente, março de 1983 .....	111
Figura 29 – Capa do livro de atas do Grêmio Estudantil Paulo VI, 1986 .....	113
Figura 30 – Excerto do Regimento do Centro Cívico .....	114
Figura 31 – Exposição do Museu Irmão Luiz Gartner sobre os Desfiles Cívicos ....	115

Figura 32 – Desfile Cívico do Cinquentenário de Corupá .....	115
Figura 33 – Carro Alegórico – 150 anos da Independência do Brasil .....	116
Figura 34 – A banda da EASCJ em 1932 .....	117
Figura 35 – A banda da EASCJ em 1947 .....	117
Figura 36 – Banda da EASCJ, 1974 .....	118
Figura 37 – Peça “O Menestrel da Morte”, 1950 .....	119
Figura 38 – O Collegial, outubro de 1932 .....	120
Figura 39 – Sala de aula, 1932 .....	121
Figura 40 – Estudo de grupo, 1972 .....	121

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO: TESSITURAS INTERDISCIPLINARES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
1.1 O CAMINHO PERCORRIDO .....	21
1.2 SER HISTORIADORA DA/NA EDUCAÇÃO – REFLEXÕES DESENVOLVIDAS NO CAMINHO .....	25
1.3 CONSTRUINDO O CAMINHO: TESSITURAS INTERDISCIPLINARES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO .....	29
1.4 PESQUISANDO OS CAMINHOS JÁ PERCORRIDOS .....	38
1.5 METODOLOGIA E CONSTRUÇÃO DO TEXTO .....	53
<b>2 O <i>ETHOS</i> DOS DEHONIANOS EM SANTA CATARINA .....</b>	<b>59</b>
2.1 ASPECTOS DO ESTUDO DOS DEHONIANOS .....	62
2.2 LÉON DEHON: UM CHAMADO PARA A EDUCAÇÃO DOS POVOS DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO .....	64
2.3 DEHONIANOS EM SANTA CATARINA .....	72
2.4 SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS EM CORUPÁ .....	77
<b>3 CULTURA ESCOLAR DOS DEHONIANOS EM CORUPÁ .....</b>	<b>89</b>
3.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CULTURA ESCOLAR: TESSITURAS INTERDISCIPLINARES NO ESTUDO DAS PRÁTICAS ESCOLARES .....	89
3.2 A CONSTITUIÇÃO DE UMA CULTURA ESCOLAR .....	94
<b>CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>129</b>



# 1 INTRODUÇÃO: TESSITURAS INTERDISCIPLINARES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

*“O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75).*

## 1.1 O CAMINHO PERCORRIDO

Ao longo de cinco anos de estudos e do processo mais complexo de formação pessoal e profissional que já vivi, o pensamento que dá sentido à escrita e embala as reflexões deste momento é o de que mais importante do que a chegada é o caminho percorrido. Isso é bem clichê (aparece em redes sociais, está em músicas e é atribuído a diversos autores, tornando-se difícil referenciar academicamente), mas nada cabe melhor para esta reescrita do início do meu trabalho.

Ser doutora foi algo sonhado desde a infância, acalentado conforme eu crescia e decidido aos 14 anos: queria ser professora doutora na área de História. Poucas coisas eu sonhei na vida, mas isso era certo! Eu queria ser uma mulher diferente das que eu conhecia, queria ser independente e esse parecia ser um bom caminho. Iria aprender mais tarde que conquistar o meu espaço envolveria muitas outras questões, mas estive disposta a enfrentá-las. O meu destino profissional também era certo desde a adolescência: a escola. Porém, mal sabia eu que mais importante do que o título que eu sonhava seria a importância do caminho para chegar até ele, o processo que me transformaria na mulher, na professora e na pesquisadora que sou.

Após alguns obstáculos familiares, ingressei na licenciatura em História da Universidade da Região de Joinville (Univille) em 2005. A cada ano, eu tinha mais certeza. Vivi as experiências e aprendizagens na faculdade em toda a intensidade possível, pessoal e profissionalmente. No terceiro ano, decidi largar um emprego seguro e experimentar minha área: estagiei em museu, em projeto de pesquisa de

professores, e conheci a iniciação científica. No último ano da graduação, participei de um projeto de iniciação científica em que eu buscava compreender as representações sociais da população de Joinville sobre a estação ferroviária da cidade, que estava em processo de reabertura ao público com o nome de “Estação da Memória”. Descobri o quanto era bom ser pesquisadora, o quanto eu realmente queria seguir estudando, e as minhas afinidades de pesquisa foram se delineando: representações sociais e patrimônio cultural.

Ao fim do curso de história escolhi uma pós-graduação na área da Educação e comecei minha vida profissional em sala de aula. Realizei uma parte do meu sonho – eu tinha alunos! –, mas precisava ir além. Por contingências da vida, voltei a trabalhar fora da área e, apesar de frustrante, foi o trajeto que me levou ao mestrado. Por encorajamento de um grande amigo, participei do processo seletivo do programa de mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Foram dois anos que me marcaram profundamente em diversos âmbitos e que definiram boa parte da minha prática e do meu campo de pesquisa: patrimônio e interdisciplinaridade, buscando dialogar com a sociedade.

Dessa forma, desenvolvi uma pesquisa que buscou identificar e analisar as representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha da Rita, pertencente àquele município e localizada na baía Babitonga, no litoral norte de Santa Catarina – uma base naval de importância estratégica durante a Segunda Guerra Mundial e utilizada como posto de abastecimento a navios. A pesquisa fazia parte de um grande projeto interdisciplinar sobre a ilha e seus arredores, coordenado pela Professora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, financiado pela Capes e pelo CNPq, e foi algo que marcou profundamente minha formação. Estudar o patrimônio cultural a partir dos significados atribuídos pela população, dando voz à comunidade em que o bem cultural está inserido e buscando sua sustentabilidade, foi algo que fez com que a pesquisa acadêmica tivesse sentido para mim. O retorno do investimento pessoal e público na pesquisa<sup>1</sup>, trazendo reflexões ou melhorias efetivas para a qualidade de vida das pessoas, pode, por vezes, parecer utópico e/ou ingênuo, mas é o que me faz ver significado na academia.

Ainda durante o mestrado, decidi cursar disciplinas isoladas nos dois programas de doutorado nos quais eu tinha interesse em fazer processo seletivo, sendo um deles

---

<sup>1</sup> No mestrado, obtive bolsa integral da Capes.

em Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Queria voltar para a área da Educação, pensar a prática escolar e entender processos educativos, mas não queria abandonar o percurso acadêmico que foi tão marcante para mim. Encontrei na disciplina de Patrimônio, Cultura e Educação o lugar em que poderia continuar trabalhando com patrimônio cultural, na linha de História e Historiografia da Educação, pensando o patrimônio e a História da Educação. Após um longo caminho de integração ao campo e às suas temáticas e do desenvolvimento da pesquisa que apresento nesta tese, posso dizer que fiz a escolha certa. A afiliação ao campo da História da Educação me fez amadurecer e marcou definitivamente minha constituição enquanto pesquisadora e professora, bem como me ensinou muito sobre a escrita da história. É justamente por isso que acredito ser necessária na presente tese a reflexão sobre o ofício de historiar a educação.

A tese, que tem como título *A cultura escolar dehoniana em Corupá/SC (1932-2001): tessituras interdisciplinares sobre o patrimônio educativo*, foi profundamente marcada pelo caminho percorrido até o momento. Como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), durante meu doutorado, mais uma vez, tive a possibilidade de me aprimorar profissionalmente e desenvolver um trabalho que muito acrescentou à minha vida em amplos aspectos. Ligada à linha de História e Historiografia do programa de pós-graduação em Educação da Udesc, esta tese foi orientada pelo professor doutor Celso João Carminati, intelectual multifacetado e pessoa de grande dignidade e paciência.

A chegada à conclusão deste trabalho só foi possível por conta dessas características atreladas à orientação e pela acolhida do programa em desenvolver minhas potencialidades acadêmicas. O delineamento do objeto de pesquisa foi um processo lento e que ocorreu durante as aulas das disciplinas de Cultura Escolar, e Cultura Escolar e Instituições Escolares. Eu pretendia estudar o patrimônio ligado à História da Educação e as disciplinas me auxiliaram a compreender que esse caminho seria possível e que nele eu poderia encontrar um objeto que trouxesse contribuições ao contexto em que estou inserida.

O objeto de estudo em que visualizei essas possibilidades foi a trajetória dos dehonianos em Santa Catarina, a partir do estudo da cultura escolar. A ordem dos dehonianos é uma congregação católica que, atualmente, está presente em mais de 40 países e chegou a Santa Catarina em 1903, com o intuito missionário de educar os filhos dos colonos do Sul do Brasil. A ordem foi fundada pelo padre francês Léon

Dehon (1843-1925), que também era sociólogo e advogado, além de defensor da participação social da igreja, da formação dos sacerdotes, da prática de missão e devotado ao Sagrado Coração de Jesus.

A produção acadêmica sobre a ordem dos dehonianos no estado é relativamente escassa. Podem ser encontradas informações sobre sua história em Santa Catarina de forma compartimentada nos diversos sites da congregação, principalmente nos das casas de formação. No entanto, são informações básicas e que não possibilitam refletir sobre os processos de vinda e implantação da ordem, somente obter dados que norteiam a localização histórica e contextual. As informações encontradas na bibliografia e em referências institucionais constituem um apanhado geral das motivações e dos fatos relacionados à vinda e à implantação da referida ordem ao Brasil e os principais fatos decorrentes disso. As obras produzidas a respeito da história da ordem foram utilizadas neste trabalho como fontes na construção de uma narrativa historiográfica.

Ao buscar identificar a cultura escolar do Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá, percebi que poderia articular as discussões da História da Educação com o campo do patrimônio cultural ao problematizar a cultura escolar *como* um patrimônio imaterial da escola. A tese que defendo neste trabalho é de que a cultura escolar é um patrimônio da educação. Então, procurando aprofundamento na convergência desses dois campos de estudo, verifiquei que diversos são os termos empregados para abordar a produção cultural material e imaterial da educação a partir do conceito de patrimônio. Por esse motivo, foi necessário discutir o conceito de patrimônio cultural relativo aos processos de escolarização, com vistas a aprofundar as discussões a respeito dele dentro do campo da História da Educação.

Sendo assim, a escolha do meu objeto de estudo – tentando integrar todas as minhas paixões, habilidades e interesses – deu origem a esta tese. E esse processo transformou o meu objeto de estudo em um estudo de caso. Portanto, desenvolvi um estudo sobre a cultura escolar dos dehonianos em Corupá no período em que o Seminário Sagrado Coração de Jesus funcionou como instituição de ensino básico (1931-2002), com o objetivo de discutir o conceito de patrimônio educativo. O recorte temporal, de longa duração, se faz em função do início das atividades da EASCJ em Corupá até o momento em que a escola foi fechada. São apresentados aspectos relativos a esse período encontrados na produção histórica da própria ordem, na historiografia local e nos documentos disponibilizados pela instituição.

Tratando-se de um estudo de caso, procuro evidenciar aspectos da cultura escolar da ordem dos dehonianos no Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá, a partir da análise da historiografia dos dehonianos e da coleta de documentos escritos e iconográficos nos acervos da ordem nas cidades de Brusque e Corupá. Por meio deste estudo, componho tessituras que me levam a refletir que a cultura escolar é um patrimônio educativo, que encontra suporte na materialidade, mas que se apresenta em saberes, representações e cultura partilhada de forma simbólica.

O percurso trilhado nesses cinco anos de doutoramento traduz o vivido até então: existe um objetivo final, contudo, o importante é estar flexível às transformações do caminho. E as transformações que se materializam neste trabalho não são apenas acadêmicas e profissionais. Elas extrapolam esses limites e me fazem ser quem sou. Quase me fizeram perder de vista o sonho de menina, mas como não caminhamos só, foi possível retomar o rumo e buscar meu espaço como historiadora *da* e *na* educação, dela partindo e para ela indo. Retornar à sala de aula no início deste ano, inclusive, fez tudo ter sentido! Nos próximos itens, então, apresento reflexões desenvolvidas para a construção da presente tese e que acredito serem indispensáveis para a compreensão do meu percurso neste trabalho.

## 1.2 SER HISTORIADORA DA/NA EDUCAÇÃO – REFLEXÕES DESENVOLVIDAS NO CAMINHO

Uma tese é um trabalho de pesquisa, com base em métodos científicos, que resulta em um trabalho original apresentado ao fim de um curso (ECO, 1998). Em se tratando de uma definição muito importante, Umberto Eco é objetivo e didático o bastante ao mostrar o *caminho das pedras* para o desenvolvimento de uma tese. Foi um dos primeiros autores que li nas disciplinas do doutorado e foi muito importante para essa reflexão no início do processo. Contudo, ao chegar à reta final, posso dizer que este caminho não é tão objetivo e que o que mais reverbera de Umberto Eco é o cuidado com a crítica e a científicidade do que se quer defender. A preocupação com o resultado científico após anos de envolvimento com um objeto – e, ao mesmo tempo, de que tal resultado seja aceito entre os pares – me levou a outro autor, Michel de

Certeau, também estudado logo no início do curso, que constitui meu fazer historiográfico já de outros momentos da vida acadêmica.

Este intelectual francês possibilita a reflexão a respeito da escrita da história de forma densa e provocativa, o que o torna referência recorrente nos trabalhos historiográficos contemporâneos. O capítulo *A operação historiográfica*, de seu livro *A Escrita da História* (CERTEAU, 1982), foi um importante ponto de partida das reflexões desta tese no retorno que fiz ao texto nas aulas no início do processo de doutoramento. É justamente por esse motivo que acredito ser tão importante convidá-lo para esta conversa inicial. Certeau apresenta e discute as condições e as possibilidades da história enquanto instituição de saber, com formas, limites e sentidos. Para o autor, ela é uma operação, fruto da relação entre um lugar, uma disciplina (práticas científicas) e a escrita (CERTEAU, 1982, p. 66).

Por isso, gostaria de ponderar brevemente acerca do que ele aponta como um trabalho técnico, semelhante ao de um operário, já que, segundo Certeau (1982), nossa atividade é transformar um material em história. O trabalho historiográfico está inserido num contexto em que os historiadores se movem, selecionam e se relacionam e, a partir disso, são definidos os métodos, as abordagens, os interesses e os posicionamentos. Entretanto, esse trabalho não apenas sinaliza um lugar, mas também o demarca e problematiza. As escolhas não são feitas sem motivo e também não é possível que os diálogos ocorridos no processo da pesquisa não modifiquem quem está pesquisando. E foi exatamente assim o meu processo: dialógico e transformador. Portanto, a opção por tornar esta tese um diálogo e iniciá-la refletindo a partir de Certeau foi decorrente de uma necessidade do processo da escrita, o qual acredito que irá fundamentar o percurso de leitura da narrativa que busquei construir e que me localiza como pesquisadora.

A escrita da história é fruto de um *lugar* e tal contexto influencia metodologias, seleções de fontes, abordagens e problematizações do objeto. Não se pode considerar que verdades são produzidas, mas, sim, que trabalhos técnicos e narrativas historiográficas são frutos desse lugar social, balizados por um discurso acadêmico e que busca refletir sem intenção de totalidade. É assim que enxergo o trabalho que realizei: uma narrativa balizada pela técnica, porém, também fruto de um lugar e com a consciência de que a história é uma ciência interpretativa, uma versão partindo do que somos e de como analisamos os vestígios e as memórias com as quais tivemos contato ao longo da pesquisa.

A história existe a partir do momento em que é contada, quando o vivido é separado, controlado e submetido a regras e ritos (CERTEAU, 1982). Ao investigarmos os objetos e manipularmos vestígios, transformando-os em fontes, obedecemos a regras. Juntamos documentos, artefatos e memórias e atribuímos ordem e valoração para reorganizar sentidos da história. Agimos sobre nosso objeto e o fazemos a partir do nosso lugar social – e tudo isso também agiu sobre mim.

Apoiada em Certeau, busquei um texto dialógico, uma ordenação cronológica, uma organização dos discursos existentes sobre o objeto da pesquisa e uma tessitura de fragmentos. Uma construção narrativa plural a partir de fragmentos com aproximações e distanciamentos, com silêncios e afirmações inéditas, com novas atribuições de sentidos às fontes e às memórias (CERTEAU, 1982). Concordo que o trabalho está sempre inacabado e é mutável, como sinaliza a epígrafe, para a qual me inspirei na afirmação de March Bloch (2001) de que o conhecimento do passado está sempre em progresso, transformando-se e aperfeiçoando-se. O que apresento é um recorte, uma construção própria a partir de referenciais e vestígios encontrados. A partir disso, novas leituras são possíveis, bem como nos silêncios ou nas lacunas de minha narrativa podem surgir novos problemas de pesquisa.

A proposta da operação historiográfica como técnica disciplinar é algo que alimenta, e muito, a vaidade do historiador enquanto detentor dela. Mas é preciso também lembrar o quanto, tanto em seus escritos como em sua prática, Certeau aponta para a importância do diálogo e da interdisciplinaridade. Considerando o campo<sup>2</sup> da História da Educação em que estou inserida, o diálogo interdisciplinar é inerente a ele, além de uma característica enriquecedora. E foi especificamente isso que me fez direcionar a escolha para um programa de doutorado em Educação – a possibilidade de continuar desenvolvendo pesquisa interdisciplinar.

A História da Educação no Brasil é marcada pela apresentação, no fim do século XIX, de tratados elaborados pelos mais diversos profissionais. Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho (2004) apontam que médicos, advogados, engenheiros, religiosos, educadores e historiadores produziram a respeito desse campo no país. No fim do século XX, ele estava bem mais organizado e delimitado,

---

<sup>2</sup> Estou empregando o termo “campo” a partir da concepção de Pierre Bourdieu (1983), que considera o campo um espaço definido em que podem ser identificadas crenças, valores e o que ele denomina *habitus*, que é o que define esse campo comum a certo grupo de indivíduos. Um espaço onde convergem concepções, mas também onde são travadas lutas de representações; um espaço de relações recíprocas em função de um mesmo objeto.

acompanhando a aproximação dos profissionais com uma produção crítica e com as lutas relativas ao campo, em concomitância com as mudanças teóricas das áreas relacionadas. Associações científicas e grupos de trabalho, assim como uma multiplicidade de grupos de pesquisa, aglutinam pesquisadores, divulgam resultados e refletem, atualmente, o alargamento da concepção de fontes e a renovação teórica no campo (VIDAL; FARIA FILHO, 2004).

A escola e seu passado emergem como tema de pesquisas acadêmicas e apontam que os investigadores da educação passam a direcionar novos olhares para a história da escola e seu patrimônio, privilegiando a memória dos atores educativos (MOGARRO, 2006). Compreender permanências e rupturas, bem como refletir sobre aspectos relativos à educação, são questões que marcam a produção historiográfica. Novos olhares e novas interpretações acerca da história e do patrimônio da educação e reflexões teóricas sobre o campo têm sido contribuições importantes e marcas da História da Educação na contemporaneidade. E é neste contexto em que se insere o presente trabalho, que propõe a reflexão sobre o patrimônio educativo, a história desses espaços, as culturas escolares, que possibilitam que sejam desenvolvidas pesquisas sobre a significação deles na atualidade, nos locais em que estão inseridos.

Mas qual é a relação do campo da História da Educação com a pesquisa e a escrita, da operação historiográfica que estamos refletindo neste início do texto? Não há História da Educação sem a mobilização rigorosa dos instrumentos teóricos e metodológicos da investigação. O rigor científico faz parte do processo da escrita historiográfica, no entanto, acredito que tal escrita também deva ser direcionada e à sociedade. Por isso, é necessário que tal processo de construção seja, ao mesmo tempo, balizado e validado pelas regras do lugar social acadêmico, mas também acessível a todos os leitores. Que seja uma narrativa objetiva, que cumpre sua função sem se alongar em excesso. Minha intenção é que a história que produzo contribua para construir uma consciência crítica e lúdica de compreensão do presente para aqueles que – como eu – estão inseridos *na* escola e das experiências educativas no tempo para os que querem aprender. Uma história que se faz interdisciplinar para compreender as demandas da contemporaneidade, que percebe no patrimônio uma importante ferramenta de estudo e transformação da sociedade, em especial da escola. A respeito do patrimônio da escola, apresento a seguir tessituras que me constituíram no processo de doutoramento.

### 1.3 CONSTRUINDO O CAMINHO: TESSITURAS INTERDISCIPLINARES

A escola é uma construção social e uma instituição cujos indícios históricos nos abrem muitas possibilidades para discutir e compreender o cotidiano e a cultura escolar. É um local de produção e reprodução de culturas escolares e sociais e, nesse sentido, dá acesso a visões de mundo e representações sociais. O estudo do patrimônio educativo atende à necessidade de compreensão histórica do ensino com vistas a discutir a respeito da escola na contemporaneidade, bem como de discussão da produção cultural material e imaterial e quais os atuais significados dela. O contato com essa possibilidade de estudo dentro do campo da História da Educação me encantou, assim como as ferramentas e abordagens teóricas que passei a conhecer. Os documentos, bens e artefatos resultantes dos processos de escolarização são indiciadores de um saber fazer da cultura escolar, que pode ser pensada como um patrimônio cultural imaterial.

Vidal e Faria Filho (2004) apontam que o estudo da cultura escolar surgiu no âmbito dos trabalhos sobre a História da Educação a partir de uma aproximação mais fecunda com o campo da história e com o chamado ofício historiográfico, que apresentei inicialmente. Foi essa combinação que chamou a minha atenção quando entrei no campo da História da Educação – e se tornou minha opção de pesquisa por combinar de forma muito profícua as questões de história com o que eu já vinha desenvolvendo em relação ao patrimônio cultural. A área de estudo da cultura escolar é ricamente interdisciplinar e envolve campos como pedagogia, sociologia, história, didática, psicologia, entre outros. A possibilidade de continuar desenvolvendo pesquisas interdisciplinares na área da História da Educação, em especial aos estudos de cultura escolar como categoria de análise delinearam meu percurso no processo de doutoramento.

Dominique Julia (2001) foi um dos primeiros autores que passei a conhecer quando comecei a estudar cultura escolar, tendo em vista sua definição, muito utilizada. Para ele, a cultura escolar é:

Conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (JULIA, 2001, p. 10).

Julia (2001) continua chamando a atenção para a importância de levar em conta o corpo docente e os demais profissionais que colocam esse conjunto de normas em prática, além de compreender de forma mais ampla que os modos de pensar ensinados por meio da educação formal refletem o interior das sociedades. Nesse sentido, ao estudar a escola, é necessário atentar para o seu contexto e o modo como as culturas escolar e social se influenciam mutuamente. As práticas desenvolvidas no interior das escolas refletem a cultura em que estão inseridas, da mesma maneira que é na escola que se constroem subjetividades, influenciando a cultura de uma sociedade, reforçando práticas, padrões, normas e princípios e sendo um espaço de questionamentos e conflitos decorrentes das relações sociais. No terceiro capítulo desta tese, retornaremos às questões teóricas referentes a essa categoria de análise, juntamente com a discussão das fontes coletadas nesta pesquisa, fontes essas que nos dão indícios de práticas, saberes, representações e modos de sociabilidade no Seminário Sagrado Coração de Jesus, bem como a relação dessa cultura interna com o contexto em que estava inserida, na cidade de Corupá.

A escola é um lugar de produção de cultura, a qual é objetivada nas práticas que se operacionalizam nos processos formativos. Essas ações se materializam nos espaços, nos objetos e em outros documentos que são parte do patrimônio cultural da escola. Patrimônio este que está relacionado a sociabilidades nas instituições de formação básica, que são origem de uma cultura compartilhada, passando a ser patrimônio comum. Por esse motivo, Escolano Benito (2012) considera que se deve proteger esse bem comum, que ele denomina como patrimônio educativo, uma vez que está relacionado à base da nossa formação e da nossa identidade social, assim como por ser um objeto estratégico por valorizar bens que, em outro tempo, foram subestimados e que, agora, apresentam novas possibilidades. Os vestígios materiais da escolarização são indícios visíveis do passado da educação, são o testemunho da experiência, os indiciadores de práticas e os elementos identitários da memória da escolarização.

Recuperar e problematizar esse patrimônio são, para Escolano Benito (2012), exercícios de preservação de uma tradição socialmente relevante. O autor destaca que o patrimônio material, enquanto registro empírico das práticas culturais de uma época, pode criar uma nova intelectualidade coletiva, de caráter emancipatório e crítico, para tornar reflexivamente compreensível a história e orientar a prática dos indivíduos. O patrimônio educativo é, então, um reservatório para ilustrar às novas

gerações o conhecimento dos modelos pedagógicos que informam sobre as práticas de ensino no passado, auxiliando a compreender que toda educação é histórica e atual, sustentada em avanços tecnológicos que, com o peso dos anos, passaram ao depósito das modernidades abandonadas.

Um dos pontos sobre os quais me debruço neste trabalho, reflexo do processo de formação no doutorado, é o de aliar as discussões teóricas do campo da História da Educação às de patrimônio cultural, tendo como objeto de análise a ordem dos dehonianos em Santa Catarina. Ao buscar a inserção no campo da História de Educação a partir do que já vinha desenvolvendo nas minhas pesquisas, o contato com a categoria de análise da cultura escolar fez com que eu encontrasse o caminho para desenvolver uma pesquisa interdisciplinar, compondo tessituras entre os dois campos, que embalaram meu fazer historiográfico.

Acredito que, para uma melhor compreensão do patrimônio cultural, considerando suas dimensões histórica e social e também as relações estabelecidas pelos indivíduos, a prática interdisciplinar é a forma de estudo que possibilita uma visão mais completa (FERRARI, 2013). O conhecimento histórico, integrado a outros modos de saber, pode fornecer os subsídios necessários para compreender o patrimônio cultural na contemporaneidade em seus múltiplos aspectos e implicações.

Pode-se considerar que a interdisciplinaridade é para a ciência, na contemporaneidade, a forma encontrada para a busca de soluções e melhor compreensão desta nova realidade que se apresenta e seus desdobramentos. A realidade é complexa e fluida, para assimilá-la é necessária uma ciência que realize uma análise global, que utilize o conhecimento e os métodos de várias disciplinas. Hilton Japiassu (1976) considera que existem algumas disciplinas cujo caráter interdisciplinar salta aos olhos, como a psicologia social, que ele situa no cruzamento da psicologia, da sociologia e da antropologia. A história é outra disciplina apresentada por Japiassu como interdisciplinar por essência, não sendo apenas uma reconstituição dos acontecimentos.

Acredito que a pesquisa do patrimônio cultural também seja interdisciplinar por essência, pois está relacionada a aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, psicológicos, entre outros, e, ainda, à relação material ou imaterial que os indivíduos constroem com ele. Considero, nesse sentido, que seu estudo dentro do campo da História da Educação seja realizado dessa maneira, buscando

compreender os diversos aspectos relacionados à sua constituição e ao seu reconhecimento pela sociedade.

Dominique Poulot (2009) considera que, atualmente, o conceito de patrimônio tem uma popularidade espetacular e não está restrito apenas aos termos material, histórico, artístico ou arqueológico, mas também ao imaterial, natural, entre outros. No entanto, acredita que a investigação sobre seu conceito esbarra em dificuldades, tanto acadêmicas (principalmente no que tange aos marcos e questões legais) quanto relativas às instituições relacionadas aos bens, visando referendar e dar consistência à defesa dos bens, numa busca de controle do tempo e reprodução da memória (POULOT, 2009). O autor alerta que a crescente preocupação com o patrimônio e sua preservação não pode incidir riscos na definição e no uso reflexivo do termo patrimônio, banalizado ao abranger muitas noções e objetos (POULOT, 2009).

Um patrimônio cultural é constituído pelo valor simbólico que é atribuído a ele pelos indivíduos e permite o reconhecimento do passado de uma sociedade, de uma cultura e do que o conecta com a contemporaneidade (SALVADORI, 2008). Pode-se compreender o patrimônio cultural como resultado de escolhas das práticas culturais, representadas na materialidade e na imaterialidade de uma sociedade, que merecem ser preservadas e difundidas – sendo que tais escolhas são fruto de disputas e jogos de poder. Para estudá-lo, deve-se levar em conta seu significado dentro do contexto em que está sendo analisado e em como se constituem as lutas políticas e sociais em torno dele, que são produtos das representações sociais construídas em determinados momento e local a respeito do próprio patrimônio cultural.

A atribuição de valores e os processos de escolha dos bens a serem considerados como referências estão envoltos em disputas sociais relacionadas à designação de um passado digno de ser rememorado e de uma identidade a ser preservada e difundida em detrimento de outras que deveriam ser esquecidas. Por meio do estudo desses bens e do contexto histórico-social em que estão inseridos, é possível compreender como se constituem enquanto patrimônio cultural. Estudar a constituição do patrimônio cultural e a sua relação com a sociedade é um caminho para conhecer a própria sociedade (ABREU; CHAGAS, 2009).

O patrimônio cultural pode ser traduzido nas manifestações materiais e imateriais de uma coletividade, abrangendo os bens simbólicos de todos os grupos, sendo que os bens preservados devem estar à disposição e usufruto de todos (CANCLINI, 2008). Já o patrimônio imaterial refere-se à produção simbólica de uma

determinada sociedade e inclui “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas” que são reconhecidos, tais quais os modos de fazer (UNESCO, 2006, p. 04). No campo do patrimônio conflitam diversos interesses – o patrimônio edificado, as práticas culturais, entre outros –, que são aspectos que demandam, igualmente, interesses de valorização e preservação, influenciando diretamente no cotidiano dos indivíduos, conforme Sandra Pellegrini (2009, p. 23):

As memórias e referências do passado fundamentam, por um lado, a coesão entre os indivíduos que compartilham afetos, sensibilidades, tradições e histórias. E, por outro, evidenciam diferenças culturais que podem favorecer a aceitação da diversidade como valor essencial para o indivíduo em sociedade.

Para Françoise Choay (2006), o patrimônio cultural expressa as identidades e as memórias de uma sociedade e contribui para mantê-las e preservá-las, daí a noção de que sejam referentes à nação, ao grupo e à comunidade, sendo o patrimônio a materialização do que deve ser transmitido às gerações futuras, expressão da história de um povo. Resultante de relações sociais, o patrimônio é sempre fruto de escolhas de quem tem o poder de optar por qual é a memória e a identidade dignas de serem preservadas e difundidas. O campo do patrimônio cultural é de fato complexo e nele diversos interesses e formas de interpretação convivem e conflitam. O conceito é dinâmico, está em constante processo de elaboração e, segundo o historiador francês Le Goff (1990), o registro e a decisão pela preservação são tanto produto quanto testemunho de um determinado contexto e das situações de poder que envolvem as escolhas.

Os patrimônios são escolhidos e estudados com vistas a referendar sua apresentação como tal, muitas vezes já com aceitação pública, mas, em outras, tais representações são estudadas buscando averiguar se um determinado bem é visto como patrimônio. Poulot (2009) relaciona a maneira como um patrimônio é apropriado com a forma pela qual foi apresentado e considera que a elaboração de um patrimônio está baseada na soma de seus objetos, na configuração das afinidades e na definição de seus horizontes. A história do patrimônio é a história de como ele é construído por uma sociedade. O autor reconhece que o valor sentimental relativo ao saber comum também pode ser definido como patrimônio, dependendo de “uma reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública”, sendo

o suporte para uma representação do que se refere o patrimônio (POULOT, 2009, p. 13).

Para Lúcia Lippi Oliveira (2008), ao falar de patrimônio, lidamos com os conceitos de história, memória e identidade, que são inter-relacionados e se alteram conforme o contexto. O valor desses bens é, portanto, determinado pelos mitos e tradições de cada tempo, servindo o patrimônio como suporte da memória coletiva e também da história. Nas sociedades modernas, a autora destaca que os patrimônios têm como função “representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação” (OLIVEIRA, 2008, p. 26). Para Poulot (2009), na virada para este século, o patrimônio passou a ter relação direta com a construção da identidade de cada um, no contato consigo, com o outro e com um passado.

Janice Gonçalves (2008) caracteriza a contemporaneidade como marcada pela ampliação dos bens patrimonializáveis no espaço urbano, pela emergência das identidades fluidas, dinâmicas e inconstantes. Nesse mesmo sentido, Oliveira (2008, p. 128) afirma que o patrimônio já tem outro significado, confirmando “a vigência de outras motivações e demandas, para além da nacional, para se criar outros 'lugares de memória'”. Essas questões implicam também em alterações na forma de estudo e de gestão desse patrimônio, como apontado pelas duas autoras. Oliveira (2008) questiona: de que forma é possível compreender como os diferentes grupos se apropriam dessa temática na contemporaneidade? Como esses bens contribuem para os processos identitários dos diversos grupos? São questões que se apresentam aos estudiosos do patrimônio cultural e sobre as quais, conforme a discussão desenvolvida por Gonçalves (2008), perpassa a relação que os indivíduos estabelecem com o tempo. A contemporaneidade tem sido marcada por uma alteração nos processos psicossociais dos indivíduos e, sendo o patrimônio cultural um importante referencial identitário, tais transformações devem ser percebidas e discutidas pelos estudiosos da área.

O patrimônio também é considerado como suporte da memória, capaz de produzir identidades determinadas a partir do modo como os indivíduos se apropriam da realidade histórica que os cerca e das relações sociais que ocorrem no espaço (SALVADORI, 2008). Nesse sentido, é grande a importância que o patrimônio e as memórias que ele carrega têm para a formação da identidade, pois os bens culturais tomados como legados recebidos do passado, vivenciados no presente e transmitidos

às gerações futuras reúnem “referenciais identitários, memórias e histórias — suportes preciosos para a formação do cidadão” (PELLEGRINI, 2009, p. 23).

Para Joël Candau (2011), o patrimônio é uma prática de memória que segue seu movimento e acompanha a construção de identidades. O autor considera que está sendo vivenciada uma onda patrimonial que revela uma multiplicidade de memórias que se quer preservar e que fundamenta os processos identitários e de representações sociais (e por eles são influenciados). Essa multiplicidade de memórias e identidades é apontada como resultado da configuração atual da sociedade contemporânea. A contemporaneidade está marcada por um movimento intenso de preservação das memórias, fruto de uma profunda alteração na relação dos indivíduos com o tempo. François Hartog (2006) aponta que essa atual relação com o tempo denota outro regime de historicidade, o presentismo. É o presente encolhido, marcado pela mudança na relação com o tempo, de sedução pela memória. Trata-se de uma nova relação com o passado, um passado muitas vezes imaginado, mas que se torna presente na ânsia de encontrar alguma segurança na descrença no futuro e no contexto de “sobrecarga informacional e percepional combinada com uma aceleração cultural, com as quais nem a nossa psique nem os nossos sentimentos estão preparados para lidar” (HUYSEN, 2000, p. 32).

Nessa relação com o tempo e com o passado presente, necessitamos da “memória e da musealização, juntas, para construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater a nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço” (HUYSEN, 2000, p. 28). A contemporaneidade tem sido, então, marcada pelo presentismo e a consequente onda de patrimonialização, sintoma do novo regime de historicidade que vivenciamos, marcado por uma obsessão pela memória. Para Gonçalves (2008), compreender a forma como os indivíduos se relacionam com o tempo e com o seu patrimônio é um dos impasses lançados àqueles que estudam o patrimônio cultural na contemporaneidade ou atuam na sua gestão. O desafio é, assim, encontrar caminhos sensíveis a essas mudanças. Essas configurações, aponta a autora, “parecem retirar as bases em que foram construídas e consolidadas as práticas de preservação do patrimônio cultural – questionando, sobremaneira, o olhar técnico” (GONÇALVES, 2008, p. 120).

O estudo do patrimônio cultural relacionado à educação pode abranger tanto a produção material quanto imaterial da escola como meio para compreender a história

e auxiliar nos processos de reflexão da história no presente. Entretanto, o que mais se destaca no campo da História da Educação são os estudos sobre a materialidade associada à educação. A produção acadêmica sobre este campo, a partir da sua materialidade, é algo que, segundo Zita Possamai (2012, p. 116), tem crescido nos últimos anos e ampliado “consideravelmente as possibilidades de compreensão dos processos educativos na sociedade brasileira”. A edificação escolar é considerada o bem de maior vulto e a partir dela é possível discutir sobre as apropriações sociais diversas no presente, o que pode motivar a sua preservação (POSSAMAI, 2012).

O patrimônio cultural escolar que pode ser estudado dentro da História da Educação é uma construção histórica e social, não apenas um conjunto de bens culturais naturalizados como sendo patrimônio de uma coletividade (POSSAMAI, 2012). Zita Possamai (2012, p. 117) indica que é, então, à História da Educação que cabe “propor problemáticas a esses bens culturais na perspectiva do conhecimento histórico”, buscando, assim, as relações sociais que construíram a educação por meio das edificações.

Ao estudar o patrimônio da educação, considerando-o produto e vetor das relações sociais, é possível que ele receba novos usos e significados dentro do contexto em que está inserido (POSSAMAI, 2012, p. 119), buscando, desse modo, “melhor compreendê-lo, retirando-o da naturalização, percebendo sua historicidade e seus múltiplos caminhos de apropriação social”. E é assim que esses bens, ao serem estudados e analisados, podem alcançar relevância social na contemporaneidade. Para Escolano Benito (2012), essas discussões conservam chaves e significados que estão no núcleo duro da cultura escolar, sua identidade e sua tradição, que são resultados da sua história. Dessa forma, justificam-se os esforços por buscar, registrar, custodiar e interpretar essa materialidade real e simbólica, que é espelho da História da Educação e dos agentes envolvidos.

Escolano Benito (2012) aponta que essa salvaguarda não se ancora em um gesto conservador, mas, sim, no fato de que os bens materiais e imateriais que formam o patrimônio educativo transmitem significados e possibilitam construir solidariedade entre as gerações. Para o autor, o conhecimento desse patrimônio possibilitaria uma melhor compreensão da contemporaneidade e também de respeito ao passado, bem como de um entendimento mais aprofundado das culturas institucionais e de como as inovações tecnológicas poderiam ter mais possibilidades de sucesso.

O interesse pelo passado abrange ainda a questão da escola na memória social, sendo o patrimônio educativo um meio fundamental para analisar a historicidade das práticas escolares para narrar “o cotidiano das escolas, reconhecer concepções educacionais e geracionais de um determinado tempo e lugar e, dessa forma, conhecer mais sobre a História da Educação” (CUNHA; CHALOBA, 2014, p. 4). A materialidade da escola tem recebido novos olhares do campo acadêmico, assim como atenção às memórias dos atores envolvidos nos processos educativos, em projetos que ultrapassam as fronteiras nacionais (MOGARRO, 2013). A musealização da educação tem como objetivo a preservação desse patrimônio educativo e da cultura escolar e tem segmentos em diversos países, principalmente nos europeus, por meio do estudo das realidades nacionais que configuraram os sistemas educativos (MOGARRO, 2013).

Acredito que seja indissociável a materialidade e a imaterialidade do bem cultural – e essa já é uma discussão consideravelmente esgotada, pois uma encontra suporte na outra. Entretanto, é sempre necessário sublinhar essa questão em função da importância da imaterialidade dos bens e o quanto seus suportes materiais podem vir a ser ignorados quando estão em segundo plano. De acordo com a definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o patrimônio cultural imaterial compreende expressões de vida, práticas, representações, técnicas e tradições que são repassadas, que podem abranger saberes, costumes e valores. São fontes de identificações e significados, transmitidos e recriados de geração em geração, promovendo continuidade e contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural.

No Brasil, o decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, deu início ao registro dos bens imateriais relativos ao patrimônio brasileiro. Foi no início dessa década que a preocupação com o reconhecimento e a salvaguarda dos conhecimentos culturais de grupos e comunidades passou a ter destaque. Esse reconhecimento do patrimônio imaterial da humanidade e o incentivo ao registro dos bens imateriais de diversas comunidades desencadearam o desenvolvimento de pesquisas sistemáticas sobre o tema, que contribuíram para “o levantamento, a catalogação e o registro de vivências coletivas que envolvem as diversas faces da vida social desde os tempos mais remotos até a atualidade” (PELLEGRINI, 2008, p. 7). Tal relevância se justifica “pela dimensão que os bens imateriais assumem na compreensão da natureza e das visões

de mundo das sociedades humanas", conjugando memórias e sentidos de pertencimento, fortalecendo os vínculos identitários (PELLEGRINI, 2008, p. 8).

O patrimônio imaterial, ao ser transmitido de geração a geração, é considerado alvo de constantes reinvenções, decorrentes das mudanças que ocorrem dos indivíduos em relação ao seu espaço social e ao meio ambiente, assim como das interações com a natureza e da própria história dos grupos. Daí a importância de compreender o patrimônio imaterial a partir de seu caráter mutável e de sua relação com o contexto em que está inserido e com as representações sociais a respeito dele.

Maria Mogarro (2013) considera que o patrimônio educativo, a história e as memórias das quais são suportes comungam das propostas de renovação social, atribuindo grande significado aos discursos dos atores educativos, às práticas educativas e aos processos de ensino e aprendizagem. Os artefatos, bens culturais e produções simbólicas resultantes desses processos possibilitam que sejam abordados os sistemas e as realidades escolares.

Para desenvolver este estudo, foi de extrema importância conhecer a produção acadêmica a respeito do tema para verificar as possibilidades dessa empreitada. A respeito disso falarei no próximo item, que se dedica ao estado da arte realizado para esta pesquisa, atividade motivada a partir dos estudos desenvolvidos nas disciplinas cursadas no processo de doutoramento.

#### 1.4 PESQUISANDO CAMINHOS JÁ PERCORRIDOS

Com base nas tessituras conceituais desenvolvidas e buscando encontrar meu lugar na intersecção dos campos de História da Educação e patrimônio educativo, mapeei a produção acadêmica a respeito do tema proposto como horizonte de investigação em áreas relacionadas à educação, tendo como foco teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos publicados em periódicos. Com a pretensão de inventariar e descrever a produção acadêmica, este estudo possibilita identificar e analisar o conhecimento que foi produzido sobre o tema de pesquisa desenvolvido, bem como as abordagens e os aportes teóricos das pesquisas identificadas (FERREIRA, 2002).

A pesquisa foi feita nos anos de 2014 e 2015<sup>3</sup>, e resultou na publicação do artigo “Patrimônio Cultural da escola: termos e abordagens de um campo em expansão” (FERRARI, CARMINATI, 2016). Após a delimitação do tema, determinei as palavras-chave mais recorrentes, para serem empregadas na busca. Averiguei, então, livros, teses, dissertações e artigos relacionados aos descritores selecionados para a pesquisa, especificamente trabalhos que abordassem não apenas o emprego, mas também a relação teórica com o conceito.

Os bancos escolhidos para essa busca foram: a Biblioteca Central da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc); a Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); o Banco de Teses da Capes; a Revista Linhas, do programa de pós-graduação em Educação da Udesc; e a biblioteca eletrônica SciELO. A escolha por pesquisar nas bibliotecas da Udesc e da UFSC e na Revista Linhas está relacionada com a procura pela produção regional acerca do tema. Os outros três bancos, todos nacionais, foram selecionados tendo em vista a referência que são para a produção acadêmico-científica no país. A busca foi feita nos sítios eletrônicos de cada um desses bancos com as palavras-chave, com especificidades que variavam conforme a programação de cada sistema.

Não encontrei trabalhos em todos os bancos pesquisados. Além disso, percebi duas questões: apesar de descritores diferentes, alguns trabalhos se repetiam e diversos trabalhos relacionados a esses descritores não apresentavam discussões sobre eles. Inclusive, muitos sequer os mencionavam, o que acredito acontecer em função, provavelmente, da catalogação do sistema. De todo modo, apresento os trabalhos relacionados ao objetivo proposto inicialmente pela pesquisa: investigar o emprego dos termos e o referencial teórico de trabalhos relacionados ao patrimônio educativo.

Reiterando a situação que já havia sido notada em uma sondagem inicial, quando houve o interesse pelo estudo dos dehonianos em Santa Catarina, observamos que a produção acadêmica sobre essa ordem religiosa no estado é escassa, ainda mais quando se consideram trabalhos dentro do campo da História da Educação. Com o descritor *Sagrado Coração de Jesus* foram encontrados 13

---

<sup>3</sup> No desenvolvimento da tese outras produções foram acrescentadas, tendo em vista sua relevância direta com o tema e o acesso que tive. A discussão do artigo foi revista, e difere em alguns pontos do exposto neste trabalho em função das contribuições da banca de defesa.

trabalhos no banco de teses da Capes – alguns relacionados à ordem e outros oriundos da própria Universidade do Sagrado Coração de Jesus, o que fazia o sistema de busca incluí-los na pesquisa. Porém, apenas dois deles são sobre o seminário de Corupá e foram importantes referências para a inserção na temática, além de uma dissertação do programa de pós-graduação em Educação da Udesc e de outra do programa de mestrado em Geografia da UFSC. As duas dissertações subsidiaram o levantamento inicial do contexto de vinda e implantação da ordem dos dehonianos, bem como do seu desenvolvimento nas cidades de Brusque e Corupá. Ambas serviram também como referencial sobre fontes e sujeitos relacionados ao objeto deste artigo e de outras referências bibliográficas e, ainda, atenderam ao objetivo do levantamento do estado da arte: conhecer as abordagens e os referenciais teóricos já desenvolvidos em relação a essa ordem religiosa.

A dissertação em Educação intitulada *Museu Irmão Luiz Gartner: um percurso de investigação no acervo taxidermizado de aves e de mamíferos (Corupá/SC 1932-1953)*, de autoria de Karina Santos Vieira Schlickmann (2011) e orientada por Vera Gaspar da Silva, teve como propósito construir “um mapa dos objetos que compõem a base da cultura material da escola primária da EASCJ, em Corupá/SC, com ênfase no acervo de animais (aves e mamíferos) taxidermizados”, tendo como marco temporal inicial a transferência da Escola Apostólica Sagrado Coração de Jesus (EASCJ) de Brusque para Corupá, em 1932 (SCHLICKMANN, 2011, p. 15). A autora relaciona a construção do seminário com o contexto educacional do Brasil, apontando que o de Corupá estava sintonizado com o ideal de escola, republicana, processo iniciado em Santa Catarina em 1911, por Orestes Guimarães, que havia sido contratado pelo governo estadual para dirigir a reforma do ensino catarinense (TEIVE, 2008).

Tal pesquisa foi desenvolvida com foco nos objetos escolares como fonte para entender a cultura escolar, considerando que os materiais que nortearam a cultura escolar da EASCJ podem explicar alguns aspectos de seu funcionamento, sendo possível de ser apreendida na dimensão da prática ou do discurso. A autora realizou a pesquisa no arquivo da EASCJ, em Corupá, e no Arquivo Provincial Padre Lux (APPAL), em Brusque<sup>4</sup>, locais em que acessou um número significativo de

---

<sup>4</sup> O Arquivo Provincial Padre Lux (Appal) tem como objetivo salvaguardar a memória da Congregação SCJ do Brasil Meridional e Central.

documentos iconográficos, objetos e farto acervo documental, tendo analisado documentos como: Estatuto da Congregação; Regimento Interno da EASCJ (1975 e 1995); plantas baixas referentes à arquitetura do prédio; Circular SCJ referente ao Brasil Meridional; Periódico Eco dos Seminários; e Crônica da EASCJ de Corupá.

Com base nesse farto material empírico, Schlickmann confirmou a possibilidade de investigar a cultura material escolar da EASCJ, “desde sua arquitetura até os objetos que nortearam a base da cultura material escolar, para compreender a educação e a escola no tempo e espaço anteriormente estabelecidos” (SCHLICKMANN, 2011, p. 18). No primeiro capítulo, ela discorre sobre o contexto de surgimento da EASCJ em Corupá e a institucionalização do Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner (MILG), seu objeto de pesquisa. Dedicando-se ao museu, também apresenta os objetos escolares levantados em sua pesquisa, sendo a dissertação uma importante ferramenta para adentrar no cotidiano da instituição: a autora faz uma descrição das acomodações e das rotinas, discutindo a relação da materialidade como indiciadora de um discurso, de uma determinada cultura e disciplina, apoiada em Escolano Benito. Este é o único trabalho que menciona a categoria de análise da cultura escolar, apontando sua relação com a materialidade da cultura escolar.

No segundo capítulo, em meio a tantas possibilidades que a quantidade de dados levantados pela pesquisa forneceu, a autora explica sua opção por estudar o museu e apresenta o mapeamento, a descrição de espécie e os nomes científico e popular do acervo do MILG. Ela também contextualiza os dados com base na História da Educação, buscando dar visibilidade ao acervo zoológico taxidermizado de aves e de mamíferos do museu.

No terceiro e último capítulo, Schlickmann aponta possibilidades de estudos, destacando que o desenvolvimento de pesquisas sobre esses bens culturais e ambientais pode atuar na salvaguarda desse “patrimônio cultural por meio de uma manutenção e administração segura, com meios adequados, e conhecimentos decorrentes da ciência e técnicas específicas” (SCHLICKMANN, 2011, p. 20). Nesta parte, então, a autora apresenta o mobiliário escolar da EASCJ e os materiais didáticos visuais, táteis e sonoros, além de objetos que compõem o acervo do local ou foram identificados por meio das fotografias encontradas no APPAL. A dissertação, tendo em vista o riquíssimo levantamento de fontes e dados, é um dos principais

referenciais encontrados até o momento sobre os dehonianos em Santa Catarina e, por esse motivo, demandou maior atenção nesta análise.

A dissertação do mestre em geografia Gilio Giacomozzi Júnior (1999), orientada por Roland Luiz Pizzolatti, intitulada *Do anseio de realização econômica às contradições do turismo em Corupá - SC*, busca, por sua vez, analisar como o turismo, ainda incipiente na virada do milênio, vinha provocando mudanças espaciais naquela cidade, levantando um histórico das atividades ligadas ao turismo local e fazendo uma avaliação da infraestrutura disponível. Destaca também as contradições existentes no turismo e alerta sobre a necessidade de seu planejamento prévio, possibilitando que a população local encontrasse nessa atividade econômica uma fonte de renda. O autor desenvolve ainda uma contextualização da implantação do seminário na cidade, e suas considerações sobre a importância dele para o turismo de Corupá fornecem subsídios para a reflexão sobre o patrimônio educativo e a relação com o contexto em que está inserido.

No início de 2018, Joice Leticia Jablonski defendeu sua dissertação no programa de mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. A historiadora é responsável pelo Museu Irmão Luiz Gartner e objetivou, em seu trabalho, identificar e analisar as representações sociais da população de Corupá sobre esse espaço. A partir dessa análise, Jablonski (2018) propõe ações ligadas à função social do museu e à construção de um novo papel social para esse local na comunidade em que está inserido. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural da Univille, do qual também faço parte. Seu trabalho foi de fundamental importância para compreender o contexto da criação do museu e suas relações com a cidade.

A busca nos bancos escolhidos para esta pesquisa encontrou outros trabalhos relacionados aos descriptores Corupá e Sagrado Coração de Jesus e, ainda, localizou alguns relacionados a outros aspectos da cidade (sem contextualização) e outras instituições educacionais da ordem, mas que não se referem ao objeto da pesquisa. Nas duas bibliotecas pesquisadas foram encontradas as dissertações já abordadas e também dois livros que fornecem subsídios históricos sobre a ordem no estado e sobre a cidade. O livro *Hansa Humboldt ontem, hoje Corupá*, de autoria de José Kormann (1992), por exemplo, é um importante subsídio para a compreensão do processo de colonização da região e de seu desenvolvimento como cidade até a década de 1980.

Já o livro *Presença e missão dehoniana no Sul do Brasil (1903-1913)*, de autoria de Valberto Dirksen (2004), é uma coletânea de textos que incluem cartas, relatos e informes que os padres e os irmãos dehonianos enviaram a seus superiores e confrades da Europa entre 1903 e 1913, apresentando importantes informações sobre o período de expansão máxima da congregação em território catarinense. Os textos foram traduzidos do alemão pelo autor do livro e seu conteúdo reflete o cotidiano, costumes, informações sobre as populações que atendiam e impressões dos missionários sobre sua prática. A obra também se apresenta como uma volta às origens para inspirar novos trabalhos acerca dessas frentes pioneiras no interior do Brasil, projetando uma luz sobre esse importante período de renovação e de mudanças no catolicismo tradicional de origem lusitana nas regiões atendidas por esses missionários (DIRKSEN, 2004). Assim, é referência tanto para a contextualização da implantação dessa ordem religiosa no estado quanto para o estudo da cultura escolar implantada nas instituições educacionais fundadas por esses missionários.

Outro tema abordado no desenvolvimento do estado da arte foi a investigação de como o conceito de patrimônio cultural escolar tem sido abordado na última década no campo da História da Educação. Para isso, foi realizada uma pesquisa a partir dos descritores patrimônio cultural escolar, patrimônio escolar e patrimônio educativo, no período do recorte proposto, em bases de dados regionais e nacionais, com vistas a localizar trabalhos no campo da História da Educação. O objetivo do levantamento foi identificar os termos utilizados e o referencial teórico empregado nessas diferentes denominações que circulam no campo da História da Educação quando se trata do patrimônio cultural ligado aos processos de escolarização.

Como sinalizado antes, aqui, mais uma vez, foram encontradas dificuldades referentes à repetição dos trabalhos e ao fato de outros sequer mencionarem os descritores. De todo modo, como também já indicado, apresento nesta seção os trabalhos relacionados ao objetivo proposto inicialmente pela pesquisa, que é o de investigar o emprego dos termos e o referencial teórico daqueles relacionados ao patrimônio educativo.

A Revista Linhas, do programa de pós-graduação em Educação da Udesc, respondeu pela maior quantidade de trabalhos encontrados, isso porque a linha de História e Historiografia tem desenvolvido diversas pesquisas na perspectiva da cultura material da escola a partir do estudo da cultura, dos objetos e das instituições

escolares. Além disso, os pesquisadores envolvidos têm estabelecido contatos com outros do mesmo campo e desenvolvido produções frutíferas relacionadas ao patrimônio cultural da escola. Nessa revista, foram selecionados cinco trabalhos, sendo três artigos, uma entrevista e uma apresentação de um dossiê sobre arquivos escolares.

Um deles é o artigo *Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate*, de autoria de Rosa Fátima de Souza Chaloba, que foi publicado na Revista Linhas no primeiro semestre de 2013. De todos os trabalhos abordados nesse periódico, ele se destaca pela maneira como aprofunda a discussão e apresenta indícios e referências para compreender o patrimônio cultural dentro do campo da História da Educação ao tratar dos desafios da preservação do patrimônio escolar no Brasil e sua relação com o desenvolvimento do patrimônio educativo no país. Inicialmente, a autora discorre sobre a configuração do campo do patrimônio cultural no Brasil, as tensões e os principais temas a respeito dele. A partir disso, ela alerta que inserir o patrimônio escolar nos debates do campo do patrimônio cultural é “um desafio a ser enfrentado e uma necessidade urgente” (SOUZA, 2013, p. 204). A autora aponta ainda que esse é um tema emergente na História da Educação, em decorrência da renovação do campo, resultando “em uma multiplicidade de práticas de conservação, inventário e estudo da cultura material” (SOUZA, 2013, p. 204). Ela destaca, nesse contexto, as pesquisas em culturas escolares, a busca dos pesquisadores nos arquivos escolares e os processos de organização e preservação que foram desencadeados em função disso, surgindo, assim, centros de memória e referência na produção acadêmica sobre a História da Educação, bem como o desenvolvimento e a dinamização do campo.

Um questionamento levantado por Souza (2013) nesse artigo é de ordem epistemológica e é uma das motivações do presente estudo: a que se refere a utilização do termo patrimônio escolar? Foi essa questão que me instigou a compreender quais são os termos utilizados e de que forma isso ocorre. A utilização do termo por Souza acompanha as tendências já consolidadas no campo do patrimônio cultural, que, a partir da ampliação de sua noção, percebe a diversidade de bens tangíveis e intangíveis relacionados à escola, considerando seus edifícios, acervos documental, museológico e bibliográfico e, também, modos de fazer e praticar o ensino (SOUZA, 2013). A autora aponta que o emprego de outros termos, como patrimônio histórico-educativo e patrimônio educativo, não é apenas uma questão

semântica, mas se refere “à concepção do que seja o patrimônio relativo à educação e às práticas de conservação” (SOUZA, 2013, p. 211). É preciso considerar que a utilização do termo educativo ao nos referirmos ao patrimônio relativo aos processos de escolarização, extrapola o ambiente escolar, considerando as demais instâncias educativas no processo de formação dos indivíduos.

Para além da importância da salvaguarda dos arquivos enquanto fontes para a História da Educação, Souza (2013) indica que as justificativas para a preservação do patrimônio escolar também se referem à importância de conservação da memória da escola. Entretanto, a autora considera que a conservação desse patrimônio deve servir às escolas e à comunidade em que ele está inserido, para reconhecimento dos seus significados e memórias, mas, principalmente, como “ferramenta de reflexão sobre o significado da escola como instituição ao longo do tempo e os sentidos de sua atuação no presente” (SOUZA, 2013, p. 213). Ela destaca que há a necessidade de coordenar as ações dos pesquisadores de patrimônio escolar e vencer as barreiras institucionais e geográficas que inviabilizam trabalhos coletivos. Ao finalizar o mapeamento, propõe que se organizem e fortaleçam “redes de cooperação e sociedades científicas integradas aos fóruns de historiadores da educação” (SOUZA, 2013, p. 214). Em um segundo momento do artigo, Souza discute aspectos relacionados ao patrimônio na contemporaneidade, que reverberam nos estudos sobre o patrimônio escolar, como a questão da memória.

A apresentação do dossiê sobre arquivos e acervos escolares, publicado na Revista Linhas no primeiro semestre de 2014, é de autoria de Maria Teresa Santos Cunha e Rosa Fátima de Souza Chaloba. Além de descrever os artigos que o compõem, discorre acerca dos arquivos escolares serem uma forma de responder às inquietações dos pesquisadores da História da Educação. O termo empregado é o de patrimônio educativo e, na descrição dos artigos, ele varia conforme a utilização dos autores que o estão referenciando, especificamente os termos patrimônio cultural escolar e patrimônio educacional. As autoras da apresentação apontam que a necessidade, e até mesmo um certo furor em preservar o patrimônio histórico educativo que esses arquivos portam, remete a uma cultura da memória, como abordado anteriormente neste artigo, pois são “depositários de coisas relevantes do passado formativo comum de algumas gerações e de sua relação com o mundo e com a escola” (CUNHA; CHALOBA, 2014, p. 8). Esses artigos serão trabalhados de forma específica no decorrer deste texto, já que apresentam visões diferentes, mas

que convergem na compreensão de aspectos da História da Educação a partir da atenção aos rastros presentes nos arquivos.

Também é das duas autoras acima citadas a entrevista realizada com a professora Maria Cristina Menezes (2014), que faz parte do dossier sobre arquivos e acervos escolares. Nela, Menezes (2014) discorre sobre sua atuação na preservação do patrimônio escolar relativo aos arquivos e acerca da potencialidade deles nos estudos do campo da História da Educação. A entrevistada aponta que a atenção aos arquivos é fruto de uma virada na História da Educação, que colocou as instituições escolares e seus acervos na pauta dos estudos deste campo. Ela indica também, na entrevista, perspectivas relativas a esse subcampo num contexto ibero-americano, tendo em vista as aproximações que existem entre os pesquisadores desses países. Além disso, fala do fortalecimento da História da Educação no Brasil nas últimas décadas, com destaque à produção sobre culturas escolares das instituições, o que articula o contexto nacional à demanda de preservação dos arquivos escolares. A atuação dos pesquisadores na atenção e na preservação dos arquivos escolares possibilitou que não apenas os estudos de culturas escolares ganhassem mais fôlego, como também destacou as pesquisas relacionadas aos acervos e patrimônios escolares encontrados nesses arquivos. Essa entrevista é uma importante forma de compreender a respeito das pesquisas sobre arquivos e acervos escolares no campo da História da Educação e apresenta a utilização do termo patrimônio histórico educativo, pela entrevistada, e patrimônio escolar, pelas entrevistadoras, mas não são apontadas referências dessa utilização.

Outro artigo que compõe esse dossier é de autoria de María Cristina Linares e intitula-se *El patrimonio intangible en el Museo de las Escuelas*. Nele, Linares (2014) defende que, ao se entender a escola como instituição que gera uma cultura específica, os museus sobre a História da Educação formam um corpus de educação patrimonial intangível ou imaterial. Ela aponta que os museus escolares fazem parte de um modelo de formação contínua inserido no contexto de uma instituição de ensino, num processo criativo de avaliação constante de si, que intervém na memória coletiva e interage com a história dos seus visitantes (LINARES, 2014). A autora discute o conceito de patrimônio cultural e o processo de musealização de bens escolhidos e com legitimidade e significação em um determinado tempo histórico.

Linares (2014) destaca que a escola é produtora de uma cultura específica e que pode ser considerada como objeto histórico, sendo os museus espaços para

conhecimento e estudo tanto da materialidade quanto da imaterialidade da História da Educação. Com a utilização do termo patrimônio educativo imaterial, apoiada nas definições da UNESCO, a autora propõe que se perceba o conjunto de processos relacionados às práticas educativas ao longo da história, especificado em relatos e tradições e transmitido oralmente ou por gestos. Ela defende que os museus contemplam a imaterialidade da História da Educação, que pode ser enunciada a partir de sua própria materialidade, uma vez que as práticas não estão descoladas dos objetos e vice-versa. A criação de um arquivo do patrimônio imaterial da escola, para a autora, pode contribuir para a construção da História da Educação que contemple outras vozes, memórias de excluídos e marginalizados e culturas minoritárias. A autora mostra que os museus são atores envolvidos na construção das memórias, especialmente onde há conflitos entre elas, e que a imaterialidade aponta para uma complexidade de olhar para a História da Educação, enriquecendo os usos e os significados que os indivíduos estabeleceram com a materialidade (LINARES, 2014).

Outro artigo da Revista Linhas que compõe o dossier em questão é de autoria de Maria Helena Camara Bastos e Alice Rigoni Jacques, intitulado *Liturgia da memória escolar – Memorial do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha* (2002). Nele, as autoras abordam a importância das instituições escolares na construção das memórias, sendo elas testemunhas para a construção da História da Educação e para os processos identitários dos alunos e professores (BASTOS; JACQUES, 2014). Para tratar da organização de espaços museológicos relacionados à História da Educação, as autoras empregam o termo patrimônio histórico-educativo e indicam que ele é “fundamental para a análise de historicidade de práticas escolares, através de distintos dispositivos que nos permitem narrar o cotidiano das escolas, revelar concepções educacionais e geracionais de determinado tempo e lugar” (BASTOS; JACQUES, 2014, p. 49). O estudo apresentado por elas refere-se ao acervo do Colégio Farroupilha, em Porto Alegre (RS) – o memorial do Deutscher Hilfsverein, que foi criado em 2002. Esse memorial é um espaço museológico que abrange atividades pedagógicas e de pesquisa, possibilitando o estudo da instituição mantenedora do colégio, o qual as autoras consideram que se configura como “um patrimônio cultural escolar exemplar e emblemático da História da Educação local” (BASTOS; JACQUES, 2014, p. 49). Elas também empregam os termos patrimônio cultural educativo e patrimônio material das escolas.

O único livro encontrado no levantamento é o *Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar*, fruto de um trabalho coletivo de pesquisadoras ligadas à Udesc e publicado no ano de 2012 pela Editora Insular. O livro reúne produções elaboradas em diferentes níveis de formação, relacionadas, em grande parte, à pesquisa *Objetos da escola: cultura material da escola graduada (1870-1950)*, desenvolvida com apoio da própria Udesc, da Capes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc). As organizadoras são Vera Lúcia Gaspar da Silva e Marília Gabriela Petry, mas o livro conta com a participação de outras 11 pesquisadoras (GASPAR DA SILVA; PETRY, 2012). Por meio de artigos que apresentam a cultura material da escola como pista para entender a História da Educação, pesquisando os caminhos percorridos pelos objetos e remontando à história deles, as pesquisadoras destacam as possibilidades de acessar e descobrir, por meio da cultura material, as relações sociais e os modos de produção da escola e da sociedade em que está inserida. A cultura material da escola é, portanto, uma forma de compreender a cultura escolar produzida e é encarada como um patrimônio escolar.

No banco de teses da Capes foram encontrados trabalhos relacionados ao campo da educação e do patrimônio – uma tese e uma dissertação. A tese, intitulada *Educação matemática e educação ambiental: uma abordagem sobre o tema ‘depredação do patrimônio escolar’ em uma instituição de ensino público de Bauru - SP*, de autoria de Regina Helena Munhoz, foi defendida no programa de pós-graduação em Educação para a Ciência da Universidade Estadual Paulista, no ano de 2008. A tese não discute, dentro do campo da História da Educação, o conceito de patrimônio cultural, mas aponta uma reflexão sobre o bem comum e incita à uma sensibilização da comunidade escolar com o seu patrimônio não como algo referente somente a uma perspectiva de passado. A autora aborda as potencialidades de um projeto temático para as relações de ensino-aprendizagem de professores e alunos em uma escola de ensino público, em um projeto referente ao tema depredação escolar, cujos resultados apontaram não apenas um aumento do conhecimento dos temas específicos, mas também uma melhor relação entre os indivíduos envolvidos, com o sentimento de comprometimento e conhecimento do ambiente em que convivem diariamente (MUNHOZ, 2008). Isso demonstra que o conhecimento sobre

a realidade em que se está inserido potencializa os processos de identificação e pertencimento, o que influencia quanto à preservação desse patrimônio.

Já a dissertação é de Rosângela Cristina Gonçalves e foi defendida em 2011, na Universidade Estadual de Campinas, na Faculdade de Educação, sob o título *EE. Dr. Tomás Alves – histórias e memórias*. Com uma variedade de fontes encontradas no arquivo da instituição, que a autora caracteriza como devidamente organizado, ela aborda a trajetória histórica da escola desde sua criação, em 1918, até 2005, destacando sua importância local (GONÇALVES, 2011). Assim, demonstra, nesse trabalho, a importância da preservação dos arquivos escolares como fontes para a História da Educação, como suportes da memória da educação. A autora sustenta teoricamente seu trabalho na relação da memória com a história com base em Halbwachs, Nora e Pollak e destaca que, a partir da década de 1990, cresceram os programas em universidades e instituições voltados para a memória e o patrimônio escolar visando sua preservação. O termo empregado é patrimônio escolar e, em alguns momentos, ela o denomina como patrimônio público escolar, pois se referia a uma escola pública. Percebe-se que a autora, ao empregar o termo patrimônio escolar, defende especificamente a preservação dos documentos e artefatos encontrados nas instituições escolares que dão indícios dos processos, das práticas e das relações ali desenvolvidos. Ela destaca, em suas considerações, que a nova história encontrou no patrimônio material escolar “uma grande fonte de pesquisa e não mais como parte do acervo morto da escola” (GONÇALVES, 2011, p. 104).

As discussões sobre a temática não são restritas ao Brasil. Na Espanha, por exemplo, também estão sendo desenvolvidos trabalhos discutindo a imaterialidade que está presente no patrimônio escolar. Um destaque é o artigo de Cristina Yanes Cabrera (2007), que aponta que a experiência em museus escolares transcende a materialidade, abrangendo também questões como a transmissão de uma cultura educacional imaterial pelos objetos, testemunhos e documentos ali expostos. Por meio da preservação e da difusão da materialidade de outros tempos educacionais, as novas gerações podem apreender e ter contato com valores vigentes no contexto educacional relativo ao objeto. Somado a isso, Cabrera (2007) considera que o contato com o patrimônio da educação possibilita que os indivíduos compreendam a importância e a necessidade da preservação dele, material e imaterial, o que é essencial para a memória social. Além da reflexão sobre os processos educacionais passados, o contato com o patrimônio educativo permite também que os indivíduos

se percebam como atores nos contextos educacionais em que estão inseridos, passando a atuar sobre a preservação e a salvaguarda deles como forma de entenderem a si próprios e a sua realidade (CABRERA, 2007).

O tema Patrimônio educativo é utilizado em países como Espanha e Portugal, e de modo relacionado com a produção acadêmica no Brasil. Fruto dessa relação, foi realizado o Simpósio Ibero-americano: História, Educação, Patrimônio Educativo, que teve sua quarta edição no ano de 2015, em São Paulo. A primeira foi realizada em 2012, na Unicamp; a segunda, em Buenos Aires, em 2013; e, em 2014, a terceira edição foi realizada no México. Eventos como esse têm buscado fortalecer o campo e debater políticas de preservação, usos e significados do patrimônio escolar e do campo de pesquisa, entre outras questões.

O pesquisador espanhol Viñao (2011) também emprega o termo patrimônio educativo e aborda questões relacionadas à cultura da memória e às relações entre história e memória. Nesse cenário, aponta o alargamento da noção de patrimônio e as disputas de memória que existem em torno dele. O autor considera que o patrimônio educativo tem recebido atenção especial por estar inserido nos fenômenos do presente relacionados ao consumo de memória, que ele aponta como furor comemorativo e de musealização da contemporaneidade. Insere, então, nesse contexto nostálgico, os estudos sobre a História da Educação, mas destaca a necessidade de salvaguarda do patrimônio educativo como forma do presente se relacionar com o passado e sugere sua catalogação e preservação. As questões relacionadas ao patrimônio cultural e à cultura da memória afetam diretamente o patrimônio educativo, e o autor faz alertas nesse sentido, o que demonstra que, para estudar o patrimônio da escola, é necessário compreender as dinâmicas do campo do patrimônio cultural e seus significados para a sociedade contemporânea.

Dentro dessa mesma perspectiva estão dois periódicos que reúnem muitas publicações da área no âmbito internacional: a Revista Cabás<sup>5</sup> – Revista Digital sobre Patrimônio Histórico-Educativo – e a Revista Ibero-americana do Patrimônio Histórico Educativo<sup>6</sup>. A primeira, editada pelo Centro de Recursos, Interpretación Y Estudios de

---

<sup>5</sup> Revista Cabás - Revista Digital sobre Patrimônio Histórico-Educativo:  
<http://revista.muesca.es/index.php>

<sup>6</sup> Revista Ibero-americana do Patrimônio Histórico Educativo: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/RIDPHE-R/index>

la Escuela (Crieme), emprega o termo patrimônio histórico-educativo e os trabalhos publicados nela relacionam-se com museus escolares, arquitetura escolar, objetos escolares, memória e identidade escolar. A segunda é uma publicação ligada à Faculdade de Educação da Unicamp e suas publicações circulam em torno de arquivos escolares e documentos escritos relacionados ao que também se considera patrimônio histórico-educativo. As duas revistas são exemplos de como as pesquisas brasileiras acompanham as europeias no campo da educação, com destaque para as espanholas, como já abordado anteriormente.

A partir deste levantamento da produção acadêmica a respeito do tema, foi possível identificar os termos utilizados pelos autores e verificar o referencial teórico. Neste levantamento, foram encontrados poucos trabalhos no campo da História da Educação que empregassem conceitos relacionados ao patrimônio cultural ligado aos processos de escolarização. Em sua maioria, os trabalhos encontrados relacionam os arquivos escolares e a preservação deles enquanto patrimônio das instituições escolares e espaços para sua preservação. Além disso, os têm como fontes para o estudo da cultura escolar. As discussões sobre a cultura escolar, em geral, incidem acerca da questão do patrimônio, mas, por diversas vezes, apenas tangenciam o conceito, compreendendo-o como fonte para estudar essas culturas escolares. Diante disso, acredito que é necessário acompanhar as discussões que aprofundam o estudo do patrimônio relativo à escola como forma de compreender tanto os processos de escolarização e os que extrapolam o ambiente de sala de aula, e também os usos e significados desses bens na contemporaneidade em que estão inseridos.

Souza (2013) descreve a configuração do campo da História da Educação e os estudos relacionados aos patrimônios escolares, apontando uma multiplicidade de iniciativas – com forte caráter regional – que atestam a consolidação da temática no país. A autora considera que é preciso avançar no debate político sobre a preservação desse patrimônio escolar e também na reflexão dos sentidos dessa preservação, a fim de saber quais os beneficiários dela e qual o papel dos historiadores da educação nesse sentido. A reflexão apresentada por Souza (2013) indica a compreensão de que o termo patrimônio escolar seja o mais adequado a ser empregado. Identifiquei também que a produção específica sobre patrimônio escolar é pequena, com as produções que mencionam o conceito relacionando-se mais à cultura escolar e aos

arquivos e acervos escolares a partir de uma apropriação externa. É necessário que seja ampliada essa reflexão sobre a definição no campo do patrimônio escolar, por meio da reflexão epistemológica partindo do campo do patrimônio cultural, para que as discussões que são empreendidas nele sejam apropriadas de forma aprofundada pela História da Educação.

Considero ainda que é preciso endossar o debate sobre a imaterialidade do patrimônio relativo aos processos de escolarização. O patrimônio cultural, tanto em seus aspectos materiais quanto nos imateriais, é portador de memórias e constitui uma narrativa daquilo a que se referem. A partir da imaterialidade da História da Educação, tomada com base na cultura escolar, pode-se levantar a sua memória, não atendendo a fins celebrativos ou preservacionistas, mas, sim, na busca da compreensão dos significados desse patrimônio imaterial no presente e quais questionamentos ele possibilita sobre a contemporaneidade – bem como sobre os processos históricos que demandaram transformações nesse referencial simbólico, numa atuação mútua entre a cultura da sociedade e a cultura escolar.

Existem outras possibilidades e demandas de pesquisa, como o estudo das instituições escolares e sua significação nas sociedades contemporâneas em que estão inseridas, considerando os seus prédios. Os prédios escolares são projetados ou adaptados para educar e fazem isso em relação aos princípios e materiais pedagógicos que se acumulam nas experiências em formação e nas dimensões visuais que se formam no imaginário da população. Para além de representarem a História da Educação, esses prédios fazem parte da história das cidades e estão inseridos numa dinâmica patrimonial presentista e na cultura da memória. Esses bens representam um passado e também um presente e, ao serem considerados como patrimônio cultural, é relevante analisá-los a partir dos processos sociais de apropriação e representação ocorridos na vida contemporânea das cidades em que se localizam. Novos usos são feitos e novos modelos educacionais circulam nesses espaços, o que também faz parte da constituição deles enquanto patrimônio cultural.

O estudo do estado da arte possibilitou uma investigação sobre o assunto proposto como tema de pesquisa, favorecendo uma reflexão sobre sua relevância e ineditismo dentro do campo e, ainda, as possibilidades teórico-metodológicas da área a partir da análise de pesquisas já realizadas. Possibilitou também o contato inicial com uma nova área, que é o caso do presente estudo. Nesse sentido, sublinho novamente a importância da realização do estudo do estado da arte ao identificar

questões relativas ao tema a partir do que já foi produzido e de tomar conhecimento desse material enquanto fonte bibliográfica para a nova empreitada investigativa.

A partir disso, a pesquisa desenvolvida e aqui apresentada foi se delineando, conforme o objeto e a tese se entrelaçavam. Um importante momento nesse percurso foi a qualificação, quando diversos olhares aprimoraram a pesquisa, tornando-a viável dentro das possibilidades existentes e conectando a tese e o objeto com a metodologia. Foi nesse momento que, para discutir o patrimônio imaterial resultante dos processos de escolarização, optei por desenvolver um estudo de caso. A respeito das escolhas metodológicas e como foram desenvolvidas para chegar a este texto discorro no item a seguir.

## 1.5 METODOLOGIA E CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Este trabalho está permeado pelas experiências do vivido, mas não deixa de ser uma narrativa técnica, fruto do ofício historiográfico, apoiada em Certeau (1982). E, por esse motivo, tem amparo em escolhas metodológicas que foram feitas para evidenciar do objeto estudado os aspectos que poderiam contribuir com a defesa da tese que proponho. A partir de sugestão da banca de qualificação, foi delineada uma abordagem da cultura escolar dos dehonianos por meio de um estudo de caso do Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá. Este estudo de caso procurou evidenciar aspectos da cultura escolar dos dehonianos com vistas a problematizá-los como patrimônio educativo resultante dos processos de escolarização ali desenvolvidos.

De acordo com Ventura (2007), o estudo de caso como modalidade de pesquisa propõe o estudo de um caso e o que ele sugere a respeito do todo e, por isso, concordo que seja o método que torna possível discutir a imaterialidade do patrimônio educativo. Para essa mesma autora, o estudo de caso “visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações” (VENTURA, 2007, p. 384). O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que busca reunir dados relevantes sobre o objeto de estudo e alcançar um conhecimento mais amplo sobre o objeto inserido em seu contexto (CHIZZOTTI, 2014). Encontrei nessa abordagem metodológica o

caminho para problematizar, por meio do estudo da cultura dos dehonianos, as questões conceituais que se apresentaram na formação durante meu doutoramento.

No ano de 2015, pesquisei nos arquivos da ordem em Brusque e Corupá (atualmente, porém, todo o acervo está em Corupá). Sobre a EASCJ, pesquisei nos documentos que gentilmente eram disponibilizados pela equipe do Museu Irmão Luiz Gartner de forma organizada e selecionada. Diante disso, não foi possível estabelecer uma análise cronológica das fontes, e sim, no entrecruzamento delas, operacionalizar questões temáticas. Os documentos foram movimentados em relação aos indícios que apresentavam, levando à uma compreensão das práticas desenvolvidas na EASCJ conforme o que foi disponibilizado. Estou ciente de que essa seleção prévia dos documentos pode vir a interferir, vetando aspectos que poderiam ser importantes, porém, busquei dar ênfase às questões observadas em diversas fontes – direcionando o caminho da análise com base no referencial teórico e historiográfico previamente desenvolvido.

Tive acesso a muitas fotografias, periódicos e atas de entidades, como Grêmio Estudantil e Centro Cívico, Corpo Docente, Diretoria e Conselho da Família. Além disso, os documentos que formaram a base da minha análise foram regimentos, calendários, relatórios e outras normas, como o horário geral. Não foi possível estabelecer continuidade entre as fontes, nem uma organicidade lógica e temporal. No entanto, inspirada em Dominique Julia (2001), procurei fazer flecha com as madeiras que estavam disponíveis. Sendo assim, a partir dos documentos normativos e no entrecruzamento deles com as demais fontes, desenvolvi o estudo de caso, procurando perceber nos documentos as representações que forjaram, nas práticas escolares da EASCJ, o *ethos dehoniano*.

O termo *ethos* refere-se aos costumes e aos valores de um determinado grupo localizado no tempo e no espaço (SILVA, 2009). Leonardo Boff (2005) apresenta a origem grega da palavra *ethos* e a define como a forma pela qual organizamos o mundo que habitamos com os seres humanos e a natureza. Dentro do campo da antropologia, *ethos* refere-se aos aspectos morais e de atribuição de valores que fazem parte de uma cultura. Clifford Geertz (1989, p. 93) aponta que o *ethos* é “o tom, o caráter e a qualidade de vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete”. O *ethos* representa, nesse sentido, um tipo de vida e, relacionado à visão de mundo, oferece significado para o indivíduo se perceber dentro de sua cultura e utilizá-la para

compreender o mundo em que vive. Geertz aborda essas questões ao discutir os símbolos sagrados, que ele considera que fornecem subsídios para essa constituição de cada um em determinada cultura – o que pode e o que não pode, aquilo que é proposto e deve ser seguido.

Ao pesquisar os documentos do Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá, investigando aspectos do currículo, das práticas, das tradições e das representações que ali circulavam, busquei destacar os aspectos que compõem a cultura escolar praticada nesse espaço. Aspectos esses transmitidos em regras, costumes, sermões e atividades desenvolvidas enquanto o seminário atuou na formação dos jovens meninos da região. Aspectos que marcaram profundamente a vida desses rapazes e a região em que o seminário está inserido – e que traduzem o *ethos* dehoniano, que abordo no próximo capítulo.

Compartilho da visão de que o patrimônio cultural está intimamente ligado à qualidade de vida, às condições dignas para que a constituição de um indivíduo como cidadão ocorra. O acesso à memória possibilita que ele construa e reconstrua sua identidade. É no local em que se vive que se atua mais diretamente e é a partir dos laços estabelecidos com esse local que se sente parte dele, ou seja, que nos constituímos enquanto cidadãos. Para isso, uma importante ferramenta é o acesso ao patrimônio cultural e à memória ali representada – seja ela relacionada à materialidade, seja ela relacionada às práticas, tradições e especificidades de uma comunidade –, que tece no indivíduo a noção de cidadão participante desse espaço. E o patrimônio relativo à educação contribui nos processos de construção das identidades com os bens e as produções simbólicas que marcaram a vida das pessoas (MOGARRO, 2013).

Cunha e Chaloba (2014, p. 5) apontam que a produção acadêmica tem importante função na preservação do patrimônio educativo em contraposição à ausência de políticas públicas voltadas para a sua salvaguarda, tendo em vista os vínculos da “memória educacional com a memória social constituindo, ambas, como direitos inalienáveis da cidadania”. Nesse sentido, apresento um olhar para o patrimônio educativo dos dehonianos em Corupá partindo do princípio que ele conjuga os bens materiais e imateriais, uma vez que essa relação é indissociável, compreendendo esse patrimônio como os bens materiais e também como a cultura escolar observada por meio desta pesquisa.

O texto que apresento é profundamente diferente do que imaginei quando construí o projeto – e essa é uma das questões mais surpreendentes do fazer historiográfico e resultante também dos caminhos sobre os quais refleti no início deste capítulo. Vale dizer ainda que este primeiro capítulo surgiu apenas no processo final da escrita, após muitas elucubrações e planejamentos de como seria estruturada a tese e das lapidações pelas quais ela passou. Ele se tornou necessário para se adaptar às mudanças pelas quais a pesquisa passou nesse processo, e sua existência se tornou imprescindível para uma versão mais amadurecida da proposta inicial. Nele, busco apresentar minha constituição historiográfica e interdisciplinar, bem como o tema desta pesquisa, e lançar as bases teóricas nas quais apoio o desenvolvimento do trabalho. Por isso, apresento neste capítulo reflexões desenvolvidas a respeito do ofício de historiador, a partir de Michel de Certeau (1982), expondo minha visão do processo de construção de uma tese historiográfica. Considerando e respeitando os limites dos campos, sublinho o valor que a interdisciplinaridade tem na minha trajetória acadêmica, que foi o que direcionou, especificamente, o desenvolvimento desta pesquisa no programa em que está inserida. Assim, apresento as bases teóricas, que são os autores e conceitos dentro da História da Educação e do patrimônio cultural a partir dos quais construí a base deste estudo de caso e a problematização em que está baseada a tese.

O estudo de caso pressupõe uma fundamentação teórica robusta e que considere casos semelhantes, assim como a avaliação dos caminhos seguidos (VENTURA, 2007). Além disso, o estado da arte contribui para o estudo de caso ao possibilitar uma delimitação mais clara do problema de pesquisa, orientando a coleta de documentos (CHIZZOTTI, 2014).

Ao desenvolver esse trabalho, mediante uma narrativa historiográfica apresento também, nesta etapa, de forma objetiva e clara, o objeto e as metodologias empregadas. Isso porque acredito que a produção acadêmica deve ser fruto de reflexão epistemológica, apoiada em bases metodológicas sólidas, mas que se comunique de forma clara tanto com a comunidade acadêmica quanto com a sociedade a quem se destina a produção.

Em seguida, no segundo capítulo, discorro sobre o objeto desse estudo de caso: a ordem dos dehonianos, apresentando o Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá, que me levou a conhecer essa ordem que instigou em mim a discussão entrelaçando História da Educação e patrimônio cultural. Os diversos livros produzidos

pela ordem dos dehonianos no Brasil a seu respeito são a fonte principal deste capítulo: neles são encontradas várias informações sobre a ordem, desde sua fundação até os dias atuais, reflexões e representações sobre a sua própria história, entre muitos outros aspectos. Os documentos utilizados nesta etapa referem-se às fontes institucionais virtuais da ordem, jornais, documentos oficiais e fotos que foram coletados nos arquivos da ordem nas cidades de Brusque e Corupá. Esse material contribuiu fartamente para o desenvolvimento de uma narrativa historiográfica com o objetivo de compreender e contextualizar a ordem, bem como de compartilhar com os leitores o que aprendi nesse processo acerca dela.

Inicialmente, apresento a trajetória dos dehonianos até a impactante presença no Brasil, por meio da educação, em especial no Norte do estado de Santa Catarina, em Corupá. Aqui, considero os contextos europeu e brasileiro como pano de fundo para as motivações sociais e políticas que envolveram a construção de um seminário na cidade, terra de colonização europeia, mas ainda tão pouco ocupada até então. A instalação do seminário foi um ponto de virada para o município e também um marco importante na minha narrativa. A transformação do espaço no decorrer do tempo, a consolidação da presença dehoniana na região e os novos usos do espaço após o encerramento das atividades educacionais são aspectos abordados no fim do capítulo, com vistas a instigar a percepção dos significados possíveis desse patrimônio cultural na contemporaneidade. Além disso, é possível perceber como a ordem inculca em sua atuação pedagógica aspectos filosóficos e teológicos, gerando um *ethos dehoniano* presente em seus materiais, sermões e no decorrer de sua história. Considero que o *ethos dehoniano* está intimamente ligado com a cultura escolar da ordem, abrindo espaço para reflexões sobre aspectos da imaterialidade de seu patrimônio educativo.

Seguindo essa perspectiva e desenvolvendo o estudo de caso, o terceiro capítulo aborda a cultura escolar dos dehonianos no Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá. A cultura escolar é uma categoria de análise que me cativou dentro do campo da História da Educação e me fez ver total relação com os estudos interdisciplinares do patrimônio cultural. Há diversos autores que são a base dessa categoria de análise e, tendo em vista o objeto do estudo de caso, opto por discutir a partir da perspectiva de Dominique Julia, Viñao Frago e André Chervel e autores brasileiros, como Diana Vidal Gonçalves, Rosa Fátima de Souza e Luciano Mendes de Faria Filho.

Não apresento mais uma análise epistemológica sobre o conceito, mas, sim, os convido a me auxiliarem na análise da cultura escolar dos dehonianos no Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá. Essa construção teórica me direcionou novamente para o estudo das representações sociais, construindo um diálogo entre esse estudo e a análise da cultura escolar.

Busquei estabelecer diálogo entre os aportes teóricos e os documentos coletados, com o objetivo de evidenciar aspectos da cultura escolar dos dehonianos, para a partir disso, empreender a discussão a respeito dos aspectos que forjam a imaterialidade do patrimônio educativo dos dehonianos no estado de Santa Catarina. Nesse apresento aspectos sobre uma cultura escolar específica dos dehonianos em Corupá, analisando as normas e as finalidades que regeram as práticas pedagógicas do Seminário a partir de documentos normativos como o regimento interno e o regulamento, calendários e horário geral, entrecruzando com fotos, periódicos, atas de entidades internas, e contrapondo aos relatórios anuais. Com isso, foi possível evidenciar aspectos para construir uma narrativa sobre a cultura escolar dos dehonianos em Corupá, percebendo como o carisma dehoniano foi efetivado nas práticas cotidianas do Seminário de Corupá.

Nas considerações finais são sintetizadas as análises desenvolvidas, e retomo aspectos importantes do estudo de caso empreendido, problematizando o *ethos dehoniano* a partir do estudo da cultura escolar, refletindo a respeito do que constitui a imaterialidade do patrimônio educativo.

## 2. O *ETHOS* DOS DEHONIANO EM SANTA CATARINA

A ordem dos dehonianos em Santa Catarina tem casas de formação nas cidades de Brusque, Corupá, Rio Negrinho e Jaraguá do Sul. O Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá, segunda unidade implantada no estado, é uma construção imponente (Figura 1). Localizado no bairro Seminário, tem cerca de 680 mil metros quadrados, sendo 25 mil de área construída, que abriga o Teatro Padre José Anchieta, uma adega, Velas Seminário de Corupá, o espaço Rancho da Lagoa, jardins temáticos, uma loja de souvenirs, um restaurante, um museu e uma capela. O terreno também possui pastagens para gado de corte, criação de suínos e peixes e cultivo de hortaliças, frutas, plantas ornamentais, cana-de-açúcar e milho (SCHLICKMANN, 2011).

Figura 1 – Vista aérea do Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá



Fonte: Tiago Murilo Mafra, 2017.

Explorando a vertente turística do espaço, a congregação encontrou no turismo uma forma de manutenção da estrutura da Sociedade Dehoniana Brasil Meridional. Isso porque, no local, são realizadas festas regionais, shows, casamentos, entre outros eventos, além de almoços dominicais após as missas. Giacomozzi Júnior (1999) considera que o Seminário Sagrado Coração de Jesus é um dos atrativos

socialmente produzidos e que se constitui como um dos principais patrimônios históricos do município (Figura 2). Percebi, nas sondagens iniciais da pesquisa, que sua existência é motivo de orgulho e identificação para os moradores da cidade. Porém, com o passar do tempo e as mudanças em suas atividades, além das próprias transformações de Corupá, sua importância educacional ficou em segundo plano.

Figura 2 – Seminário Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Tiago Murilo Mafra, 2017.

As atividades turísticas caminharam lado a lado com a vocação educacional do seminário, sendo que, logo após a inauguração do prédio, em Corupá, foram construídos um aviário e um museu. Na década de 1970, o lugar passou a receber um maior número de visitantes, desenvolvendo, então, as funções ligadas ao turismo. Além disso, a população local também utiliza o espaço para atividades de lazer, tanto que o seminário é apontado como “a primeira entidade a despertar o turismo de Corupá” (GIACOMOZZI JÚNIOR, 1999, p. 28).

O museu, que se chama Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner, anteriormente denominado Museu do Sagrado Coração, é uma das primeiras instituições museológicas de Santa Catarina. Com atividades iniciais ligadas ao viveiro Paraíso das Aves, o espaço reuniu considerável acervo de animais da fauna brasileira a partir da dedicação do irmão Gartner ao viveiro e à taxidermia. Além desse acervo, o museu

foi reunindo, ao longo do tempo, objetos e documentos religiosos da ordem, tais como vestimentas (Figura 3), arte sacra, itens pessoais e também relacionados à liturgia católica. Somam-se a isso acervos científicos e bibliográficos, materiais pedagógicos, arqueológicos, etnológicos e de curiosidades, numismática, fotografias e outros, que ajudam a compreender a história do prédio e da cidade, e que também constroem uma narrativa sobre o lugar.

Figura 3 – Acervo exposto atualmente no Museu Irmão Luiz Gartner



Fonte: Da autora, 2015.

O encerramento das atividades escolares do seminário fez com que o museu crescesse – os espaços foram readequados e sua área aumentou consideravelmente, “passando a ter instalação de reserva técnica e mais salas expositivas” (JABLONSKI, 2018, p. 54). Em 2013, o museu recebeu um projeto de requalificação e, com isso, tem buscado se desenvolver em relação à importância que o acervo da instituição

possui e às possibilidades relacionadas à sua função social. Atualmente, está inserido na implantação de um plano turístico explorando as possibilidades culturais e religiosas do local, que tem por objetivo a sustentabilidade do seminário de Corupá (JABLONSKI, 2018). Essas atividades têm possibilitado, desde 2013, o acesso a pesquisas na instituição, facilitando a consulta aos documentos relativos à história da ordem e sua presença no estado, contribuindo para a produção científica a respeito não apenas da ordem, mas também da História da Educação em Santa Catarina.

No item a seguir, trato a respeito da trajetória dessa ordem no estado, apresentando resultados da pesquisa que contou com obras que contêm informações sobre o contexto analisado e também livros acerca da ordem, seu fundador e sua presença no Brasil. Sem a intenção de fazer uma compilação de toda a produção existente ou mesmo criar uma narrativa pretensamente completa, busco reunir os aspectos que foram importantes para a construção historiográfica do objeto de pesquisa que escolhi para desenvolver o estudo de caso. Os livros produzidos pela ordem sobre sua trajetória serviram como fontes documentais e demandaram esforço extra no que se refere à crítica documental e ao afastamento acadêmico. A história da ordem impressiona e inspira, mas o objetivo é claro e conciso: contextualizar o objeto de estudo de caso, evidenciando aspectos importantes para o desenvolvimento desta tese.

## 2.1 ASPECTOS DO ESTUDO DOS DEHONIANOS

O Pe. Dorvalino Koch (1993, p. 16) aponta que todas as ordens e congregações religiosas têm a mesma finalidade: “A promoção da glória de Deus e a santificação dos seus membros mediante a prática dos três votos – de obediência, castidade e pobreza, e pela observância de constituições próprias”. Entretanto, tendo em vista a variedade e a diversidade de aspectos a serem escolhidos para mais dedicação e desenvolvimento da vocação religiosa, é necessário que se faça opção por alguma ordem, como a dos dehonianos, objeto de estudo desta tese. A ordem dos dehonianos foi fundada por León Dehon, religioso que resolveu dedicar sua vida pessoal e a de sua congregação à devoção do Sagrado Coração de Jesus (KOCH, 1993).

A Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus, cujos membros são chamados dehonianos, em função do nome de seu fundador, nasceu em 28 de junho de 1878, na França. Inicialmente, era chamada de Oblatos do Coração de Jesus, mas, após um período em que ficou fechada, foi reaberta com o novo nome. De acordo com o Dicionário Histórico das Ordens (2010), a congregação tem 2.300 membros e está presente em 40 países, sendo que sua sede é em Roma, na Itália. Organizada em províncias, regiões e distritos, busca corresponder ao amor de Cristo por meio de sua doação total ao Reino, desenvolvendo atividades relacionadas ao apostolado, à missão e à educação.

Os aspectos históricos evidenciam como a proposta de seu fundador se fez presente na cultura escolar e como ainda é sensível o carisma dessa ordem em suas atividades contemporâneas. *Carisma* é um termo católico que, em seu catecismo (1993), considera que é um dom que Deus dá para que as pessoas usem em benefício da Igreja e da humanidade. Os institutos e as congregações também possuem carismas reconhecidos, com os quais definem sua missão e área de atuação, tornando-os sua identidade e importante fonte para a formação de pessoas consagradas. O carisma está relacionado com as normas e, essas, com o espírito, o caráter, a finalidade e a tradição de uma ordem, sendo o que une e define o grupo de indivíduos ligados a ela. Os religiosos, portanto, identificam-se, integram-se e vivem conforme o carisma da ordem à qual escolhem pertencer. E as práticas dela refletem o carisma definido pelo seu fundador, que, no caso dos dehonianos, são amor e reparação. É esse carisma que orienta a escrita das Constituições da Ordem, bem como das instruções que compõem as Regras de Vida, obras que são a base da conduta dos obreiros da Congregação do Sagrado Coração de Jesus.

Ao conhecer o termo carisma e ver que ele está fundamentado em obras que direcionam a vida da congregação, busquei encontrar uma relação teórica, dentro das concepções das ciências humanas, que tornasse possível relacioná-lo com as tessituras interdisciplinares que vêm sendo construídas neste trabalho, e foi aí que encontrei no termo *ethos* a aproximação pretendida. Nesse contexto, estudar a trajetória dos dehonianos em Santa Catarina e conhecer o carisma de seu fundador e, por consequência, da ordem, possibilita a compreensão do *ethos* desse grupo, bem como a construção de relações desse conjunto de crenças, valores, hábitos e práticas com a cultura escolar desenvolvida pela ordem e que refletiu na constituição histórica da cidade.

## 2.2 LÉON DEHON: UM CHAMADO PARA A EDUCAÇÃO DOS POVOS DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO

A partir de Léon Dehon, tive contato com o carisma dehoniano, que me levou a compreender o *ethos* do grupo, refletido em seus símbolos, suas atividades educacionais e na forma como desenvolveram suas ações e seus bens patrimoniais no estado catarinense. As atividades pastorais da ordem propostas por Dehon referiam-se à:

[...] a pregação da palavra de Deus em missões populares, exercícios espirituais e catequese; a educação da juventude em seminários e colégios; a formação do clero e laicato; e o empenho pela justiça social, em apoio aos pobres e marginalizados (KOCH, 1993, p. 17).

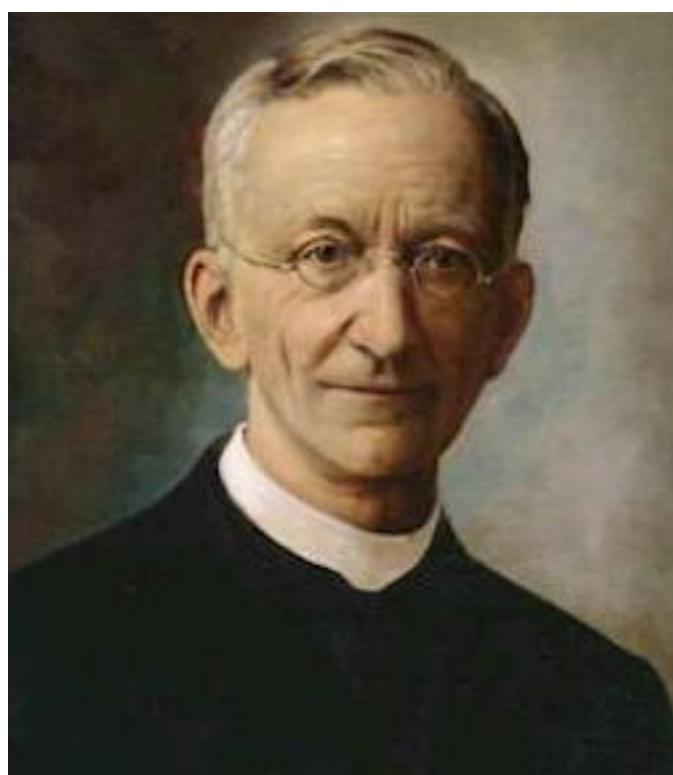
León Dehon nasceu em uma família que pertencia à alta burguesia de uma pequena cidade ao Norte da França, em 1843, quase no período em que Eric Hobsbawm (2012) denomina como primavera dos povos. Então, o contexto é a Europa que havia superado a Era Napoleônica, mas que estava profundamente marcada por essa época e por essa figura. Caracterizado pelo avanço da economia capitalista industrial e pelos primeiros passos da globalização, esse período é descrito também pelos ideais e princípios que fundamentaram um novo formato de sociedade. Nele, a crença na razão, na ciência e no liberalismo como meios de alcançar o progresso eram a base de uma nova sociedade burguesa: triunfante, mas ainda hesitante em relação aos meandros políticos (HOBSBAWN, 2012).

A Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, afetou profundamente a vida das pessoas nesse período. Somado à ascensão da burguesia, houve toda uma transformação social e urbana. Além disso, foram formados e consolidados grandes impérios, como a Inglaterra e a Alemanha. O fim do século XIX também fundamentou o que depois viria a ser chamado de *Belle Époque* – um período de grande crença no potencial humano por meio do desenvolvimento científico e econômico que estava sendo vivido. Quer dizer, as sociedades europeias passaram por profundas transformações não apenas econômicas e sociais, mas também culturais, com novos modos de viver e de representar o mundo. No entanto, a fome, a desigualdade social e as condições precárias de vida da maior parte da população desses centros urbanos

no entorno das fábricas fizeram com que muitas das ilusões de bem-estar e desenvolvimento mediante o progresso desaparecessem (HOBSBAWN, 2014).

A Europa sofria inúmeras convulsões sociais e foi nesse contexto de profundas transformações, desenvolvimento e complexidade das relações sociais que nasceu Léon Dehon (Figura 4), que é o fundador da ordem dos dehonianos. Sua trajetória reflete o contexto em que desenvolveu a sua obra e apresenta indícios para a compreensão do seu legado na contemporaneidade.

Figura 4 – León Dehon



Fonte: Memorial à Presença Dehoniana em Brusque, 2015.

Não faltam biografias a respeito de León Dehon, nas mais diversas línguas, sob várias perspectivas e com diferentes formas de citar seu nome: Leão Dehon, João Leão Dehon, Leão João Dehon. Como feito até aqui, continuarei chamando-o de Léon Dehon.

O processo de coleta de informações buscou evidenciar aspectos relevantes acerca desse homem que teve uma vida longa totalmente dedicada à sua vocação. Aspectos esses que auxiliam no estudo de caso do patrimônio dos dehonianos em Santa Catarina, possibilitando compreender a origem da sua cultura escolar e o fato de sua presença em nosso estado ser eco da vida e da obra de um indivíduo.

Léon Dehon é apontado por autores da ordem como um pioneiro social, ou “pioneiro do engajamento sociopolítico da Igreja” (OLIVEIRA, 2011, p. 33). Nesse sentido, ele é destacado como precursor de busca por mudanças na filosofia da Igreja, na procura de ação direta do clero sobre a vida social e na preocupação com o contexto em que tudo isso estava inserido. Para ele, não era apenas agir, mas estudar e compreender a vida para além dos claustros. O Pe. Palermo, um de seus biógrafos, o descreve como “um teórico da ação, mas também um iniciador e um realizador. Por onde passou, deixou a marca de sua personalidade e fez surgir obras” (PALERMO, 2003, p. 121).

Dehon produziu, ao longo de sua existência, estudos sociológicos e teológicos sobre a vida cristã em sociedade, que foram absorvidos pela cultura da ordem. O Pe. Zezinho<sup>7</sup> de Oliveira (2001), em seu livro sobre Léon Dehon, aponta que ele fez política, ensinou política e agiu como um ativista social sem filiação partidária, sendo que fez o que fez por ser cristão e sacerdote – manteve-se sempre um homem de Igreja. É também do Pe. Zezinho de Oliveira (2011, p. 79), que é integrante da ordem dos dehonianos, a descrição das atividades desenvolvidas por Léon Dehon:

“Padre, sociólogo, jornalista, advogado, escritor, diretor espiritual de sindicados, batalhador incansável pelos direitos das famílias, das crianças e dos trabalhadores, fundador e diretor de revista, fundador da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, consultor da congregação romana do Índex, amigo pessoal de Leão XIII”.

Léon Dehon chegou em Roma aos 22 anos, como advogado, mas decidido a realizar seu sonho de tantos anos: tornar-se um sacerdote. Seus biógrafos afirmam que já na infância ele demonstrou sua vocação, fruto da iniciação religiosa recebida da sua mãe e aprofundada em sua vida escolar. Apesar do chamado, seu pai não concordava com isso – ele fazia parte de uma nova mentalidade europeia, fruto das transformações advindas da Revolução Industrial, e não praticava nenhuma religião. Aos 21 anos, Léon Dehon formou-se em Direito, em Paris, na França, e partiu em busca de sua vocação. Mas seu pai providenciou que, antes disso, fizesse uma longa viagem ao Oriente, na esperança de que mudasse de ideia. Dehon ficou dez meses

---

<sup>7</sup> O Padre Zezinho é conhecido como um dos maiores nomes da música cristã no Brasil e um dos primeiros nesse gênero musical. Algumas de suas músicas tornaram-se muito famosas e cantadas por pessoas de todas as religiões mundo afora. Além da música, é autor de uma série de livros, apresenta programas e utiliza esses seus dons para exercer sua vocação. É membro da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus e, com linguagem simples, leva a história e a mensagem de Léon Dehon por meio de livros direcionados a jovens.

viajando: conheceu diversos países, peregrinou à Terra Santa e foi a Roma, onde foi recebido em audiência pelo Papa Pio IX, pois em momento algum desistiu de sua vocação. O Papa o aconselhou a ingressar no Seminário Francês de Santa Clara, em Roma, e foi assim que iniciou seus estudos seminarísticos. Seu pai continuou contrário à sua vocação e sua mãe mudou de posicionamento: mesmo sendo religiosa, ela não queria que o filho seguisse o sacerdócio e partisse para longe por conta da saúde delicada que tinha desde a infância.

Mesmo assim, Dehon ficou no seminário francês até 1871, concluindo doutorado em Teologia e em Direito Canônico. Considerava Roma como sua segunda pátria, devido aos laços que criou com este local e com as pessoas dali. Tinha uma relação próxima com os Papas Leão XIII, Pio X e Bento XV – inclusive, era intérprete das encíclicas sociais do Papa Leão XIII; o Papa Pio X foi quem aprovou a fundação da congregação criada por ele; e o Papa Bento XV interveio pela sua libertação da zona de ocupação na Primeira Guerra Mundial e permitiu que a congregação fosse estabelecida em Roma.

Giuseppe Manzoni (1984) aponta que o Pe. Dehon era muito requisitado para ministrar nas conferências católicas, reconhecido por conta de seu vasto conhecimento, da sua profundidade na compreensão dos estudos sociais e da sua oratória. Era nesses momentos que, além de discutir questões teológicas da Igreja, ele suscitava temas relacionados à vida social da própria Igreja e de seus membros e da relação deles com a realidade no entorno (MANZONI, 1984). Pe. Dehon preocupava-se que os religiosos recebessem formação não apenas teológica, mas também sociológica para que, por meio de sua vida de fé, pudessem atuar no seu contexto (PERROUX, 2001). Uma série de suas conferências, ministradas em 1897, foi publicada com o título *Renovação Social Cristã* e se tornou um tema – e o fez se tornar um autor polêmico – entre as autoridades romanas e francesas, embora tivesse a aprovação do Papa Leão XIII.

Dehon era reconhecido por sua autêntica competência e, por esse motivo, desde o princípio suas atividades estiveram voltadas à formação e à instrução não apenas de sacerdotes, mas também de leigos (PERROUX, 2001). Oliveira (2011) aponta que Pe. Dehon era um sacerdote militante que acreditava na ação social e política como maneira eficaz de promover mudanças na sociedade e também no modo de pensar e agir da Igreja. Em seus estudos no seminário, sempre inclinou-se ao amor expresso no Coração de Cristo e devotou grande importância ao culto eucarístico, à devoção

ao Sagrado Coração de Jesus e à Maria e ao serviço a Cristo por meio do serviço aos irmãos (MANZONI, 1984).

Essas eram as características predominantes do pensamento católico francês no fim do século XIX e no início do século XX. O Pe. Dehon, inclusive, produziu diversas obras relacionadas à espiritualidade e ao serviço cristão, contrapondo-se ao pensamento marcante burguês, utilitarista, positivista e materialista daquele período. No mesmo contexto dessa produção, predominavam as correntes de pensamento contrárias à religião, fruto do cientificismo citado anteriormente, das quais a burguesia e o proletariado foram as classes mais fortemente influenciadas. Manzoni (1984) destaca que a Terceira República, na França, era maçônica e anticlerical – e por esse motivo buscou-se apagar as marcas do cristianismo da sociedade e do pensamento francês. À Igreja coube lutar contra isso, e o caminho percorrido para a chamada *recristianização da França* foi um trabalho arduamente desenvolvido pela base: o clero mais simples, os religiosos e os leigos dedicados a isso.

Muitas congregações e associações religiosas foram criadas com o intuito missionário de restaurar a fé e a prática cristãs na sociedade europeia e, ainda, de levá-las a outros lugares em que estivessem sendo necessárias. Manzoni (1984, p. 16) considera que “jamais houve uma época na história da Igreja que tenha visto florescer tantos institutos e tantas almas voltadas ao apostolado”. Tratava-se de um movimento espiritual e de renovação da Igreja nesse novo contexto social que também influenciou a cultura – a formação em seminários foi enriquecida e aprofundada, bem como foram fundadas universidades católicas a partir de 1875. Além disso, foi um momento em que figuras como o Pe. Dehon se levantaram em meio ao clero para chamar a atenção para os problemas sociais.

Junto com outros obreiros, o Pe. Dehon fez parte de um movimento católico europeu que se propôs a sair de dentro da Igreja e ir ao encontro do povo, estabelecendo contatos com os humildes e excluídos do clima da *Belle Époque* europeia. Em contato com a miserabilidade humana, o Pe. Dehon foi profundamente tocado e transformado, e o apostolado social passou a ser a missão de sua vida. No entanto, levar o amor de Cristo às pessoas por meio do apostolado esbarrou com a organização da Igreja, uma vez que o clero não podia dedicar-se a isso em função de suas muitas outras tarefas (PERROUX, 2001).

André Perroux (2001) destaca que a generosidade do coração e a militância criativa eram traços fortes de sua personalidade e que as questões sociais lhe eram

de grande preocupação – mas também lhe rendiam muitas críticas e represálias em suas atividades e posicionamentos. Pe. Dehon buscava, por meio de sua vocação, desenvolver iniciativas sociais concretas que trouxessem resultados transformadores para os menos favorecidos. Para isso, dispôs seu tempo, sua saúde e sua influência entre o clero com iniciativas em diversas direções: desde sua atuação no seminário, que inicialmente foi confiado a ele, passando pela ação direta com os diversos grupos sociais, até as ações internas à direção da Igreja (PERROUX, 2001).

Pe. Dehon queria encontrar um meio de construir uma sociedade cristã e seu caminho era o amor e o serviço pelo Coração de Cristo, que foi uma característica da espiritualidade muito comum nos institutos franceses no século XIX (MANZONI, 1984). Dessa forma, iniciou uma série de atividades: fundou o Patronato São José, para a juventude (um dos primeiros da França), em 1872; organizou um círculo para os operários, em 1873; fundou um jornal para difundir a cultura social e sensibilizar as famílias burguesas de São Quintino, em 1874; participou de reuniões de operários e círculos de estudos religiosos e sociais; incentivou outras atividades na Igreja relacionadas às obras sociais; promoveu congressos; entre outras ações consideradas de profunda coragem e doação (MANZONI, 1984).

Em 1891, o Papa Leão XIII promulgou a encíclica *Rerum Novarum*, fruto de dois elementos desse momento da história: a ascensão do socialismo de cunho marxista e a consolidação do capitalismo. Foi por conta das condições de vida impostas ao operariado e das demais problemáticas que a industrialização trouxe ao continente europeu que o Papa Leão XIII lançou sua encíclica, que fala acerca das condições das classes trabalhadoras, sendo, portanto, um apoio à união dos trabalhadores e de sua organização em sindicatos, mas sem abrir mão da defesa da propriedade privada. O Pe. Dehon estava inserido nesse cenário e seu lema era ir ao encontro do povo e, assim, conscientizar as pessoas de seus direitos e deveres, mobilizando operários para que fossem protagonistas e também sensibilizando os dirigentes em relação aos deveres cristãos do empregador (MANZONI, 1984).

No entanto, as memórias e os escritos do Pe. Dehon apontam que ele sentia falta de algo (MANZONI, 1984). Por conta disso, a busca pela concretização de sua vocação encontrou amparo em superiores que o aconselharam a desenvolver sua obra à sombra de um colégio. O Pe. Dehon passou, então, por um período de reflexão e retiro espiritual para desenvolver suas ideias em relação à construção de uma obra

relacionada à educação. O caminho percorrido nos meandros burocráticos e teológicos das instâncias da Igreja foi longo (MANZONI, 1984).

Em 28 de junho de 1878, data em que se comemora a festa do Sagrado Coração de Jesus, o Pe. Dehon enviou a documentação da ordem para aprovação e, por isso, esse dia é lembrado como o da fundação da Congregação de Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus. A aprovação pela Santa Sé, no entanto, veio somente uma década depois. Nos anos que se seguiram, muitas foram as ameaças institucionais e políticas que a congregação sofreu, sob risco de perder a direção do Colégio São João e as atividades relacionadas a ele, pelas quais era responsável e uma das atividades iniciais de sua missão. Giuseppe Manzoni (1984) detalha com minuciosidade toda a trajetória de lutas do Pe. Dehon nas duas primeiras décadas de existência da ordem que fundou, creditando às virtudes dele sua manutenção em meio a tantas tempestades.

Segundo Manzoni (1984, p. 94), um de seus biógrafos, a missão parece ter sido um grande desejo do Pe. Dehon, de modo que tornou-se “a obra externa mais importante da Congregação”. Para além das casas e atividades que desenvolviam na Europa, a visão dos dehonianos ia longe, para países distantes. Eles acreditavam na necessidade de compartilhar a vida com as pessoas desses locais sem se isolarem socialmente. A primeira tentativa de atividade missionária se deu no Equador, entre 1888 e 1896. A segunda foi na África, iniciando em 1897.

Além desses países, até a sua morte, o Pe. Dehon estabeleceu missões na Finlândia, nos Estados Unidos, na Indonésia e no Brasil. Essas missões também foram frutos do contexto em que estavam inseridas: os primeiros anos do século XX foram marcados, especialmente na França, por uma política anticlerical, sendo que religiosos foram expulsos da Igreja, seus bens foram espoliados e, em 1905, foi feita legalmente a separação entre a Igreja e o Estado (LEDURE, 1997). Passou a haver, então, a necessidade de solicitar autorização de permanência das congregações na França e toda a obra dehoniana acabou deixando o país – mas não se acabou, pois estava bem implantada em outros países.

Uma grande preocupação da ordem, expressa em seus documentos oficiais, era com a formação apropriada dos seus sacerdotes. E as atividades voltadas à educação, assim, estenderam-se a essas missões. A predisposição da instituição, registrada no seu estatuto, era a instrução do povo por meio de colégios e seminários e a manutenção dos serviços paroquiais (SCHLICKMANN, 2011). Além da missão de

culto ao Sagrado Coração de Jesus, havia outras ligadas à educação e à instrução de meninos e jovens nos seminários da congregação, como o sagrado ministério sacerdotal, a evangelização de pagãos e a administração de paróquias pobres, bem como as obras de assistência social.

Fruto de intenso trabalho, a congregação estendeu suas fronteiras e cresceu muito – e o Pe. Dehon fazia questão de visitar as regiões em que ela desenvolvia missões. Inclusive, ele conhecia o Brasil, pois havia visitado o país algumas vezes, estudado sua história e escrito a respeito dele em suas obras.

Em 1908, a congregação precisou ser dividida em duas províncias em função de sua grande extensão territorial: a Ocidental e a Oriental. Quando Léon Dehon faleceu, em agosto de 1925, a congregação contava com “357 sacerdotes, 168 escolásticos, 171 irmãos cooperadores, 75 noviços, num total de 772 membros” (MANZONI, 1984, p. 147).

Desde a infância, o Pe. Dehon era uma pessoa de saúde frágil e conviveu durante toda a vida com um sério problema pulmonar. Fato esse que fez com que sua mãe não o quisesse longe, como dito anteriormente, e que fez muitas pessoas que encontrou pelo caminho pensarem que ele não iria viver por muito tempo. Mas, em meio às questões de saúde e a uma intensa e atarefada vida, ele chegou aos 82 anos, morrendo em 12 de agosto de 1925.

Na busca por conhecer Léon Dehon por meio das publicações oficiais da ordem ou da Igreja, encontro a representação de uma figura absolutamente dedicada à obra, à fé e à transformação social (MANZONI, 1984; LEDURE, 1997; PERROUX, 2001). Não é raro me deparar com discursos calorosos a respeito do seu caráter e de sua benevolência, como no trecho a seguir, que consta na apresentação da publicação brasileira das conferências *Renovação Social Cristã*:

“Da parte da família espiritual de Pe. Dehon, ele exprime a renovada preocupação de recolher, hoje, fielmente, a herança do Fundador, sobretudo o desejo de familiarizar-se sempre mais com seu espírito, de se impregnar do exemplo de sua vida: um homem que encarna seu amor pelo Cristo do Evangelho, pela participação multiforme na vida do mundo, pela paixão de lutar em prol da justiça e da caridade, da dignidade reconhecida a todos e primeiramente aos pobres” (PERROUX, 2001, p. 29).

O Pe. Zezinho, ao fim de seu livro sobre Léon Dehon, enfatiza:

“Padre Dehon permanecerá exemplo para poucos que ouviram falar dele, mas, para nós, ele viveu uma santidade engajada, pró-democracia, pró-libertação, pró-justiça e paz. É o quanto me basta para sustentar, em sinais e palavras, o título de ‘sacerdote católico dehoniano’ onde quer que eu vá.” (OLIVEIRA, 2011, p. 201).

Manzoni (1984) considera que, desde o princípio, o Pe. Dehon buscou firmar as bases da congregação, escrevendo, pregando e deixando registrado nas constituições da ordem a espiritualidade e o carisma específicos da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus. Léon Dehon escreveu muitas obras, pelas quais ensinou com o exemplo de sua trajetória, pela apresentação do que havia fundado e também pelo seu trabalho de formação de sacerdotes (MANZONI, 1984). Yves Ledure (1997) pondera que sua obra teológica é reflexo de sua experiência pessoal e de sua vivência religiosa, expressão da sua prática e do seu comportamento conscientemente inserido na sociedade do século XIX.

Percebe-se, pelo discurso dos livros produzidos pela própria ordem, que o Pe. Dehon é uma grande inspiração para seus seguidores e buscam por escrever a história da congregação e de seu fundador como uma forma de sustentar a força do carisma que ele imprimiu à ordem até os dias atuais. E isso é importante para o estudo do *ethos* desse grupo social, que se reflete em suas atividades não apenas pedagógicas, mas também de pesquisa e produção literária, marcando a história dos locais em que se fez presente.

## 2.3 DEHONIANOS EM SANTA CATARINA

Os dehonianos estão presentes em território brasileiro desde 1891, quando foram ao Nordeste, a pedido de um industrial, para desenvolverem um trabalho de organização e assistência religiosa à sua fábrica, modelo desenvolvido na França. A pastoral operária marcou o início da presença dehoniana no Brasil e o surgimento da Província Brasil Recife, que reúne sacerdotes do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba.

O início da chamada Província Meridional Brasileira foi marcado pela chegada, no ano de 1903, em Florianópolis, Santa Catarina, dos padres Gabriel Lux e José Foxius, que já haviam sido missionários no Equador e no Congo Belga. O objetivo era que os sacerdotes atuassem entre as populações teuto-brasileiras, necessidade levantada a partir de relatos de um religioso que havia visitado a região e confirmada por meio de troca de cartas com padres de Florianópolis e de Joinville. Inicialmente, Gabriel Lux e

José Foxius fundaram a primeira comunidade do Sagrado Coração de Jesus e se tornaram responsáveis por paróquias na capital do estado, bem como por uma escola ligada a uma delas. Posteriormente, entregaram a escola aos jesuítas, que fundaram, a partir dela, o atual Colégio Catarinense. À congregação também foram confiadas as paróquias de Brusque e de São Bento do Sul. Em 1905, Gabriel Lux e José Foxius deixaram a capital, dando início à história da Província ao se transferirem para Brusque, terra de imigrantes e com campo fértil para desenvolverem sua missão.

A imigração europeia para o Brasil é um marco na nossa história e tem origem nas transformações econômicas e sociais consequentes dos resultados das revoluções Industrial e Francesa, entre 1789 e 1848, que influenciaram diretamente a emigração dos europeus para novas áreas. Nesse período, os países da Europa passavam por grandes dificuldades, como um número significativo de desempregados, que sofriam com a falta de alimentos e de moradia. O Brasil, que vinha sendo pressionado pela Inglaterra para a interrupção da vinda da mão de obra escrava, precisava ocupar as terras do Sul para manter seu domínio – e tinha intenções de “branquear” sua população. A combinação desses fatores resultou na criação de núcleos coloniais, como Blumenau, em 1850, e Joinville, em 1851, com o estímulo de leis à colonização, desde 1830, em Santa Catarina. Para o historiador Apolinário Ternes, o “desejo de ‘mudar de vida’ e a soma de interesses geopolíticos, econômicos, sociais e religiosos, determinaram o movimento migratório (TERNES, 1993, p. 29).

Os imigrantes vieram para Santa Catarina cheios de esperança e iludidos com propagandas a respeito do que iriam encontrar. Mesmo assim, resistiram e lutaram para construir uma nova vida por aqui. Antes da imigração europeia para Santa Catarina, a produção econômica desta província caracterizava-se principalmente pela “pequena produção mercantil diversificada, com ênfase nas remessas de farinha de mandioca para o Rio de Janeiro, Salvador, Recife etc.” (ROCHA, 1997, p. 20) – farinha de mandioca que era produzida pelos caboclos e pelos descendentes portugueses que ocupavam a região, até que a chegada dos imigrantes deu início a uma série de conflitos entre esses grupos.

Com a formação dos núcleos coloniais europeus, a economia da província de Santa Catarina foi incrementada com produtos agrícolas e artesanais. Posteriormente, com o desenvolvimento industrial da região, favorecido pela situação econômica internacional, houve a substituição das importações pelos produtos locais e a

formação de mercado local e regional. Com o avanço dos núcleos coloniais, houve a necessidade da manutenção da vida religiosa das pessoas em comunidade – e foi para atuar entre esses imigrantes que os dehonianos vieram para o Sul do Brasil.

Brusque era uma vila que ficava a dois dias de viagem a cavalo de Desterro (atual Florianópolis). Sua população era variada, composta por alemães, poloneses, brasileiros e italianos (KOCH, 1993). A igreja católica era um importante ponto da vila, onde, ao lado, havia uma escola. Os padres tinham interesse em assumir um campo próprio para desenvolver suas atividades e a escolha por Brusque atendia a um dos objetivos da sua vinda: “Dar assistência aos imigrantes das inúmeras colônias alemãs no estado” (DIRKSEN, 2004, p. 17).

Em 1906, entusiasmado pelo desenvolvimento da obra no Brasil, o Pe. Dehon empreendeu viagem até o país – seus relatos minuciosos encontram-se no livro *Mil léguas através da América do Sul*. Não é meu objetivo aqui me dedicar a este livro, mas é um material muito interessante, pois apresenta o estado de Santa Catarina em 1906 pelas palavras e sensações do Pe. Dehon. Trata-se de uma leitura interessantíssima também para pensar as representações que o padre expressava e o choque com algumas coisas que eram tão diferentes da Europa – o mesmo choque, ou talvez já em menor grau, pelo qual passaram os imigrantes pouco mais de meio século antes.

O Pe. Dehon percorreu todas as paróquias da ordem, no Nordeste e no Sul do país, e sua presença significou muito para os obreiros que estavam em missão (MANZONI, 1984). Após sua visita, vieram reforços da Europa, animados com o crescimento da ordem e focados em desenvolver a obra no Sul e no Sudeste. Esses missionários dehonianos vieram, então, e instalaram-se em diversas paróquias pelo estado, entre elas: Itajaí (1905 - 1918); Trindade, em Florianópolis (1909 - 1918); Jaraguá do Sul (1912); Tubarão (1912 - 1954); Botuverá (1912); Joinville (1917); Vargem do Cedro (1921); Corupá (1928); e outros locais do Brasil (SCJ, 2014). Na visita do Pe. Dehon, foi decidido que Brusque seria a sede da central da ordem no Sul do país, o que fez com que essa cidade passasse a ser considerada a raiz histórica da província (KOCH, 1993).

No início da década de 1920, com o desenvolvimento das atividades dos padres dehonianos no Sudeste e o destaque da missão voltada para a formação, foram feitas iniciativas para a criação de casas de formação em Santa Catarina. Apontado como um dos pioneiros da obra vocacional da ordem dos dehonianos no Brasil, o Pe.

Germano Brand fundou, em 1924, um seminário em Brusque. O seminário cresceu rapidamente e o número de candidatos era muito grande, tanto que, em 1927, já não tinha condições de acolher mais seminaristas do que já atendia: 30 alunos. Para solucionar a questão, foi construído um seminário mais amplo, na região da Colônia Hansa Humboldt – que, atualmente, é Corupá.

Em 7 de setembro de 1929, foi realizada a cerimônia de benção da pedra fundamental (Figura 5), por D. Pio de Freitas, bispo da diocese de Joinville – recém criada nesse período. A planta do prédio foi solicitada ao Pe. Lux, que era arquiteto autodidata, e o Pe. Lacroix foi responsabilizado por angariar fundos para a obra. Em 17 de janeiro de 1932, foram iniciadas as aulas com 80 alunos no seminário de Corupá, para onde também foram os seminaristas menores que saíram de Brusque.

Figura 5 – Cerimônia de benção da pedra fundamental da EASCJ, 1929.



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gaertner, 2015.

O seminário de Brusque passou a abrigar o noviciado e o curso filosófico, que mais tarde fundamentou a criação da Fundação Educacional de Brusque (FEBE). Essa foi a cidade de maior atuação dos dehonianos em relação à educação de jovens, sem contar que foi nela que iniciou-se o seminário e também o curso de filosofia, além de iniciativas em relação à formação básica. Entre 1932 e 1938, os dehonianos mantiveram a Escola de Agricultura e Comércio de Santa Catarina. Depois, criaram outros cursos e, na década de 1950, colaboraram com a fundação do Ginásio São

Luiz, um estabelecimento de educação básica de cunho católico. Somado à atuação marcante no que tange às questões religiosas e espirituais, os dehonianos em Brusque também tiveram forte influência no desenvolvimento da cultura, da arte e da sociedade na região, assim como ocorreu em outros espaços e cidades nas quais se fizeram presentes, tendo em vista o carisma da ordem – sobre o qual discuti acima a partir do conceito de *ethos*.

Em 1925, a missão dehoniana no Brasil havia se expandido de tal maneira que foi necessário dividir a administração da obra com dois superiores: um responsável pelo Sul e o outro, pelo Sudeste. Os números do fim dos anos 1920 em Santa Catarina são relevantes:

“Atuavam em 12 paróquias, administravam três casas de formação. Pe. Lux já havia desenvolvido notável obra no campo social, como o hospital e o seminário de Azambuja (devolvido à Diocese em 1927). Em Brusque, foi fundada a tipografia e a revista para o povo de língua alemã, e a divulgação de livros para a formação das comunidades dos imigrantes e seus descendentes” (SCHMITT, 2003, p. 46).

Em abril de 1934, foi criada a Província Brasileira Meridional, tornando a missão dehoniana no Brasil independente da província mãe, atraindo ainda mais a atenção de candidatos à vida religiosa. Em 2002, essa província foi dividida, dando origem a outras duas: a Província Brasileira Central, composta pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso e parte do Paraná; e a Província Brasileira Meridional, composta pelo restante do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. As atividades da Província Brasileira Meridional referiam-se às casas de formação, colégios, faculdades, paróquias, orfanatos e missões, bem como à Editora SCJ.

Em Santa Catarina, atualmente, os dehonianos desenvolvem suas atividades nas seguintes casas: Seminário Filosófico do Sagrado Coração de Jesus, Casa Padre Dehon e Convento SCJ, em Brusque; Noviciado Nossa Senhora de Fátima, em Jaraguá do Sul; Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá; e Seminário Propedêutico, em Rio Negrinho. Além das casas, eles são responsáveis por paróquias nessas cidades – e, dirigindo paróquias, também estão presentes em Joinville, São Bento do Sul, Rio do Sul, Guabiruba, Nova Trento, Vidal Ramos, São Martinho, Florianópolis e Botuverá. Em Brusque, atuam no ensino regular. A partir daqueles dois religiosos que vieram ao Brasil e, em especial, a Santa Catarina, hoje, a ordem tem personalidade forte e marcante nos municípios em que marca presença – e no estado

como um todo, tendo em vista que sempre recebeu estudantes de todas as regiões em suas casas de formação. E, seguindo o carisma da ordem, os dehonianos atuam não apenas nos campos religioso e espiritual, mas também em ações relacionadas aos aspectos sociais, políticos e econômicos desses municípios, assunto que abordo no item a seguir.

## 2.4 SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, EM CORUPÁ

No imaginário popular, a história da cidade de Corupá está ligada com a figura do famoso explorador espanhol Cabeza de Vaca, cuja expedição, em 1541, percorreu o Caminho do Peabiru, um caminho indígena anterior à chegada dos europeus, que ligava os Andes ao Oceano Atlântico. Cabeza de Vaca foi de Florianópolis (Brasil) a Assunção (Paraguai) por esse caminho, passando, então, por Corupá. Não é mais possível saber a rota completa, pois a construção de estradas e manta ferroviária destruiu muito do que havia, mas ainda é algo que chama muito a atenção, já que foram vários os exploradores europeus que trilharam o caminho, bem como é grande a mística que envolve sua criação e edificação. O fato é que essa é uma parte relativamente esquecida da história da região e que evoca muita curiosidade, inclusive minha, que desconhecia tal fato até então.

No século XIX, o território que atualmente compreende Corupá foi colonizado e seu primeiro nome, Hansa Humboldt, foi dado em homenagem a Alexandre von Humboldt, naturalista alemão, e à companhia colonizadora Hanseática. A fundação oficial de Corupá data de 7 de julho de 1897, quando chegaram nas terras a serem colonizadas os primeiros alemães, sendo que foram vendidos pela Sociedade Colonizadora Hanseática quase 800 lotes. A colonização da região teve início em função do período considerado pacífico após a Guerra do Paraguai e a Guerra Franco-Prussiana, na Europa – os príncipes puderam, então, dedicar-se à colonização de suas terras (KORMAN, 1992). As terras pertenciam ao Conde D'Eu, marido da princesa Isabel, que recebeu homenagens em nomes de rua e de rio na cidade.

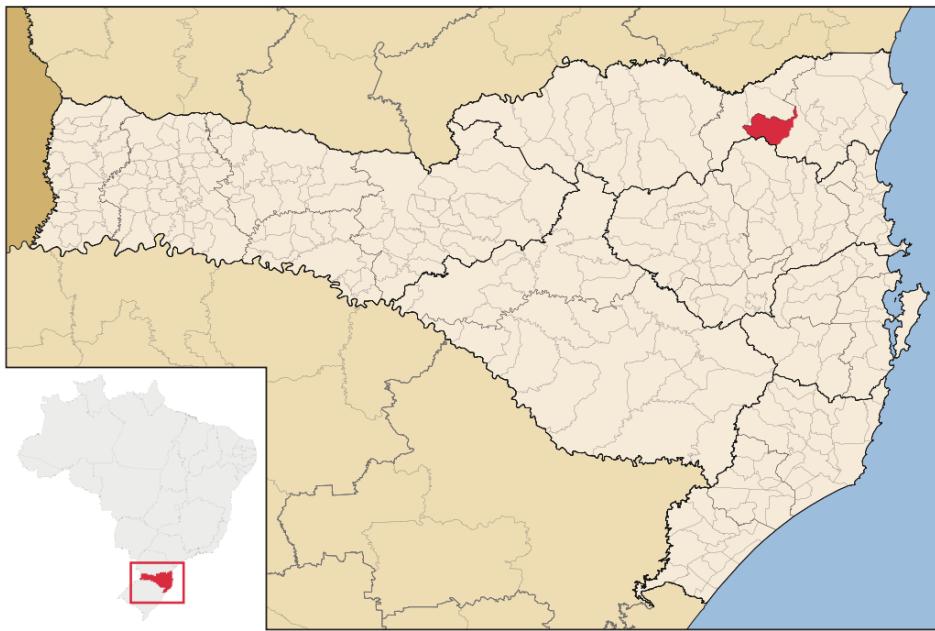
Quando os primeiros colonizadores chegaram às terras do Conde D'Eu, encontraram indígenas Xokleng, nômades que ocupavam o território catarinense e conviviam com Kaingangs e Guaranis (KORMAN, 1985). Fabiane Heller (2015)

desenvolveu uma pesquisa sobre as memórias dos descendentes de colonizadores de Corupá acerca dos indígenas e apresenta pesquisas arqueológicas que documentaram a presença indígena na região. Ao tratar dessas memórias, mostra relatos de conflitos entre os indígenas e os novos moradores da região. A autora sinaliza que, apesar de permearem as memórias dos mais velhos, os indígenas são mencionados no livro de Kormann (1985) e nas demais obras sobre a colonização do Vale do Itapocu como “selvagem a ser pacificado, destacando os feitos do colonizador sem, entretanto, ater-se à questão do genocídio praticado em nome da colonização” (HELLER, 2015, p. 56).

Pejorativamente chamados de bugres, os primeiros habitantes da região têm identificação genérica – não foi possível identificar sua etnia (HELLER, 2015). Suas práticas culturais igualmente não são conhecidas, senão por meio de relatos de descendentes de colonizadores – problematizados por Heller (2015), mas que apontam indícios que se cruzam com os vestígios arqueológicos encontrados em Corupá. Durante uma pesquisa desenvolvida pelas arqueólogas Dione da Rocha Bandeira e Maria Cristina Alves (2001), que buscou avaliar o potencial arqueológico da região, foram identificados objetos que caracterizam a presença de sítio arqueológico indígena.

Tais pesquisas registram a presença indígena anterior à chegada dos colonizadores europeus, evidenciando aspectos desses grupos e memórias dos descendentes de colonizadores que travaram os primeiros e problemáticos embates com os povos pré-colombianos da região. Os colonizadores da região eram alemães, poloneses, italianos, belgas e suíços (estes dois últimos em menor número). A cidade localiza-se no Vale do Itapocu, na região Nordeste de Santa Catarina (Figura 6), e, atualmente, tem cerca de 15 mil habitantes.

Figura 6 – Localização de Corupá



Fonte: Wikipedia, 2017.

O início do século XX na região foi marcado pelos avanços relacionados à energia elétrica e à estrada de ferro. Tais fatores trouxeram ares de progresso e de esperança para o desenvolvimento local. Entretanto, Corupá não teve o mesmo progresso de seus vizinhos. Em livros sobre a história da cidade, inclusive, são aventadas hipóteses para justificar esses fatos, mas não vou me ater a elas por não serem meu objeto de estudo<sup>8</sup>. Em 1908, foi criado o Distrito de Hansa Humboldt, que, em 1958, emancipou-se de Jaraguá do Sul. Antes disso, esteve integrado à administração de São Francisco do Sul e, a partir de 1907, a Joinville. De todo modo, Corupá já era o nome pelo qual era chamado tal distrito desde o Estado Novo, quando houve a Campanha de Nacionalização.

A economia em Corupá no início da colonização girou em torno das produções agrícola e pastoril, mas os colonos enfrentaram pragas, no começo do século, como uma espécie de morcego que acabou com o gado, além de lagartas e gafanhotos e as enchentes, o que dificultou muito a sobrevivência deles. Os que possuíam alguma pequena indústria passaram a se dedicar a ela, enquanto outros procuraram formas de se sustentar nesse ramo. Posteriormente, muitos desses estabelecimentos foram abandonados e o comércio passou a ter mais importância para o sustento de Corupá. De acordo com o historiador José Korman (1992), foi após a Primeira Guerra Mundial que a região experimentou grande harmonia e progresso. A sociedade e a cultura

<sup>8</sup> Para aprofundamento nessa questão, sugiro a leitura do livro de José Korman intitulado *Hansa Humboldt ontem, Corupá hoje* (KORMAN, 1992).

trilhavam seus caminhos e a produção agrícola diversificada voltou a ser relevante no local, com leite, queijos, milho, batata, frutas, aipim, cachaça, café, carne, fumo e madeira. Da madeira eram produzidas carroças, que eram vendidas ao planalto e enviadas pela estrada de ferro.

Com o tempo, a produção foi se especializando e, na década de 1930, o município era fornecedor da região e de outros estados de produtos como banana, tangerina e laranja. Após uma praga afetar os cítricos nos anos seguintes, a banana passou a ser o principal produto agrícola de Corupá, transformando-se em destaque nesse ramo e tornando a economia municipal dependente dessa produção. As plantas ornamentais, as orquídeas e as bromélias também elevaram Corupá a destaque nacional e internacional. Sua produção industrial se sobressai atualmente nos ramos de móveis, têxtil e metalurgia.

Próximo aos anos 2000, começou a ser necessário buscar novas formas para diversificar a economia local. E uma saída encontrada foi o turismo, pois a cidade já atraía visitantes. Seu principal chamariz turístico era o seminário de Corupá, que, desde os anos 1980, passou a receber um número cada vez maior de visitantes. No fim dessa década foi criado o Parque Ecológico Emílio Fiorentino Battistella, conhecido como a Rota das Cachoeiras, atraindo ainda mais visitantes para a cidade. Até os anos 2000, essas atividades foram sendo desenvolvidas sem grande atenção da gestão pública, mas, como vimos anteriormente, frente à necessidade de diversificar a economia, o turismo que já estava acontecendo no município apresentou-se como uma boa alternativa econômica.

A história da criação do seminário em Corupá remonta à década de 1920. Preocupado com as vocações religiosas e sacerdotais, o Pe. Germano Brand fundou, em 1924, o Collegio Sagrado Coração de Jesus, em Brusque (Figura 7), destinado à formação de seminaristas. O número de alunos foi aumentando e, na impossibilidade de continuar com a instituição para a formação de futuros membros da congregação, houve a necessidade de construir um seminário maior.

Figura 7 – Collegio Sagrado Coração de Jesus, em Brusque



Fonte: Arquivo Provincial Padre Lux – APPAL, 2015.

A partir do desejo manifesto da Vila Hansa Humbolt em ter um vigário, e com a doação de um terreno à congregação, a Escola Apostólica de Brusque foi transferida para lá, onde o Pe. Gabriel Lux ficou responsável pela administração de sua construção (SCHLICKMANN, 2011). Na ocasião do ritual de bênção da pedra fundamental, em 7 de setembro de 1929, os padres promoveram a Festa da Independência, com o objetivo de angariar fundos para a construção da escola. Depois, o projeto foi transformado em cartão postal (Figura 8), animando as pessoas a doarem para que obra tão magnífica fosse construída. Na foto abaixo, já consta todo o ajardinamento projetado para o seminário.

Figura 8 – Cartão postal criado a partir da planta do seminário, década de 1930



Fonte: Arquivo Provincial Padre Lux – APPAL, 2015.

Em 1932, o prédio do seminário de Corupá foi inaugurado com estilo gótico-romano, tendo como inspiração diversas outras edificações de escolas apostólicas da Europa, sendo algo grandioso para a época, projetado para “atender aos fins e práticas pedagógicas” (SCHLICKMANN, 2011, p. 34). Passando a se chamar Escola Apostólica Sagrado Coração de Jesus - EASCJ, é conhecido como Seminário de Corupá, e o prédio de Brusque passou a ser Casa de Noviciado e Seminário Filosófico, iniciando o curso de filosofia em fevereiro de 1933. O seminário de Corupá era considerado a pérola das casas de formação dos dehonianos.

A proposta era um colégio moderno, com instalações que representassem um novo tempo na educação, e tal ideia estava em consonância com o que era proposto pela reforma de ensino organizada por Orestes Guimarães, em 1911. Como aponta Escolano Benito (2001) ao tratar do tema, a arquitetura e a infraestrutura do seminário comunicavam, em sua materialidade, um discurso que instituía valores. Além disso, o prédio era também um marco no ensino dehoniano e na inserção desse espaço de formação escolar em Corupá. Era uma construção planejada para atender a fins e práticas pedagógicas, pois apontava uma identificação arquitetônica que remetia às atividades de ensino e formação religiosos, como considera Souza (1998) ao tratar de outros espaços escolares.

Joice Jablonski (2018) observa que, inicialmente, as atividades do Seminário Sagrado Coração de Jesus estavam voltadas ao seminário, um internato privado com o objetivo de formar ministros católicos – não apenas padres, mas também homens cristãos bons e futuros líderes. Com aulas de segunda-feira a sábado, as atividades referiam-se a práticas espirituais, culturais e recreativas e a diversos tipos de trabalhos externos.

Em 1932, iniciaram as aulas os 61 alunos transferidos de Brusque e os 12 novos alunos da ordem, sob a reitoria do Pe. Geraldo Spettman. As turmas compreendiam as quatro séries do ensino fundamental e às três do ensino médio, na época ainda chamados de primeiro e segundo graus, respectivamente. Os alunos entravam com cerca de 10 anos na EASCJ. Na figura 9, o Pe. Geraldo Spettman e os primeiros alunos da EASCJ.

Figura 9 – Pe. Geraldo Spettman e os primeiros alunos da EASCJ em 1932.



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Os professores eram, em sua maioria, padres, mas também havia leigos – e na primeira turma é preciso destacar o Irmão Luiz Gartner. Os irmãos, diferentemente dos padres, eram os religiosos que desenvolviam sua vocação sem serem sacerdotes de paróquias. E o Irmão Luiz Gartner foi um dos nomes mais relevantes na história do seminário de Corupá. Na década de 1960, havia mais de 200 seminaristas em Corupá.

Ele transferiu-se para a cidade em 1931, onde ficou até o fim da sua vida, em 1988, aos 83 anos. Era o braço direito do reitor do seminário, fazendo desde sapatos, reformas e fotos oficiais até servindo como enfermeiro, o que mais marcou sua presença no local. Criou o museu, em 1933, com apenas algumas peças taxidermizadas e investiu em seu desenvolvimento por toda sua existência – atualmente, o espaço tem cerca de 1.500 exemplares de animais. O Irmão Luiz Gartner também dedicou-se com afinco aos viveiros de plantas ornamentais e de pássaros.

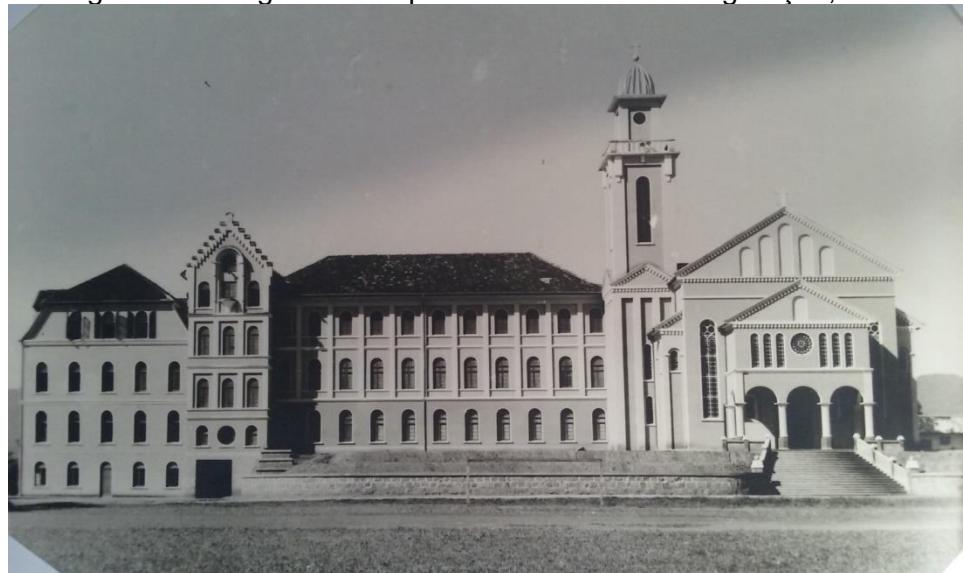
A construção completa do seminário só foi concluída em 1967, sendo que até esse período a obra foi dirigida por diferentes pessoas nas suas várias etapas. Nos primeiros 25 anos do seminário de Corupá, 112 padres se formaram e “em toda a história do Seminário passaram mais de 3.600 jovens, dos quais 265 tornaram-se padres” (SCHMITT, 2003, p. 82).

Com o passar do tempo e a consolidação das atividades, a estrutura foi sendo incrementada: o campo de futebol, os pátios, as roças e o viveiro representam traços do processo formativo da ordem. Para além da formação religiosa e espiritual, as atividades desenvolvidas pela ordem visavam à formação integral dos seus seminaristas, que aprendiam a lida da roça, sobre as aves e demais animais – paixão do Irmão Luiz Gartner –, higiene e limpeza, marcenaria, culinária, entre outras coisas. São esses os indícios revelados pelos documentos e que auxiliaram na busca pela compreensão da cultura escolar dessa ordem em Santa Catarina.

Além desses incrementos, o prédio do seminário precisou passar por adaptações ao longo do tempo. Em 1935, foi inaugurada uma ala para as irmãs que auxiliavam no local e que, até então, moravam próximas dali. Também foi nesse período que surgiu a primeira exposição de animais taxidermizados do Irmão Luiz Gartner, trabalho que ele já desenvolvia em Taubaté (SP), de onde veio, e que deu origem ao Museu Irmão Luiz Gartner, que conta com uma grande exposição de animais, como já indicado. Já em 1946, foi inaugurada a última parte da planta do Pe. Gabriel Lux, que previa que as obras continuassem após a inauguração, em 1932. Em 1953, uma ala que inicialmente não estava prevista foi aberta: um espaço com salões de estudo e dormitórios. Em 1956, foram instaurados a capela (Figura 10) e o teatro, a exposição de animais foi para uma sala maior e o viveiro foi reformado. Cabe ressaltar aqui que o teatro era o espaço privilegiado para as festas do seminário e para a formação artística dos seminaristas. Em 1967, foram construídos mais dormitórios, uma nova

cozinha, uma lavanderia, novas salas de aula e também um paiol e uma estrebaria. Além disso, foi feito o reflorestamento da área de entorno do seminário, que crescia vigorosamente e, atrelada aos demais aspectos apresentados até o momento, tornava a presença dos dehonianos na região cada vez mais forte e importante.

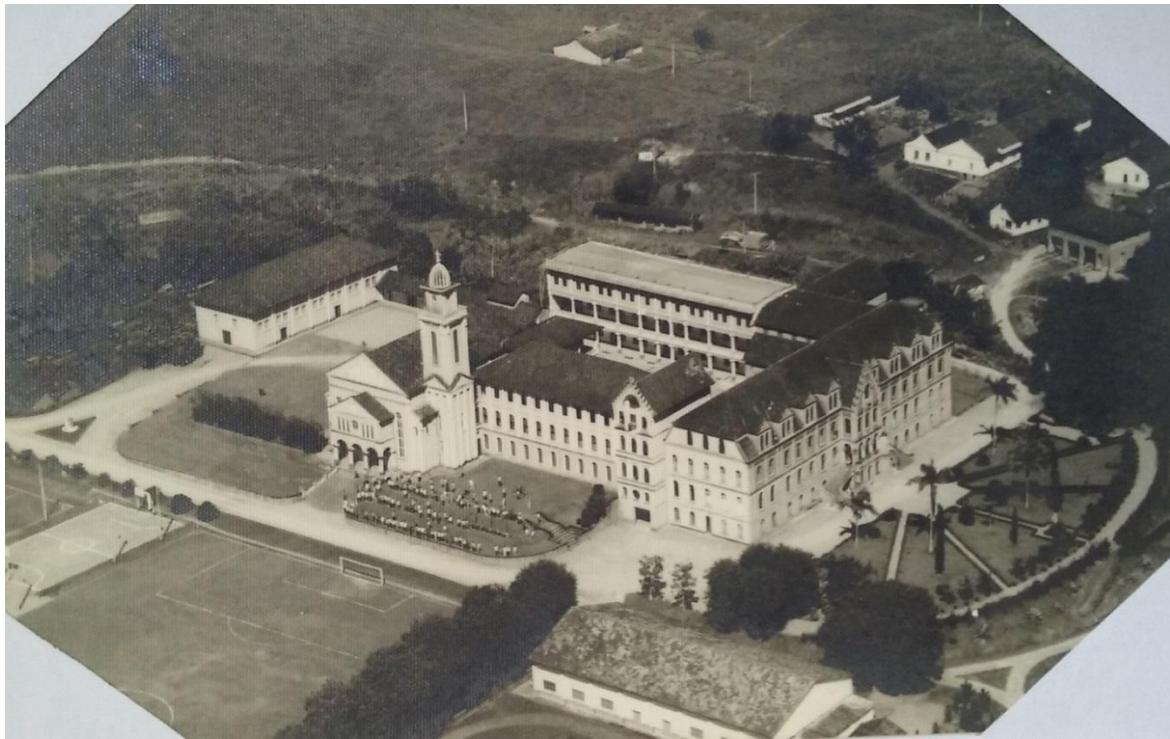
Figura 10 – Registro da capela no ano de sua inauguração, 1956



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Em 1968, o ensino secundário foi transferido para Rio Negrinho e apenas os alunos do primeiro grau passaram a ser atendidos em Corupá. Nos anos seguintes, a estrutura voltou a ser incrementada: foi inaugurado, em 1969, o salão de jogos e foram instalados uma secretaria, um gabinete para a administração, apartamentos para visitas, uma nova ala com novas instalações sanitárias, uma grande sala de aula e uma biblioteca. Na década de 1970, os esportes novamente ganharam uma atenção especial: o seminário passou a ter uma quadra de tênis, o salão de jogos foi equipado, as quadras foram pavimentadas e foi feita uma praça de educação física. O desenvolvimento de habilidades manuais também recebeu novidades, com a montagem de oficinas de trabalhos manuais, gesso, olaria, molduras e tapeçaria. Essa década foi marcada pelo auge do seminário (Figura 11), período em que eram atendidos anualmente mais de 200 seminaristas.

Figura 11 – Foto do seminário em 1973, período de grande auge



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Um espaço que atualmente é muito visitado no local, a gruta de Nossa Senhora, foi construído em 1977, com doações de Alvim Seidel, cuja propriedade é vizinha ao seminário. No fim dos anos 1970, início de 1980, já era tempo de serem iniciados reparos: os jardins foram reformados, o pátio foi ajardinado e o telhado da ala mais antiga precisou de atenção. Também foram construídos novos quartos para visitas, uma lagoa para criação de peixes, um parque infantil e um campo de minigolfe e houve reforma do cemitério, da ala das irmãs e da quadra de tênis. O ajardinamento do pátio foi projetado pelo Irmão Luiz Gartner com os cinco caminhos que partem da fachada, representando os cinco continentes, culminando na imagem do Coração de Jesus de braços abertos (Figura 12).

Figura 12 – Jardim do Seminário de Corupá



Fonte: Tiago Murilo Mafra, 2017.

A partir da pesquisa realizada, identifiquei, então, que entre os anos de 1932 e 1967 funcionaram dois níveis de ensino: primário e o secundário; e de 1967 a 1996, somente o primeiro grau. A partir de 1972, a quinta série foi suprimida e em 1994, a sexta série também. Em 1996, o segundo grau passou a ser oferecido, mas cinco anos depois ele foi transferido novamente. Essas supressões e transferências ocorriam em função de reorganização administrativa e de demandas da ordem. O ano de 2002 marcou o fim do ensino básico no seminário, e ali ficou funcionando o propedêutico e o postulando, etapas de formação para aqueles que já haviam concluído o ensino médio (SCHMITT, 2003). Após dez anos, as atividades formativas foram encerradas por completo – um dos primeiros motivos foi a diminuição do número de jovens interessados no sacerdócio, mas também houve uma reorganização do ensino na própria província. O ensino foi centralizado no Seminário São José, localizado na cidade de Rio Negrinho.

Tendo em vista as possibilidades turísticas do seminário e da região em que se encontra, a Província Brasileira Meridional começou a investir no turismo. E até hoje o seminário de Corupá recebe turistas e escolas que vêm conhecer o Museu Irmão Luiz Gartner e também a propriedade, bem como a população local para as missas e os almoços dominicais. Além disso, são realizados eventos externos, como casamentos e festas locais. Quer dizer, o seminário tornou-se um espaço multiuso, referência não apenas para as pessoas das redondezas, mas também um chamariz para o turismo ecológico e de eventos (Figura 13).

Figura 13 – Vista aérea da capela do Seminário Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Tiago Murilo Mafra, 2017.

As atividades turísticas se relacionam com a história do seminário de Corupá, e evidenciar aspectos da cultura escolar dos dehonianos se torna relevante não apenas para problematizar o conceito de patrimônio educativo, mas, ainda, para desvendar as práticas pedagógicas ali desenvolvidas. O seminário está inserido na sociedade corupense e, no desenvolver de sua própria história e por meio de suas práticas, transformou a cidade e inculcou na cultura local o *ethos dehoniano*. Desenvolvi meu estudo a partir dos eixos apresentados por Julia (2001): analisando as normas e as finalidades que regeram as práticas pedagógicas do seminário, bem como os conteúdos ensinados e as práticas escolares ali desenvolvidas, o que apresento no capítulo a seguir.

### 3 CULTURA ESCOLAR DOS DEHONIANOS EM CORUPÁ

#### 3.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CULTURA ESCOLAR: TESSITURAS INTERDISCIPLINARES NO ESTUDO DAS PRÁTICAS ESCOLARES

No percurso da tese até aqui foi possível conhecer sobre os caminhos da pesquisa e acerca da trajetória da ordem, bem como questões sobre a implantação do seminário em Corupá. Neste capítulo, então, estabeleço diálogos teóricos e documentais com o objetivo de evidenciar aspectos da cultura escolar dos dehonianos. Com isso, procuro discutir a respeito dos pontos que forjam a imaterialidade do patrimônio educativo dos dehonianos no estado de Santa Catarina.

Conforme destacam Vidal e Schwartz (2010, p. 10), o conceito de cultura escolar tem sido utilizado nas pesquisas a respeito dos “processos históricos de constituição das práticas escolares” em diversas perspectivas disciplinares, a partir de autores como Dominique Julia mais especificamente, e ancorada em leituras de Andre Chervel, Jean Claude Forquin, Viñao Frago e Escolano Benito. Minha formação teórica nesse campo é fruto dessa vertente, que busca explicitar as práticas educativas cotidianas ocorridas no interior da escola, o delineamento do currículo, o funcionamento das instituições, as relações desenvolvidas na escola e a compreensão dos processos que envolvem a socialização secundária dos indivíduos. Vidal e Schwartz (2010, p. 20) apontam que o conceito de cultura escolar tem possibilidade, a partir dos diferentes autores citados acima e do desenvolvimento de pesquisas nesse caminho teórico, de “compreender o que ocorre na escola na efetivação das práticas cotidianas de ensino”.

Nesse sentido, o estudo da cultura escolar dos dehonianos possibilita evidenciar indícios de como o *ethos dehoniano* foi efetivado nas práticas cotidianas do seminário de Corupá, passando, assim, a fazer parte da formação dos meninos e jovens que por lá passaram, das pessoas que ali trabalharam e, também, da comunidade relacionada a esse espaço educativo. Espaço esse que, com base em Chervel (1990), compreendo como de transmissão e produção de uma cultura própria – a cultura escolar – que influenciou a cultura local. Chervel (1990) considera a escola como produtora de uma cultura específica, que cumpre finalidades pedagógicas a partir de

suas práticas, que extrapolam o currículo – e, ainda, influenciam o contexto da instituição.

A escola é vista por Forquin (1993) como uma instituição detentora de um conjunto de normas, valores, significados, rituais, representações, saberes e processos que formam a sua própria cultura. Discuto aqui a imaterialidade dessa cultura, que fundamenta a sua constituição por meio dos aspectos apontados por Forquin e que encontra suporte na materialidade. Viñao Frago (1995, p. 68) considera que na escola são produzidos “modos de pensar e de agir que proporcionam a todos os sujeitos envolvidos nas práticas escolares ‘estratégias e pautas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas’ condutas, modos de vida e de pensar, materialidade física, hábitos e ritos”.

A cultura escolar envolve todos os aspectos da vida escolar, do cotidiano de uma instituição de ensino. E nisso se insere o *ethos* (carisma), pois é nesse espaço que Viñao Frago (1995, p. 100) considera que se desenvolve um “conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo”, que irão fundamentar as representações sociais dos indivíduos dentro e fora da escola. Essas tessituras conceituais me levam a refletir sobre a problemática da imaterialidade da cultura escolar, que se inscreve num processo de construção simbólica da cultura, na construção de representações, modelos e perspectivas que se expressam por meio do que é ensinado, inculcado e vivido no espaço escolar – e que atingem a relação intrínseca entre a escola e a sociedade.

Na escola são forjadas representações sociais, que podem ser consideradas como parte constitutiva da imaterialidade desse patrimônio. A escola, inserida em um contexto histórico, constrói uma cultura própria, baseada nas relações sociais, que é produto e espaço gerador de representações sociais. Nesse sentido, ao desenvolver a pesquisa sobre os dehonianos em Santa Catarina, acredito ser possível aproximar o estudo da cultura escolar dos dehonianos com o conceito de representações sociais para problematizar a imaterialidade do patrimônio educativo da ordem. Isso porque, por meio do estudo da cultura escolar dos dehonianos, é possível perceber as práticas, fruto das representações sociais desse grupo – ancoradas em seu *ethos*.

A pesquisa de representações sociais é algo que me acompanha desde a graduação e que retorna para a tese porque o estudo das representações sociais pode propiciar o levantamento e a análise da configuração do pensamento social contemporâneo e de como ele é construído. As representações sociais são definidas

como categorias de pensamento que buscam expressar a realidade, construindo explicações e justificativas e fomentando novos questionamentos. Essas percepções, enquanto material de estudo, são matérias-primas muito importantes e também se transformam em ferramentas para ações pedagógicas e políticas de transformação, porque retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2009). Almeida & Jodelet (2009, p. 105) afirmam que “as representações permitem acesso às dimensões simbólicas, culturais e práticas dos fenômenos sociais”.

Dominique Julia (2001, p. 10), ao discutir o conceito de cultura escolar, indica que para além dos limites da escola, “pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades” que, necessariamente, passam pelos processos formais da escolarização. Foi no desenrolar das reflexões a partir de Dominique Julia que passei a perceber que as representações sociais fazem parte da cultura escolar e que seria possível um diálogo profícuo entre essas duas categorias de análise para discutir o patrimônio imaterial da escola.

Serge Moscovici foi o criador da Teoria das Representações Sociais na Psicologia Social, na década de 1960. Para ele, “todas as interações humanas pressupõem representações e é isso que as caracteriza” (MOSCOVICI, 2009, p. 40). Assim, as representações sociais estão relacionadas com a realidade social e histórica e contribuem para a sua construção. Moscovici desenvolveu uma psicologia do conhecimento, centrando sua atenção na construção do pensamento, na maneira pela qual os indivíduos formam teorias com o objetivo de interpretar o mundo e interagir nele. É grande a diversidade de estudos e formas de aplicação da Teoria das Representações Sociais, sendo ela, em conjunto com outras disciplinas, uma possibilidade para a pesquisa dos fenômenos sociais e psicossociais que envolvem a escola. Novaes, Ornellas & Ens (2017, p. 102) apontam que o desenvolvimento alcançado por essa teoria na psicologia social ultrapassou as fronteiras desse campo e “passou a oferecer a outras áreas, entre elas a da Educação, um aparato analítico que enriquece e expande os estudos”.

As representações sociais estão relacionadas com a realidade social e histórica e contribuem para a sua construção. O estudo da configuração social por meio delas revela a estrutura e os códigos da sociedade na qual os indivíduos estão inseridos, além de possibilitar a análise de seu comportamento frente ao objeto de pesquisa,

pois, segundo Moscovici (2009), as representações são produtos, mas também são processos dentro do contexto das interações sociais. São produtos porque possuem conteúdos organizados em temas que incidem sobre a realidade; e são processos pois se tratam também de um movimento de apropriação dessa realidade. As práticas culturais geram as representações, que, por sua vez, geram tais práticas. Os indivíduos não representam passivamente, eles reconstruem o objeto e por esse processo se situam socialmente, sendo as representações as referências por meio das quais compreendemos o mundo com o qual se relacionam e estão inseridos (NOVAES, ORNELLAS & ENS, 2017). Dessa forma, o estudo das representações sociais possibilita a problematização do cotidiano enquanto campo de produção histórico-social do saber, a problematização do cotidiano escolar e dos aspectos que fundamentam e orientam as práticas, bem como a construção de uma cultura própria.

Psicologicamente, as representações trabalham na adaptação e na inclusão no meio, familiarizando os objetos aos indivíduos e orientando as atividades sociais, transformando-se em posturas frente a essa realidade. Isso porque os indivíduos buscam interpretar, entender e construir o mundo e fazem isso por meio das mediações sociais que geram as representações sociais – essas, por sua vez, influenciam nos processos de mediação em um processo mútuo e expressam o espaço do sujeito na sua relação com o diferente (JOVCHELOVITCH, 2009). A construção de uma cultura escolar baseada no *ethos* de uma ordem religiosa pressupõe um referencial interpretativo e de mediação com o mundo. E, com o conhecimento a ser apreendido, produz representações socialmente construídas.

As representações são o conhecimento coletivo organizado e têm como função convencionalizar os objetos, descrever, classificar e explicar a realidade, comunicar e orientar comportamentos (MOSCOVICI, 2009). As representações não se referem somente ao conteúdo, mas também ao processo da atividade psíquica que implica na apreensão ou na criação da realidade. Elas são desenvolvidas por meio da comunicação e a partir da combinação de conhecimentos socializados, sejam eles científicos, sejam crenças, saberes tradicionais, ideologias ou outros. Por meio de um ato criativo, o indivíduo adquire e organiza seus conhecimentos e suas ideias e interpreta a realidade para, então, agir sobre ela.

Na teoria proposta por Moscovici (2009), a representação é formada por dois mecanismos: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem refere-se à incorporação ou à apropriação do novo ao sistema de categorias familiares com as quais os indivíduos

organizam seu pensamento. A familiarização do objeto com referências preexistentes possibilita a integração e a classificação da representação do objeto em um sistema de valores. A ancoragem institui, assim, o objeto na dimensão cultural e social do grupo – daí o caráter social de uma representação (RODRÍGUEZ, 2004). Ela é, portanto, a familiarização do novo quando o transferimos para nossa esfera particular para o compararmos e interpretarmos, incluindo-o em um sistema do qual temos controle (MOSCOVICI, 2009).

Ou seja, é um processo psíquico de interpretação e representação do conhecimento social que leva à construção do quadro de pensamento do indivíduo com base no coletivo. E essa construção é composta por um sistema que possui elementos centrais e periféricos, sendo que o princípio da organização de uma representação é o núcleo central que “apresenta maior durabilidade e resistência” (ARRUDA, 2002, p. 140). A ancoragem possibilita a percepção dos fatores históricos, sociais e culturais que fazem parte dos esquemas de referência dos indivíduos, no caso do núcleo central deles, e, por esse motivo, é extremamente relevante para a compreensão das representações sociais (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011). É nesse processo que o *ethos dehoniano* adquire importância para compreender as práticas que fazem parte da cultura escolar dos espaços escolares desse grupo, tendo em vista que as representações são objetivadas a partir desse referencial de ancoragem.

A objetivação, desse modo, possibilita tornar real o ancorado e reproduzi-lo em uma ação, uma imagem ou uma opinião. A objetivação une a ideia do não familiar com o real – é a essência da realidade, porque transforma algo abstrato (a ancoragem) em algo quase concreto, transferindo o que está na mente para o mundo físico, social e prático (MOSCOVICI, 2009). Guareschi e Jovchelovitch (2009) apontam que é por meio desse processo que as representações sociais se materializam na vida social e passam a constituir a produção simbólica de uma comunidade.

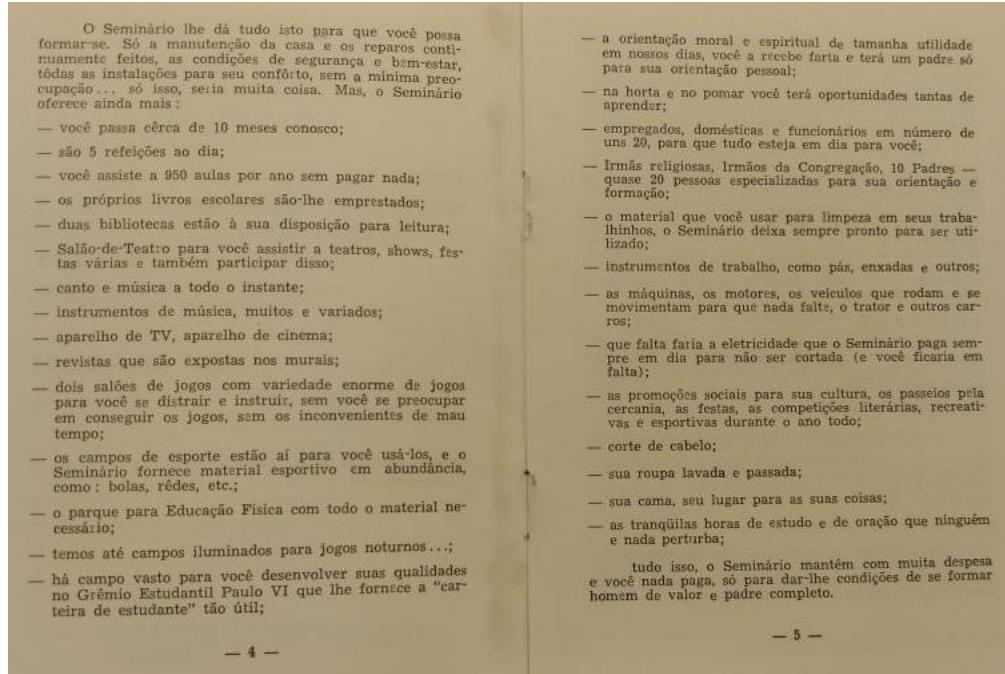
Com base nesse diálogo, pude compreender que o *ethos* ancora as representações sociais, que forjam as práticas, e essas, por sua vez, formam a cultura escolar. Busquei evidenciar, então, aspectos a respeito do funcionamento interno da EASCJ, suas normativas, a operacionalização de suas práticas escolares e o intercâmbio com a sociedade e com a história. E, com isso, pude perceber que os saberes que ali circularam são constituídos nos processos de representações socialmente construídas nesse contexto. A cultura escolar pode ser compreendida

como um movimento, como processo mútuo entre o espaço escolar, o prescrito, o praticado e a sociedade. Esses elementos se conformam uns aos outros, dando origem a características específicas de um espaço escolar determinado, que influencia e é influenciado pelo contexto. A relação entre a EASCJ como espaço escolar e a cidade de Corupá representa essa conexão mútua que se discute na análise da cultura escolar. Diante do exposto, no próximo item avanço com o estudo da cultura escolar da EASCJ, considerando também a circulação das representações sociais desse grupo, que nortearam as práticas e fundamentaram a constituição de uma cultura própria dessa instituição

### 3.2 A CONSTITUIÇÃO DE UMA CULTURA ESCOLAR

O estudo de caso desenvolvido com base nos documentos coletados, conforme anunciado no item 1.5 desta tese, procurei perceber as representações que forjaram o *ethos dehoniano* por meio das práticas escolares em Corupá. O seminário fazia propaganda para atrair os alunos, apresentando as condições modernas e atrativas da instituição. Podemos ver em um material de divulgação como isso era feito: o período de dez meses em que o aluno ficava no seminário, a quantidade de refeições, a estrutura e, entre outras coisas que podem ser vistas na Figura 14, a “orientação moral e espiritual de tamanha utilidade em nossos dias”. Para além de uma estrutura atrativa e a formação geral, o seminário se apresentava como um espaço de formação moral, espiritual, social e cultural. A formação era apresentada como completa para dar as condições do aluno se “formar um homem de valor e padre completo”.

Figura 14 – Propaganda do seminário, década de 1940.



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Outra forma de divulgação da ordem, sua missão e suas casas era a revista *Eco dos Seminários* (Figura 15), periódico das escolas apostólicas e casas de formação da Província Sul Brasileira dos Padres do Sagrado Coração de Jesus. Noticiando atividades desenvolvidas e veiculando aspectos da história da ordem no Brasil, bem como aspectos teológicos, visão pedagógica, e transmissão do carisma, esse periódico buscava se comunicar com pessoas internas e externas à ordem – tanto para conhecimento quanto como forma de alcançar novos candidatos e comunicação com os benfeiteiros, transmitindo o *ethos dehoniano*. Era um passado tido como glorioso, digno de ser contado quantas vezes fosse possível e comemorado, servindo de inspiração para a vocação e a formação dos seminaristas dehonianos. Na década de 1960, a publicação passou a se chamar *Eco Dehonista*, aumentando o seu tamanho, mas mantendo sua estrutura de conteúdo. Nesse periódico foi possível observar também o desenvolvimento das atividades propostas e a relação delas com o regimento interno e os princípios pedagógicos da EASCJ.

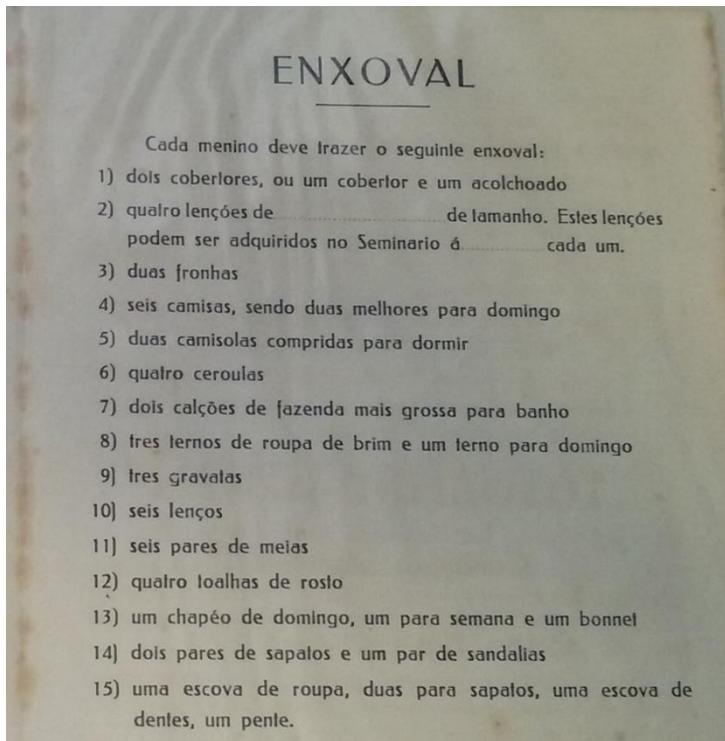
Figura 15 – Capa do periódico *Eco dos Seminários* de junho de 1951



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Durante a pesquisa, encontrei o Prospecto de Admissão no Seminário, documento que apresentava a EASCJ e os requisitos para ingresso, além da lista de enxoval. Os candidatos deveriam ter boa inteligência e bom caráter, ter frequentado escola primária, ter sido batizado e crismado e, ainda, apresentar atestados de saúde e de vacina. No enxoval, como pode ser visto na Figura 16, itens de higiene e cuidado pessoal.

Figura 16 – Enxoval constante no Prospecto de Admissão, década de 1940.



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

A opção por desenvolver este estudo de caso a partir de textos normativos se deu porque eles permitem acesso às práticas, ao funcionamento e às finalidades pretendidas com o ensino, bem como à distância entre a imposição da norma e a prática, apresentando resistências, contradições e inovações dentro do espaço escolar. Em suas propostas, os dehonianos procuram deixar todas as regras e recomendações expressamente claras, com vistas a orientar comportamentos e promover seus valores. Esses documentos são, portanto, fontes importantes para o que tenho discorrido neste trabalho, uma vez que expressam as suas representações, que balizam sua prática, expressas em seu carisma.

O regimento interno mais antigo da escola a que tive acesso, datado de 15 de outubro de 1975, nomina o seminário como Escola Apostólica Sagrado Coração de Jesus (EASCJ), sendo um estabelecimento de ensino eclesiástico para a formação de Ministros do Culto Católico, criado em 17 de janeiro de 1932, e declarado como de utilidade pública no ano de 1970. O capítulo 4º apresenta a entidade mantenedora como a Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, sociedade civil de fins filantrópicos. Os objetivos gerais expressos dessa unidade escolar dos dehonianos eram:

1. Facultar ao educando a descoberta de si próprio como pessoa que se plenifica ao longo da existência na comunidade humana;

2. Habilá-lo para o serviço da transformação do mundo mais justo pelo exercício livre e responsável da cidadania, colaborando com a construção da História com consciência e participação;
3. Qualificá-lo para a integração comunitária e social através da consciência crítica e histórica, bem como do engajamento pessoal;
4. Prepará-lo para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhe permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio, aperfeiçoando-o (ESCOLA APOSTÓLICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1975).

Tratava-se do objetivo expresso de formação integral dentro dos princípios católicos, cultivando a vocação religiosa e buscando criar líderes católicos a serviço da comunidade – líderes que expressassem em suas práticas eclesiásticas o carisma dehoniano. No periódico *Eco dos Seminários*, os seminaristas são apresentados como os rapazes que Deus tocou e que devem ser abrigados em seminários para receber uma educação contínua de seu caráter, sendo o seminário menor apontado como o degrau mais importante de uma caminhada que leva até o altar. Seminarista é, então, apontado como um cargo honorífico dado a quem se prepara para o sacerdócio, um jovem escolhido e agraciado por Deus que deve passar por esse processo de formação para ser luz no mundo.

Outro regimento interno a que tive acesso foi o de 1995, no qual a educação é apresentada como existente:

Em função do homem, visto como pessoa livre, situada, consciente, corresponsável, ser em relação consigo, com o outro, com Deus e com o Cosmo. Assume-o como agente de permanente conquista de si mesmo, sujeito e autor da história, o responsável e artífice principal do seu êxito (ESCOLA APOSTÓLICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1995).

Essa visão pautava os objetivos, que permanecem direcionados para a formação integral dos indivíduos em atividades que equilibrassem os aspectos intelectuais, morais, espirituais, sociais e físicos dos seminaristas. A intenção de criação de um ambiente familiar propício para o desenvolvimento dos meninos e de suas vocações também permanecem, estando o texto do regimento adequado à linguagem da década de 1990: a valorização do aspecto científico da educação, a formação para a democracia e a ideia do ensino centrado no aluno expressa o contexto em que esse documento foi produzido. O Centro Cívico Paulo VI, sobre o qual trato mais adiante, também permanece como uma atividade regimentar desenvolvida na EASCJ.

O regimento expressa a organização administrativa, pedagógica e religiosa que baseava o funcionamento da EASCJ. O regimento de 1975 apresentava a linha de

atuação nos quatro últimos anos do primeiro grau, num total de 720 horas anuais, 180 dias de trabalho escolar efetivo ou 210 dias letivos, incluindo as atividades escolares. O currículo era compartimentado entre a educação geral e a formação especial e seguia os parâmetros da época.

O ensino era gratuito, mas era cobrada a chamada pensão – o valor a ser pago pela permanência no internato em janeiro e em julho –, destinada à manutenção do espaço. Nos relatórios anuais é apresentado que o corpo docente e demais profissionais não recebiam remuneração. Em todos os relatórios anuais consultados está dito que as verbas que a EASCJ recebia tinham origem federal (salário-educação, merenda escolar e bolsas de estudo), estadual e municipal.

Outro documento normativo a que tive acesso foi o regulamento, de 1979, que apresenta em seu texto o objetivo de promover a autodisciplina dos alunos. Esse regulamento indica os objetivos pedagógicos da Província Brasileira Meridional dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, entidade mantenedora da EASCJ, que se referiam à “formação global que procura desenvolver de modo harmonioso e progressivo todas as dimensões da existência humano-cristã: física, intelectual, social, cívica, moral e espiritual” (ESCOLA APOSTÓLICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1979, p. 2). Os chamados seminários menores, como a proposta inicial da EASCJ de formação de primeiro e segundo graus, tinham como intenção fomentar a vocação, preparando os alunos para essa formação religiosa, direcionando-os para a missão, compreendendo o mundo em que estavam inseridos. Seria um período de amadurecimento humano e cristão, “desenvolvendo-lhe a capacidade de decidir com ponderação e julgar com justiça acontecimentos e pessoas” (ESCOLA APOSTÓLICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1979, p. 12). O regulamento também discorre sobre a disciplina espiritual e apresenta os caminhos que os alunos deveriam seguir em sua formação espiritual. Formando moral e espiritualmente, a EASCJ pretendia enviar ao mundo indivíduos portadores de seu carisma, propagando seus ideais e representações.

O regulamento apresentou-se como rica fonte de identificação e representações sociais dos dehonianos a respeito da formação dos indivíduos, postas em práticas na EASCJ e que forjaram nesses rapazes o *ethos dehoniano*. A respeito da formação social, o regulamento da EASCJ (1979, p. 7) apresenta a visão de que o homem é ser social por natureza e, por esse motivo, deve aprender a viver com seus semelhantes – os alunos, então, eram instruídos a inspirar seus relacionamentos “na caridade que

é respeito e aceitação do outro". Deveriam ser respeitosos, gratos, delicados no trato com as situações complexas, generosos, solidários, cooperativos, educados com as visitas, comportados dentro do espaço comum e silenciosos dentro de sala de aula.

Tinham como recomendação proposta no regulamento de que estavam ali para estudar e de que o aperfeiçoamento intelectual era visto como uma maneira de servir melhor à comunidade. As disciplinas constantes no primeiro regimento da EASCJ eram agrupadas por áreas: Comunicação e Expressão (língua nacional, francês, latim, educação artística); Estudos Sociais (história, geografia, educação moral e cívica, organização social e política do Brasil, educação religiosa); Ciências (matemática, ciências físicas e biológicas, programa de saúde e higiene); e Práticas (educação física, agrícolas, industriais, comerciais). Na grade curricular de 1978 a 1982, conforme a Figura 17, é possível observar a distribuição das disciplinas.

Figura 17 - Grade curricular da EASCJ entre 1978 e 1982

Atividades, áreas de estudos disciplinas, conteúdos	10 GRADE CURRICULAR					
	6a série		7a série		8a série	
	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA
Língua Nacional	05	72	05	170	05	170
Francês	x	x	03	102	04	136
Latim	05	170	04	136	04	136
Ed. Artística	02	68	02	68	02	68
História	02	68	02	68	02	68
Geografia	02	68	02	68	x	x
EMC	02	68	x	x	02	68
OSPB	x	x	x	x	x	x
Educação Religiosa	02	68	02	68	02	68
Matemática	05	170	05	170	04	136
Ciências + Programa Saúde	02	68	02	68	02	68
Educação Física	03	102	03	102	03	102
Iniciação desportiva	04	136	04	136	04	136
Natação	03	102	03	102	03	102
Jogos de mesa	03	102	03	102	03	102
Horticultura	05	170	05	170	05	170
Práticas						
Reflorestamento						
Modelagem em gesso	02	68	02	68	02	68
Trabalho em madeira	02	68	02	68	02	68
Mecanografia	x	x	03	102	02	68
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>1666</b>	<b>52</b>	<b>1768</b>	<b>51</b>	<b>1734</b>

NB. Os cálculos foram feitos tomando-se por base 34 semanas/aula.

30 aulas semanais são dadas no período matinal; as outras aulas e atividades são desenvolvidas no período vespertino.

O estabelecimento mantém sistema de internato.

Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

As aulas de ciências eram um encargo do Irmão Luiz Gartner, que desenvolvia com os seminaristas atividades práticas relacionadas ao viveiro, à taxidermia e também de pesquisa do entorno do seminário. Em uma foto de 1936 (Figura 18), ele aparece de jaleco branco com um grupo de alunos fazendo um passeio de estudos na localidade de Braço Esquerdo. Passeios de estudo, retiros e visitas eram coisas comuns no cotidiano da EASCJ – em consonância com os princípios de formação integral e visão crítica do contexto em que viviam.

Figura 18 - Passeio de estudos ao Braço Esquerdo, 1936



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Os conteúdos dos programas lecionados na disciplina de história eram muito similares aos que são estabelecidos pelos parâmetros curriculares atualmente. Mesmo com algumas variações, conforme o professor que estivesse responsável pela disciplina, os conteúdos eram divididos em etapas no ginásio: História do Brasil (primeira série ginasial); História da América (segunda série ginasial); História Geral Antiga e Média (terceira série ginasial); e História Geral Moderna e Contemporânea (quarta série ginasial).

As práticas de educação física incluíam iniciação desportiva, natação, jogos de mesa e atletismo. As atividades agrícolas eram horticultura, fruticultura, reflorestamento e jardinagem – desenvolvidas nos seguintes espaços: horta, pomar, viveiro, jardim e parque, no cuidado com as flores, orquidário e nos lagos. A atividade

com orquídeas é uma tradição de Corupá e, na época, ocorriam exposições dessa espécie nas dependências do seminário, como se pode ver no registro de 1972 (Figura 19).

Figura 19 - Exposições de orquídeas, 1972



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Nas práticas industriais, os alunos aprendiam modelagem em gesso e trabalhos em madeira. E, nas comerciais, datilografia. O currículo geral buscava dar conta de múltiplas habilidades necessárias ao “homem de valor” que o seminário queria formar – e ainda havia a formação religiosa.

As atividades práticas estavam relacionadas com a sustentabilidade da EASCJ, não apenas como subsistência, mas também para a manutenção da instituição. No regulamento, apresentam o trabalho como forma de desenvolver forças físicas, obter lucros, demonstrar gratidão com os que investem na manutenção do seminário e um gesto sacerdotal. Uma dessas atividades era a fábrica de lajotas (Figura 20), idealizada pelo Pe. Vilberto Gianisini, onde eram produzidas lajotas para o uso do seminário.

Figura 20 - Fábrica de lajotas, 1973



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Em relação às práticas agrícolas, funcionava na EASCJ o Clube Agrícola Padre Dehon, do qual tive acesso a algumas atas. O clube valorizava o trabalho e organizava as atividades de manutenção e melhorias relacionadas aos aspectos naturais do seminário. Os seminaristas deveriam se envolver com a subsistência da EASCJ se ocupando de atividades como o plantio e a colheita de alimentos, como pode ser observado na Figura 21, que registra a colheita de aipim em 1932, supervisionada pelo então reitor, Pe. Geraldo Spettman.

Figura 21 - Colheita do aipim, 1932



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

A EASCJ desenvolvia um programa anual das atividades escolares, planejando os objetivos, os meios para alcançá-los, os responsáveis e a época do ano em que ocorreriam. O zelo administrativo e pedagógico por parte da direção e do corpo docente expressa o que era exigido dos meninos, como mencionado a respeito do regulamento: dedicação total em tudo que fizessem e, se preciso, que fosse feito novamente. Entre os objetivos:

- Aprofundar a vivência evangélica e a opção vocacional;
- Favorecer a opção pessoal;
- Incentivar os pais a favorecer o crescimento dos alunos;
- Desenvolver a formação intelectual;
- Criar condições de aperfeiçoamento;
- Criar ambiente familiar de comunhão e participação;
- Promover a consciência missionária;
- Apresentar o carisma Dehoniano;
- Promover a integração entre educandos e educadores. (PROGRAMA, 1979).

As atividades relacionadas a esses objetivos abrangiam o seguimento ao programa da EACSJ, ao currículo e às atividades religiosas (missas, celebrações, orientações individuais), visitas às famílias dos alunos, atividades de integração, como os退iros anuais, cumprimento de horas de estudo extraclasse, formação docente, promoção do diálogo entre os envolvidos na EASCJ, atividades artísticas, estímulo à liderança e outras atividades de formação integral. Tudo isso era o objetivo geral da educação dehoniana no Brasil, procurando desenvolver de modo harmonioso e progressivo todas as dimensões da existência humano-cristã: física, intelectual, social, cívica, moral e espiritual (ESCOLA APOSTÓLICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1979).

Viñao Frago (1998) discute a respeito da temporalidade da escola, como são delineados seus ciclos, níveis de ensino, ritos e avaliações do processo. Também aborda as festas e as férias como abarcadas na percepção desse tempo escolar. A temporalidade escolar na EASCJ pôde ser apreendida a partir de documentos como o Horário Geral da Casa. No Regulamento da EASCJ (1979), no tocante às instruções a respeito do trabalho, é permitido que os alunos não compareçam ao trabalho, desde que justifiquem a ausência e mantenham-se ocupados. O funcionamento do seminário não promovia o ócio, nem o incentivava.

As atividades se iniciavam às 5h45, com o despertar diferenciado para a comunidade religiosa (os adultos) e para os alunos. De manhã, os alunos tinham as aulas regulares e, após o almoço, desenvolviam serviços de casa, jogavam, estudavam, tinham ensaios, realizavam trabalhos manuais e aulas como datilografia.

A respeito desses serviços de casa, o regulamento dá instruções sobre o zelo, o capricho, a busca da perfeição e o trabalho colaborativo – instruindo que repitam o serviço, se necessário, até ficar de acordo e que ajudem os colegas com serviços mais demorados ou difíceis, como o de organização dos dormitórios, que eram coletivos (Figura 22).

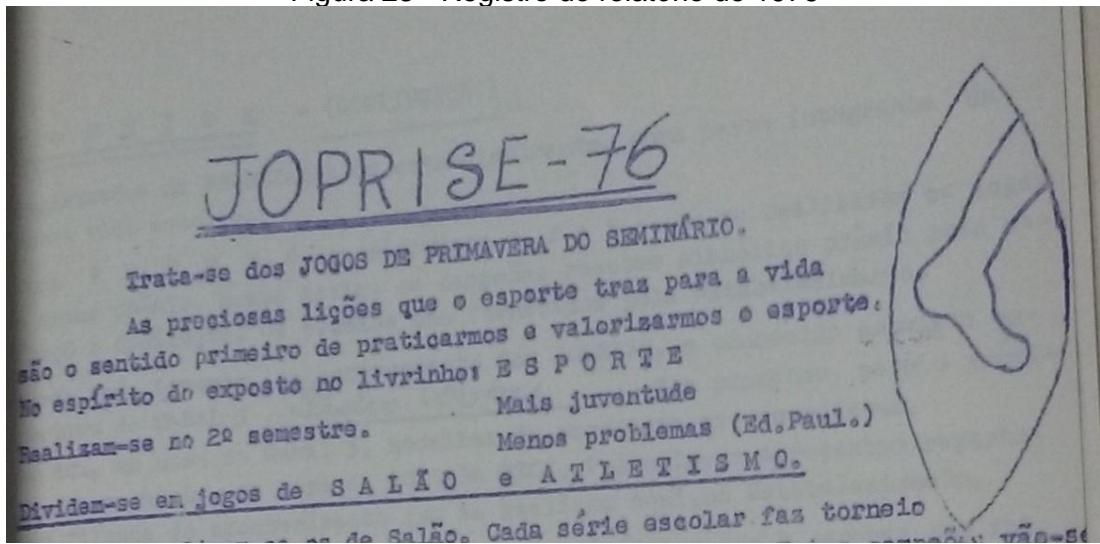
Figura 22 – Dormitórios: sua organização era tarefa dos seminaristas, década de 1940.



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Das 17h às 19h havia religiosos disponíveis para explicações individuais ou coletivas, estudos dirigidos e recuperações. As atividades noturnas estavam direcionadas às práticas e rituais religiosos. O dia se encerrava às 21h45, mas os meninos já deviam estar recolhidos desde 21h15, quando o estudo era facultativo, e deviam deitar. Durante o dia, havia diversos momentos reservados para jogos – os dehonianos valorizavam a prática de esporte. Todo ano ocorriam os Jogos de Primavera do Seminário (JOPRISE), e seus resultados produziam um relatório das atividades e dos vencedores. As modalidades de competição se dividiam em jogos de salão e atletismo: atletismo, natação, pingue-pongue, bolão, tria, peteleca, xadrez, dominó, dama, botão, tênis e espirobol. Os dehonianos viam no esporte uma forma de manter a juventude ativa e longe de problemas, dentro do lema “corpo são, mente sã”. No relatório de 1976, é afirmado que mais esportes estão relacionados a menos problemas (Figura 23).

Figura 23 - Registro do relatório de 1976



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Em seu regulamento, expressam os valores cristãos relacionados à plenitude do corpo como forma de louvor – e é possível perceber isso também na estrutura montada e nos documentos iconográficos que revelam as aulas de educação física e os torneios realizados no seminário. Nesse sentido, instruem sobre a alimentação, indicando que os meninos não deveriam ser exigentes e que precisavam comer verduras, além de que, para a prevenção da saúde, deveriam consultar os médicos nas férias.

Todas as atividades estavam descritas no Horário Geral da Casa (Figura 24), sendo que o dia era todo controlado, inclusive os sábados e os domingos – que eram integralmente dedicados à vida religiosa e à convivência. Os recreios eram vistos como momento de “alegrar-se, participar, promover o bem da comunidade, desenvolver suas habilidades recreativo-sociais, comunicação, coleguismo e exercício da caridade” (ESCOLA APOSTÓLICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1979). A socialização e a fraternidade eram estimuladas, bem como o zelo pelo espaço de convivência, contribuindo para uma perspectiva de formação holística desse indivíduo.

Figura 24 - Horário Geral da Casa, 1982

<u>HORÁRIO GERAL DA CASA</u>	
05h45m	: Levantar (comunidade religiosa)
06h	: Levantar (alunos)
06h10m	: Oração da manhã (comunidade religiosa); <u>meditação</u> em particular.
06h25m	: Oração da manhã (alunos)
06h30m	: Às 2a. feiras: missa; às 3a. feiras: ou missa ou estudo; às 4a. feiras: concelebração; às 5a. feiras: meditação em comum (comunidade religiosa) e terço (alunos); às 6a. feiras: missa; sábado: missa.
07h	: Café
07h45m	: 1a. aula
08h30m	: 2a. aula
09h15m	: 3a. aula
09h55m	: Lanche - recreio
10h15m	: 4a. aula
11h	: 5a. aula
11h40m	: Recreio - chimarrão (comunidade religiosa)
12h	: Oração do meio-dia. Almoço
12h30m	: Recreio: serviço de casa, trabalhos, jogos
14h	: Estudo livre; ensaios, trabalhos manuais, datilografia.
14h45m	: Estudo sério; ensaios, trabalhos manuais, datilografia.
15h30m	: Lanche - recreio: trabalhos, jogos
16h40m	: banho
17h	: Estudo sério
17h40m	: Recreio
17h50m	: Estudo sério
18h45m	: Às 2a. feiras: reunião de revisão (alunos); às 3a. feiras: ou missa ou estudo; às 4a. feiras (1a. e 3a. do mês): exposição, terço e bênção do Santíssimo Sacramento; 2a. e 4a.: terço (alunos) e reunião do conselho de família (com. rel.); às 5a. feiras: celebração; às 6a. feiras: exposição, terço e bênção do SS Sacramento; aos sábados (18h30m): devocão à Nossa Senhora.
19h15m	: Janta - recreio, TV, jogos etc
	2a. feiras: salão, TV, leitura, Trabalhos Manuais;
	3a. e 5a. feiras: só SALÃO
	4a. e 6a. feiras: esporte, leitura, TV
21h	: Oração da noite. às 2a., 3a., e 5a. feiras: meditação.
21h15m	: Estudo facultativo; deitar
21h45m	: Deitar

Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Uma das características marcantes da cultura escolar é a classificação. No caso dos dehonianos, é possível perceber certa ênfase em tal aspecto, materializada nas estatísticas mensais. Eles desenvolviam ranking dos resultados, dividindo em superiores e inferiores à nota cinco e nominando os primeiros colocados, como pode ser visto na Figura 25. O conselho de classe, para discutir os resultados, era mensal também.

Figura 25 - Relatório de Desempenho, abril de 1982

RESULTADOS DE MARÇO-ABRIL					
SÉRIES	Acima de 5,0	%	Abaixo de 5,0	%	Total de alunos
8a. SÉRIE	31	88,6%	4	11,4%	35
7a. SÉRIE A	11	39,3%	17	60,7%	28
7a. SÉRIE B	24	80%	6	20%	30
6a. SÉRIE A	8	25,9%	23	74,1%	31
6a. SÉRIE B	5	16,7%	25	83,3%	30
6a. SÉRIE C	10	38,5%	16	61,5%	26
T O T A L	89	49,5%	91	50,5%	180

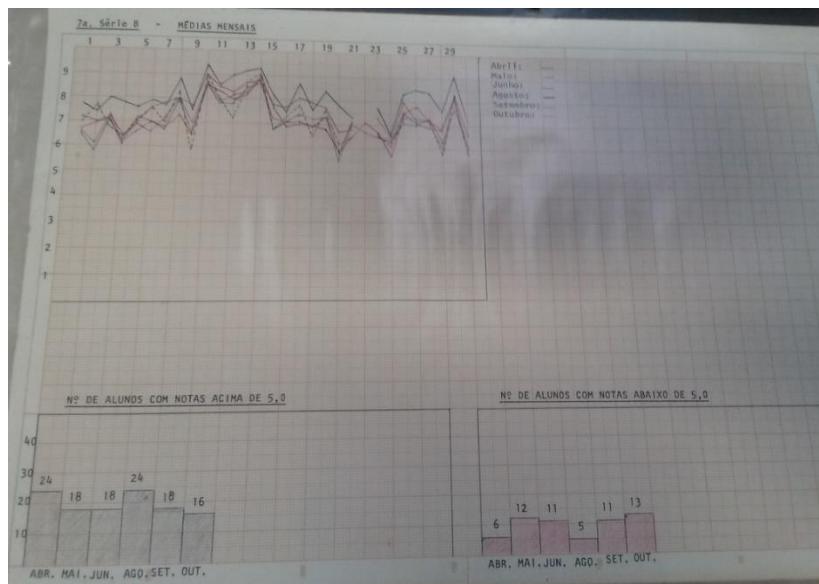
PRIMEIROS COLOCADOS					
8a. Série:	Clóvis César Lanaro	8,7			
7a. Série A:	Jorge Bald	8,8			
	Vilson Henchel	8,8			
7a. Série B:	Jairo Aloisio Bruxel	8,7			
6a. Série A:	Robertinho Baron	7,4			
6a. Série B:	Rogério Valaski	8,2			
6a. Série C:	Márcio Bona	7,8			

Corupá, 25 de Abril de 1982.

Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Como dito, o sistema de avaliação era mensal e as estatísticas também eram construídas para fazer comparações entre os desempenhos mensais (Figura 26). Ao longo do ano, os professores deveriam fazer recuperação constante, além das recuperações gerais que ocorriam no fim de cada semestre para os alunos que não tivessem obtido nota sete. Para a aprovação final, a média era cinco.

Figura 26 - Comparativo de desempenho março x abril de 1932



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Tive acesso ao documento de alteração do Regimento Escolar de 1988, processo que iniciou em 1985 e foi direcionado ao Conselho Estadual de Educação. As motivações apresentadas incluem esse espaço escolar em um contexto geral, apontando que as modificações deveriam ocorrer para deixá-lo em sintonia com os demais estabelecimentos de educação do país, e se referem à troca do sistema de avaliação. O pedido era para que as notas deixassem de ser mensais. A partir de 1988, após aprovação de alteração no regimento, o regime de avaliação de desempenho passou a ser bimestral.

Os documentos demonstram que a gestão do seminário era muito organizada. Além da análise de desempenhos e comparativos, percebi, pelos documentos encontrados, que os dehonianos procuravam documentar e registrar muitos detalhes do funcionamento administrativo da instituição. O número de alunos, de desistentes, os motivos de desistências, as reprovações, tudo se tornava instrumento para análise de dados. E tais dados permitem saber a quantidade de alunos, seus nomes, o desempenho individual e geral. Anualmente eram construídos relatórios destinados à Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, que apresentavam muitos dados a respeito do funcionamento e das atividades da EASCJ. Constam nos relatórios a que tive acesso: carga horária, séries, quantidades de alunos, corpo docente, corpo técnico, dados do estabelecimento, atividades escolares, resultados finais, dados dos alunos, relatórios de desempenho, horário geral e de aulas, atividades esportivas, atividades culturais e de confraternização, visitas recebidas e feitas, atividades cívicas e documentos comprobatórios de alguns desses itens. Os relatórios cumpriam a proposta feita nos calendários anuais, aprovados nas reuniões docentes do início do ano letivo.

No relatório de atividades de 1984, são apresentados, inicialmente, os seguintes dados: nesse ano, a EASCJ manteve a sexta, a sétima e a oitava séries, num total de cinco turmas e matrícula inicial de 146 alunos. Desses, 117 concluíram o ano e 100 foram aprovados. No período matutino, cinco aulas desenvolviam o currículo regular. À tarde, eram atividades práticas constantes do currículo da EASCJ, quando também eram feitas melhorias no seminário. Eventos culturais e eventos religiosos, os jogos da primavera, a formação cívica, a relação com a comunidade, entre outros assuntos, também são tratados no relatório, demonstrando, assim, que as atividades propostas nos documentos normativos e estabelecidas no planejamento eram, de fato, desenvolvidas.

Os relatórios anuais, no cruzamento com as fontes iconográficas, são de fundamental importância para a compreensão das práticas baseadas nos documentos normativos, expressando em atividades, ações e programas o carisma dehoniano. Os calendários também tornam possível observar vestígios sobre as práticas escolares em relação aos documentos normativos. Nos calendários constam informações sobre a campanha da fraternidade, aniversários de pessoas importantes – tais como o Pe. Dehon, em 14 de março –, celebrações de datas religiosas e cívicas, quantidade de dias letivos por mês e os encontros e reuniões da EASCJ. Eram realizados encontros de formação dos professores, bem como eram acompanhadas constantemente, por meio dos conselhos de classe e demais reuniões docentes, as atividades pedagógicas. Na Figura 27, o registro de uma reunião do corpo docente no início do ano letivo de 1951, composto exclusivamente por homens – lembrando que, no decorrer da trajetória da EASCJ, alguns professores leigos<sup>9</sup> atuaram.

Figura 27 - Reunião do corpo docente em 1951



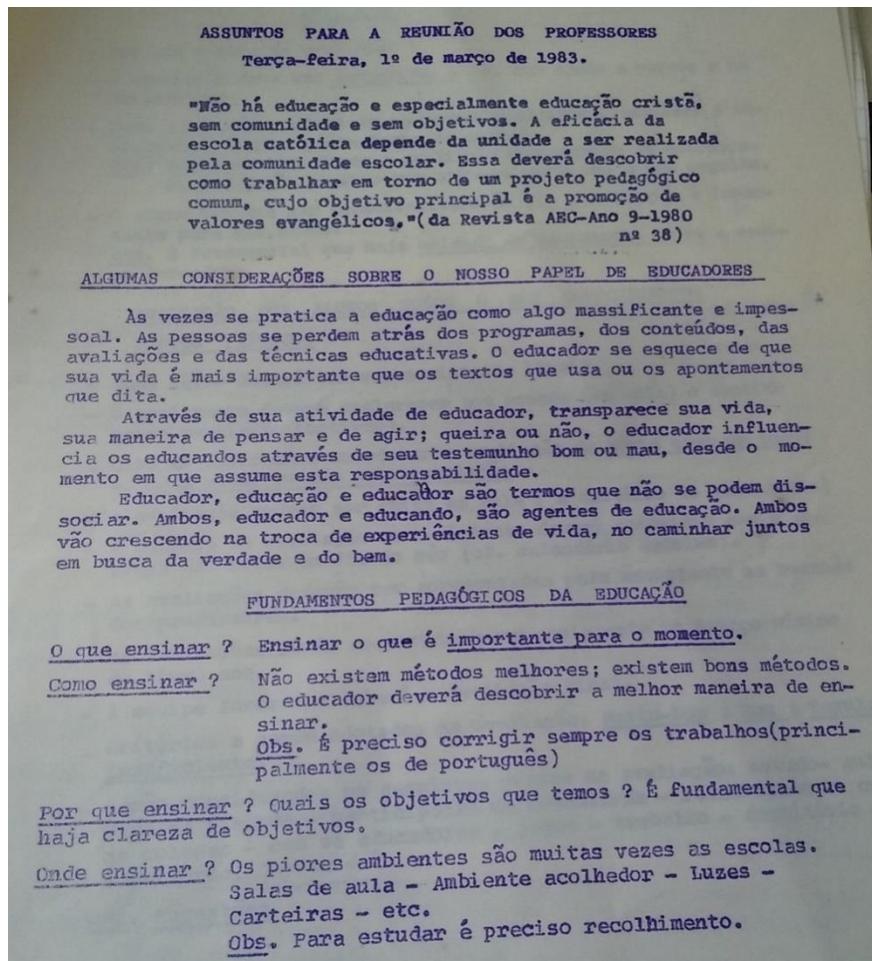
Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Percebi, por meio das chamadas e das pautas para as reuniões, que a formação pedagógica dos religiosos professores era objeto de grande atenção por parte da direção. Na chamada para a reunião do início do ano letivo de 1983, o papel dos

<sup>9</sup> Que não eram padres, tinham formação secular e lecionaram na EASCJ.

educadores e os fundamentos pedagógicos da educação estavam na pauta, como pode ser visto na Figura 28.

Figura 28 - Pauta de reunião docente, março de 1983



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

As decisões relativas aos aspectos pedagógicos da EASCJ eram colegiadas – o horário geral, o calendário escolar, a distribuição de atividades, o horário das aulas, as atividades de abertura do ano letivo, os temas de reflexão para atividades espirituais com os alunos, as estatísticas, as avaliações, entre outros itens, figuram entre os assuntos constantes nas pautas de reunião docente, como nas de março de 1983 e 1984 e de fevereiro de 1985. Tive acesso a atas de reuniões pedagógicas, e esses assuntos e a forma como eram tratados me fazem lembrar (e muito!) das reuniões pedagógicas que frequento atualmente. Além dos temas já indicados, disciplina, avaliação comportamental, análise das notas, reflexão sobre as propostas

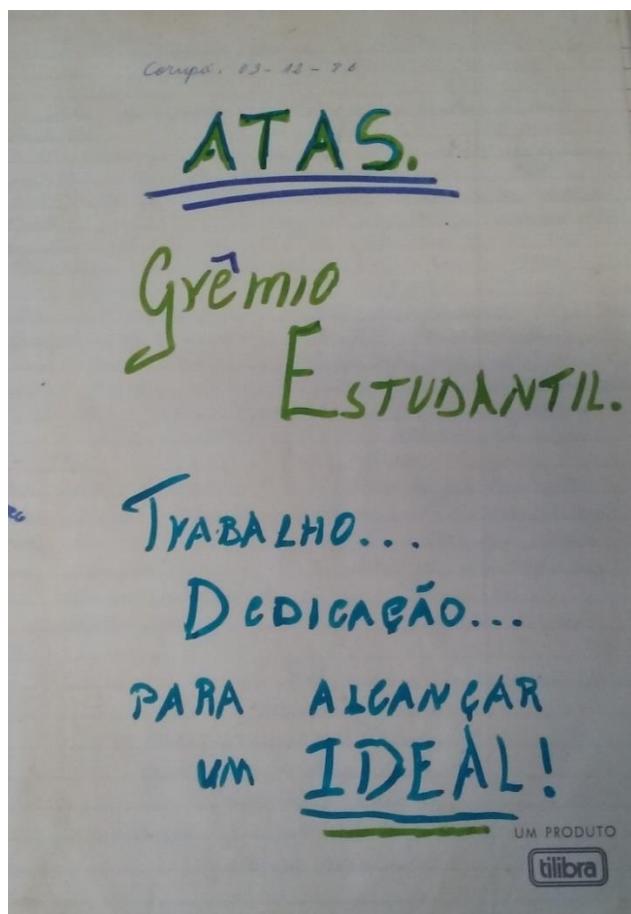
em relação às práticas, aprovações de final de ano, entre outros assuntos, ainda fazem parte da rotina de uma instituição escolar.

Um dos documentos encontrados é um texto produzido para uma palestra sobre meios de comunicação e a escola, apresentando a importância dos meios de comunicação, demonstrando, no decorrer do texto, a análise do contexto e a preocupação em sintonizar as novidades a serviço da fé. A preocupação apresentada no texto era a de conectar o Seminário com as novidades para atrair os jovens, mas baseando essas novas questões nos princípios cristãos.

A busca por atrair a juventude e conectá-la com o mundo em que os meninos estavam inseridos a partir de uma educação integral se concretizou em diversas atividades, entre elas o Grêmio Estudantil Paulo VI. A educação integral foi uma grande tendência nos séculos XIX e XX, presente praticamente simultaneamente na obra de diversos teóricos, como Bakunin, Spencer, Pestalozzi, Froebel e Dewey. Não foi possível estabelecer qual dessas referências influenciou os dehonianos, mas percebe-se que eles estavam conectados com essa tendência a nível global.

Fundado em 25 de novembro de 1966, o grêmio tinha como finalidade completar a formação cultural e intelectual com atividades extracurriculares. Tinha por objetivo desenvolver o senso de responsabilidade social nas relações mútuas, bem como servir como instrumento de integração entre os alunos “num movimento único e homogêneo a serviço próprio e da coletividade a que pertencem” (GRÊMIO, 1966). A capa do livro de atas de 1986 apresenta um dos ideais norteadores dessa entidade: trabalho e dedicação para alcançar um ideal (Figura 29).

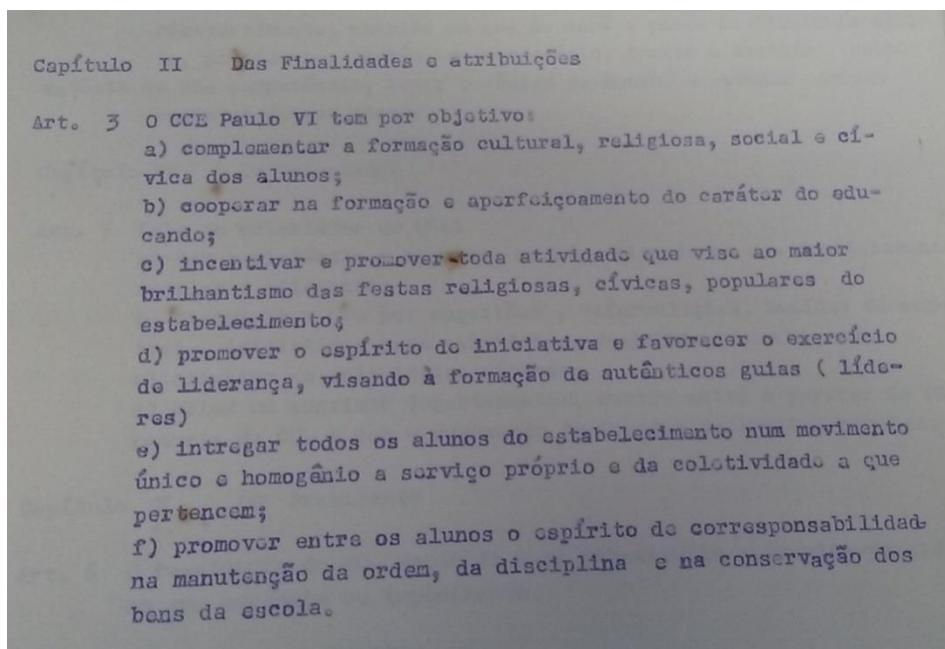
Figura 29 - Capa do livro de atas do Grêmio Estudantil Paulo VI, 1986



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Posteriormente, essa entidade passou a ser denominada Centro Cívico, mencionado no estatuto da EASCJ de 1975, mas ainda chamado de grêmio estudantil. O Centro Cívico era constituído de representantes do corpo discente, docente e da direção e tinha como objetivo expresso no regimento interno da instituição a "formação de brasiliidade, o exercício da cidadania democrática e o fortalecimento dos valores morais da nacionalidade" (ESCOLA APOSTÓLICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1975). O Centro Cívico era responsável por incentivar a integração do seminário com a comunidade local, promovendo atividades cívicas, culturais e sociais dentro e fora dele. As finalidades (Figura 30) do Centro Cívico expressam a busca em proporcionar uma formação holística com vistas a cumprir a missão de formar líderes forjados no carisma dehoniano, principalmente no tocante à formação de lideranças.

Figura 30 - Excerto do Regimento do Centro Cívico, 1975.



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

A proposta de Centro Cívico da EASCJ estava ligada às Diretrizes para os Centros Cívicos Escolares, da Secretaria de Educação de Santa Catarina – instituições que pretendiam expressamente cooperar na formação do caráter ou aperfeiçoamento do caráter do educando. É preciso lembrar que nesse período o Brasil estava vivenciando a Ditadura Militar, que incidia sobre o currículo escolar. Em datas oficiais e todas as terças-feiras era hasteada a bandeira do Brasil em cerimônia específica. Além disso, eram realizados concursos literários, atividades culturais e patrióticas.

No regulamento, os dehonianos estimulam o patriotismo, mas consideram que acima de tudo deve estar o bem de toda a humanidade, independentemente de raças, povos e nações. Os alunos, por exemplo, precisavam acompanhar os noticiários para desenvolverem “o sentido de solidariedade humana e cristã” (ESCOLA APOSTÓLICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1979). A ideia de uma comunidade unida pelos laços cristãos – no Sagrado Coração de Jesus – se expressa em documentos assim. As preocupações civis se estendiam ao alistamento militar e ao cadastramento como eleitor – aos 18 anos, deveriam proceder com esses registros, sendo que a permanência no seminário incidia sobre adiamento de incorporação ao serviço militar.

Os desfiles cívicos são outra questão com a qual os dehonianos se preocupavam bastante. Nos desfiles cívicos da Semana da Pátria e no aniversário do município a

EASCJ sempre esteve presente. Essa inserção na comunidade, inclusive já foi tema de exposição (Figura 31) temporária no Museu Irmão Luiz Gartner, destacando a importância desse momento para a instituição e o apreço com que tudo era preparado – fardas, faixas, instrumentos, coreografias.

Figura 31 - Exposição do Museu Irmão Luiz Gartner sobre os desfiles cívicos



Fonte: Da Autora, 2015.

A Figura 32 mostra o desfile cívico em homenagem ao cinquentenário de Corupá, no dia 7 de julho de 1947.

Figura 32 - Desfile cívico do cinquentenário de Corupá, 1958.



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Para os momentos cívicos na cidade, no próprio seminário e demais festividades internas, a EASCJ tinha uma fanfarra. Também eram construídos carros alegóricos temáticos, tradição de Corupá. No desfile de 7 de setembro de 1972, o seminário homenageou o sesquicentenário da independência brasileira com um carro alegórico que representava o Pe. Anchieta e os indígenas (Figura 33).

Figura 33 - Carro alegórico em homenagem aos 150 anos da Independência do Brasil, 7 de setembro de 1972.



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

As atividades artísticas expressam os valores dehonianos indicados no regulamento, que apresenta a arte como expressão divina e veículo de comunicação de sensibilidades e de altos valores humanos. As atividades culturais envolviam apresentações teatrais, shows e sessões musicais, que tinham grande espaço no processo formativo dos seminaristas dehonianos em Corupá. Desde o princípio, a EASCJ tinha sua própria banda, composta por seminaristas de todas as séries (Figura 34).

Figura 34 - A banda da EASCJ em 1932



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Em registro de 1947 (Figura 35), é possível perceber que a banda aumentou de tamanho e sua composição foi incrementada com novos instrumentos, sendo que passou a ser chamada de orquestra em alguns documentos.

Figura 35 - A banda da EASCJ em 1947



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

É interessante observar, por meio do acervo fotográfico, como a banda acompanhou a história da música. Na década de 1970, guitarras, teclado e bateria se faziam presentes, bem como o estilo de calças e os cortes de cabelo estavam sintonizados com a moda que vinha da música (Figura 36).

Figura 36 - Banda da EASCJ em 1974



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

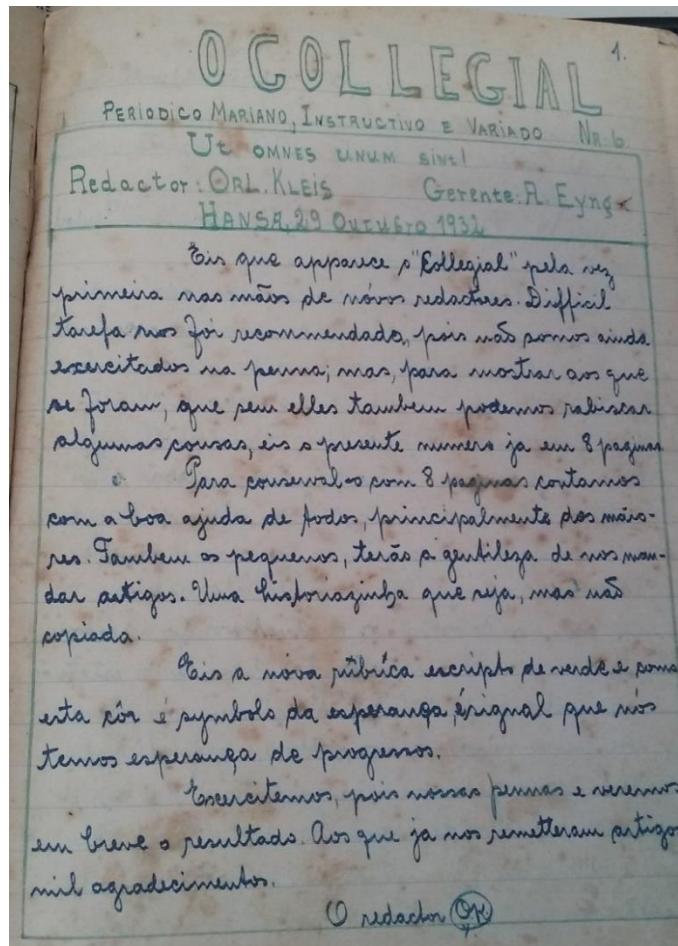
O teatro também tinha um espaço importante entre as atividades culturais da EASCJ. Anualmente, eram produzidas peças com o desenvolvimento de cenário, figurino, entre outras coisas que tornavam as apresentações um momento esperado pelos alunos e que recebia espaço especial nos relatórios. Na Figura 37, um registro da peça *O menestrel da morte*, desenvolvida em 1950.

Figura 37 - Peça *O menestrel da morte*, 1950.



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Outra atividade identificada a partir dos documentos é a comunicação por meio de jornal escolar, chamado de *O Collegial*, que se apresentava nos editoriais como a viva expressão da alma do seminário. A comunicação, o desenvolvimento da escrita, a literatura, a transmissão de informações (notícias externas também apareciam n'*O Collegial*, inclusive com assuntos relacionados à Constituinte de 1946 e à Segunda Guerra Mundial) e temas de interesse dos seminaristas constavam no periódico. Era feita uma primeira versão no livro, onde ficou registrado e, assim, pude pesquisar, e, depois, era feita a reprodução para circulação. Num tom de diálogo e com uma proposta de periodicidade mensal, *O Collegial* (Figura 38) foi criado em 1932, bem no início da EASCJ. Em 1939, passou a se chamar *O Seminarista* e, em 1940, foi denominado *Ideal*. Mas não foram publicações contínuas, pois em algumas das edições pesquisadas comenta-se sobre períodos em que o jornal não foi produzido, apresentando e discutindo os possíveis motivos.

Figura 38 – O *Collegial*, outubro de 1932.

Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Tenho utilizado as fotografias encontradas no acervo do Museu Irmão Luiz Gartner como fonte de ilustração dos dados e informações que encontrei nos documentos. Isso porque os dehonianos registravam diversos detalhes do seu cotidiano, de comemorações, da estrutura da EASCJ, entre outros objetos de registro. Algo que me chamou a atenção foram os registros das salas de aula, que deixam perceber que na década de 1930 os alunos sentavam-se de dois em dois, em carteiras feitas de madeira dispostas em fileiras (Figura 39).

Figura 39 - Sala de aula, 1932.



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Na década de 1970, é possível identificar que as cadeiras eram individuais e que eram realizadas atividades em grupos, como pode ser visto na Figura 40 – foi em carteiras similares a essas que cursei o primeiro grau, na cidade de Pomerode, na década de 1990. No entanto, não identifiquei nenhum tipo de cartaz pedagógico ou similar, uma vez que se tratava de uma instituição com laboratórios, horta, museu e diversos outros espaços que possibilitavam o contato dos alunos com esses estímulos.

Figura 40 – Estudo de grupo, 1972.



Fonte: Acervo do Museu Irmão Luiz Gartner, 2015.

Um fator do processo formativo do qual os dehonianos se esmeravam era a comunicação com o mundo externo ao seminário, especialmente no estabelecimento de uma comunicação com as famílias que, para a EASCJ, enviavam seus meninos. A Associação de Pais e Mestres tinha por objetivo aproximar a relação dos pais com a instituição, organizando as visitas dos pais à instituição e de um representante do seminário nas férias à casa dos alunos, além de enviar mensalmente os resultados e correspondências gerais. Essa associação também era responsável pelo cuidado para averiguar possíveis desistências e agir no sentido do aconselhamento entre pais e alunos. Nos dias atuais, esse ainda continua sendo um fator importante do processo formativo e de delineamento delicado em função das demandas da contemporaneidade, mas que fundamenta o sucesso do processo formativo.

A partir do exposto, é possível evidenciar os aspectos da cultura escolar dos dehonianos na EASCJ em Corupá, percebendo em seus documentos normativos e nos documentos que testemunham as práticas a expressão das representações sociais que fundamentam o que chamo de *ethos dehoniano*. Seus documentos têm um discurso uníssono, que exprime essas visões de mundo que fundamentam sua prática pedagógica e inclusão na sociedade em que estavam inseridos, produzindo, assim, uma cultura própria irradiada para toda a sociedade, tanto na cidade quanto nos lugares em que os seminaristas foram desempenhar a sua vocação (CHERVEL, 1990).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tomar a cultura escolar dos dehonianos como objeto de investigação, pretendo, neste estudo de caso, contribuir com a produção interdisciplinar sobre o patrimônio educativo. Ao buscar identificar a cultura escolar do Seminário do Sagrado Coração de Jesus, em Corupá, percebi que poderia unir as discussões dos campos da História da Educação ao do patrimônio cultural ao problematizar a cultura escolar *como* um patrimônio imaterial da escola. A tese que defendo neste trabalho, então, é de que a cultura escolar é um patrimônio simbólico relativo à educação, que encontra na materialidade e nas práticas a sua objetivação.

O estudo e a compreensão dos processos relacionados ao patrimônio educativo a partir de uma abordagem interdisciplinar podem constituir um importante referencial para a reflexão, a salvaguarda e a preservação desses bens, dos saberes e tradições relacionados. Acredito que o patrimônio imaterial resultante dos processos de escolarização faça parte das discussões sobre as experiências escolares e que seja evidenciado pelas pesquisas, tendo em vista o seu impacto nas práticas das instituições escolares. As práticas desenvolvidas no interior de uma escola refletem a cultura em que estão inseridas e também agem sobre essa cultura, resultando, daí, uma cultura própria.

Estudar a respeito do patrimônio educativo é um meio para refletir sobre os processos de escolarização na contemporaneidade, discutindo a respeito do papel da escola na formação das novas gerações e no impacto que isso tem para a cultura da sociedade. As práticas e as representações que basearam outros métodos de ensino podem ser contrapostas aos métodos atuais, bem como o impacto das relações estabelecidas no cotidiano escolar em relação às vivências posteriores pode ser analisado. O olhar direcionado ao passado da escola nada mais é do que a busca de referenciais e experiências que auxiliem a contemporaneidade. Ao investigar a cultura escolar dos dehonianos, por exemplo, por diversas vezes me vi refletindo sobre a minha prática pedagógica e a das instituições às quais estou ligada.

A partir da relação com o seminário de Corupá, tive contato com o carisma dehoniano, que me levou a compreender que existe um *ethos* desse grupo, que é refletido em seus símbolos, em suas atividades educacionais e na forma como as desenvolveram, além de seus bens patrimoniais no estado catarinense. Considero que a cultura escolar desenvolvida em Corupá ancora as representações sociais,

fundamenta a imaterialidade do patrimônio educativo dessa ordem e direciona suas práticas. Os dehonianos marcaram profundamente a história das cidades em que se instalaram, por isso, ainda fazem parte do cotidiano desses municípios e seus bens compõem o patrimônio cultural reconhecido. No entanto, os aspectos simbólicos de sua presença demandam uma perspectiva de estudo como a que apresentei neste trabalho.

Portanto, desenvolvi um estudo interdisciplinar sobre a cultura escolar dos dehonianos em Corupá no período em que o Seminário Sagrado Coração de Jesus funcionou como instituição de ensino básico (1931-2002), com o objetivo de discutir o conceito de patrimônio educativo. Considero que o *ethos dehoniano* está intimamente ligado com a cultura escolar da ordem, abrindo espaço para reflexões sobre aspectos da imaterialidade de seu patrimônio educativo.

Para isso, apresentei os percursos pessoal, profissional e teórico percorridos no decorrer do processo de doutoramento, bem como os caminhos teóricos e de análise que se delinearam durante o processo, desenvolvido na intersecção dos campos de História da Educação e patrimônio cultural. A narrativa construída foi resultante das informações a que tive acesso (historiografia, obras produzidas pela ordem sobre si mesma e documentos relativos à EASCJ), assim como das construções teórica e metodológica escolhidas. Os documentos, bens e artefatos resultantes dos processos de escolarização são indicadores de um saber fazer da cultura escolar, que acredito poder ser pensada como um patrimônio educativo.

Analisei documentos normativos, no entrecruzamento com outras fontes, buscando evidenciar aspectos da cultura escolar da EASCJ e construindo uma narrativa que procurou identificar de que forma o *ethos dehoniano* se materializou nas práticas da instituição, produzindo, assim, uma cultura própria, que extrapolou o currículo e influenciou o contexto em que o seminário estava inserido.

Os dehonianos investiam muito na comunicação, tanto por meio dos periódicos internos e externos quanto pelas atividades de formação, pelo processo de prospecção de novos alunos e pelos documentos normativos. Todas as oportunidades de disseminar suas representações eram aproveitadas, tendo sido fundamentais para a consolidação da cultura escolar dehoniana. No caso dos documentos normativos, os que tive acesso apresentam um discurso uníssono a respeito dos objetivos da missão dehoniana em formar sacerdotes. Essa missão se concretizava em instituições escolares voltadas para a formação integral dos meninos que por ali passavam –

formações espiritual, física, social, moral, científica e cultural, formando *homens de valor*, que levassem adiante os preceitos e a visão do fundador.

A exímia organização, seja dos documentos e do funcionamento da casa, seja dos processos pedagógicos ou de sua comunicação com o mundo, exprime o zelo, ou inculcação, dos dehonianos, o que também era exigido de seus alunos. A organização era a base para que todo o processo formativo se desenvolvesse dentro do esperado, sendo que as situações específicas eram observadas e cuidadas, inclusive num contato próximo com a família, evitando desistências sem antes serem observados os motivos.

Os dehonianos demonstravam, em seus documentos, acreditar que a educação que estavam oferecendo possibilitaria a transformação do mundo por meio da atuação dos seus egressos, ensinando-os mais do que religião. A formação básica pretendia fundamentar o acesso aos recursos técnicos e científicos para compreensão do mundo, bem como a sua instrumentalização a serviço da sociedade, aperfeiçoando seu meio a partir do carisma religioso. As atividades cívicas, por sua vez, tinham por objetivo formar indivíduos conscientes do seu papel como cidadãos, estimulando-os à liderança e à inserção efetiva no contexto do qual faziam parte, cumprindo a legislação do período.

O acolhimento dos meninos distantes de suas famílias em um ambiente familiar e dialógico estava diretamente relacionado com uma disciplina rígida e que buscava forjar no caráter deles a formação integral, pautada na autodisciplina e na boa convivência. O contato com os diversos tipos de conhecimento, principalmente em relação à natureza, com a lida na horta e no pomar, o viveiro, o jardim, o orquidário e os lagos da EASCJ, era promovido por meio de práticas pedagógicas guiadas. O sustento vinha da terra e com ela um sacerdote deveria saber lidar.

Além das atividades agrícolas, as industriais e comerciais também constavam nas práticas que os alunos deveriam dominar – mais do que um cidadão apto a atuar na sociedade, visavam formar um sacerdote que seria capaz de guiar sua comunidade. E enquanto o processo de formação acontecia, os meninos mantinham-se ocupados e produtivos, com uma rotina rigorosamente especificada e controlada.

O esporte despontava como um dos grandes investimentos dos dehonianos – em Corupá, a estrutura que foi construída para a sua prática chama a atenção! Cuidar do corpo e socializar eram preocupações relacionadas com o cuidado da alma e do intelecto dos seminaristas, que se tornavam seres humanos saudáveis de corpo e

mente, fraternos no tratar e disciplinados na conduta – características inculcadas nos indivíduos que passavam pela EASCJ. Já as artes como forma de fruição, entretenimento, integração e atuação vocacional demonstravam o caráter humanístico da educação dehoniana, assim como as práticas desenvolvidas na EASCJ apresentavam uma escola conectada com o mundo em que estava inserida. As apresentações artísticas também eram um meio para integração entre o seminário e a cidade de Corupá, bem como para recepcionar visitas ilustres.

O civismo era estimulado por meio das atitudes inculcadas e das disciplinas constantes no currículo, além das atividades como o grêmio estudantil, formando líderes convededores dos aspectos sociais e históricos e capazes de agir sobre isso. Inseridos em seu contexto, colaboravam para o desenvolvimento da sociedade e também sua transformação dentro dos princípios nos quais estavam sendo formados. Nesse sentido, o periódico interno também era um instrumento não apenas de comunicação e entretenimento, mas de formação e transformação por meio da transmissão de representações. Mais do que formar um sacerdote convededor da teologia cristã, os dehonianos queriam formar integralmente esses sacerdotes, fornecendo conhecimentos técnicos e científicos do mundo natural ao seu redor, das questões profissionais e sociais, fazendo-os entrar em contato com as situações para, a partir dessa experiência, forjarem seu conhecimento.

E nos documentos foi possível perceber que aquilo que eles pretendiam para a formação do seminarista eles próprios cumpriam. Acredito que isso explica a sincronia de todos os documentos e discursos que testemunham as práticas desse espaço. As suas práticas estavam firmemente inscritas em suas representações, e não existia modo de agir diferente desse que quisessem desempenhar. Por esse motivo, dedicavam-se tanto a transmitir essas representações por meio da transmissão do *ethos dehoniano* em todas as práticas desempenhadas em torno da proposta pedagógica que desenvolveram.

O estudo de caso dos dehonianos possibilitou que fosse identificado como o *ethos* se materializou por meio das práticas. Nesse sentido, estudar a trajetória dos dehonianos em Santa Catarina e conhecer o carisma de seu fundador e, por consequência, da ordem, possibilitou a compreensão do *ethos* desse grupo, bem como a construção de relações desse conjunto de crenças, valores, hábitos e práticas com a cultura escolar desenvolvida pela ordem e que refletiu na constituição histórica e cultural da cidade. A análise da cultura escolar dos dehonianos se construiu no

sentido do que propõem Vidal e Schwartz (2010), que afirmam que o valor da cultura escolar reside em oferecer índices para a compreensão da ação dos indivíduos na história, especialmente em relação aos processos de escolarização.

A partir disso, a categoria de cultura escolar se apresentou como um meio para problematizar como o carisma dehoniano é desenvolvido por meio da cultura escolar, tornando-se parte constitutiva da imaterialidade do legado cultural dessa ordem. Ou seja, por meio da análise da cultura escolar, busquei evidenciar esse *ethos* em suas práticas, tradições, valores e representações – constituindo, assim, o patrimônio imaterial da ordem.

O estudo da cultura escolar dos dehonianos possibilitou identificar os modos de pensar e agir difundidos por meio dos processos formais de escolarização, que retornam para a sociedade pelo trabalho dos seus egressos, formando, assim, o *ethos dehoniano*, que pode ser percebido como patrimônio imaterial. Esse conjunto de costumes, valores e representações sociais dos dehonianos foi objetivado por meio das práticas desenvolvidas e se materializou nos espaços, nos objetos, nos documentos e na forma de se comunicar da EASCJ. O *ethos dehoniano* pode ser compreendido como o conjunto de bens simbólicos dessa ordem, e que demandam estudo, registro e que, sem ter compreensão disso, era difundido largamente através dos meios de comunicação da ordem.

O interesse pelo patrimônio cultural da educação está inserido num regime de historicidade, caracterizado como presentismo, e nas novas perspectivas decorrentes disso sobre a cultura escolar e a materialidade, como artefatos que auxiliam na compreensão da educação e do ensino na contemporaneidade, assim como, por consequência, do desejo pela memória como forma de lidar com o presente. Minhas discussões acerca do patrimônio cultural da escola e as reflexões sobre sua imaterialidade com base na análise da cultura escolar consideram a indissociabilidade entre o suporte de memória e as tradições a ele relacionadas.

Poulot (2009) entende que a noção de patrimônio abrange aquilo que é transmissível e mobiliza um grupo, uma sociedade que se reconhece nesses bens, seleciona-os e busca continuidade por meio deles. Nesse sentido, a população reconhece seus bens a partir de movimentação interna aos grupos ou de estudos realizados externamente e que incidem sobre esses grupos pela pesquisa ou pela educação para o patrimônio. Foi essa movimentação que propus a partir do estudo da cultura escolar dos dehonianos em Corupá, conjugando os campos de História da

Educação e patrimônio cultural, buscando compor tessituras interdisciplinares ao somar cultura escolar e patrimônio educativo.

Atualmente, a atuação do seminário na cidade de Corupá tem se dado com as ações relacionadas ao Museu Irmão Luiz Gartner. Giacomozzi (1999) considera que o Seminário Sagrado Coração de Jesus seja um atrativo socialmente produzido e que se constitui como um dos principais patrimônios do município. É fato que isso é verdade, mas a abertura das instalações do seminário à visitação ocorreu em função de demanda natural. Como vimos, a partir de 1970, o local passou a receber muitos visitantes, quando foi, então, aventada a possibilidade de que isso contribuísse financeiramente com a província. O que se pode perceber na história do seminário na cidade de Corupá é que ele precisou se adaptar aos novos tempos que iam chegando: inicialmente, com a procura turística por esse espaço e, posteriormente, com a busca por uma nova função social, tendo em vista o encerramento das atividades formativas no local.

Este texto não encerrou o caminho percorrido, mas serviu para ampliar os horizontes para novas possibilidades de estudo a partir dele e do material coletado por meio de fotografia dos documentos. Uma das possibilidades de estudo não exploradas por mim neste trabalho refere-se à relação da sociedade com esse patrimônio, sua apropriação e os ecos na constituição identitária dos ex-seminaristas e das pessoas que atualmente se relacionam com a EASCJ. E outra diz respeito a verificar com os ex-seminaristas como essa formação se materializou em suas práticas sacerdotais ou nas demais funções que vieram a desempenhar em sociedade.

Ainda dentro das reflexões que esta pesquisa me proporcionou e que merecem uma discussão mais aprofundada em outros estudos está a discussão contemporânea sobre o que cabe ou não cabe à escola ensinar. As ordens religiosas – como os dehonianos – não cabem numa concepção de escola que seja neutra, pois ensina mais do que o currículo técnico-científico. Os dehonianos, por exemplo, procuraram transmitir um *ethos* – representações de mundo expressas em costumes, valores e práticas que determinavam a ética dos seus seminaristas. Diante disso, problematizar as funções da escola na contemporaneidade a partir de modelos diferenciados pode ser um objeto de pesquisa relevante para abordar essa polêmica que é constante nas escolas hoje em dia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALMEIDA, Angela M.O, JODELET, Denise (Org). **Representações Sociais:** Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas. Brasília: Thesaurus, 2009.

ALMEIDA, Angela M.O.; SANTOS, Maria de Fátima S.; TRINDADE, Zeidi Araújo. (Org). **Teoria das representações sociais:** 50 anos. Brasília: Tecnopolitck/Centro Moscovici, 2011.

ARRUDA, Ângela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 117, p. 127-147, Novembro/2002.

BANDEIRA, Dione da Rocha; ALVES, M. C. Diagnóstico Arqueológico das Áreas de Atividade de Mineração de Areia e Cascalho na Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu – SC. Relatório Final. Joinville: CARUSO JR Estudos Ambientais Ltda 2001.

BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni. Liturgia da memória escolar - Memorial do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha (2002). **Revista Linhas,** Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 49-76 jan./jun. 2014.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou O ofício de historiador. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. **Inclusão social**, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1503/1689> . Acesso em: 26/05/17.

BOURDIEU, Pierre. **Questões da Sociologia.** Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

CABRERA, Cristina Yanes. El Patrimonio Educativo Intangible: um recurso emergente em la museología educativa. **Cadernos de História da Educação.** n. 6 – jan./dez. 2007.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas:** Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CANDAU, Joël. Memória e identidade: do indivíduo às retóricas holísticas. In: **Memória e Identidade.** São Paulo: Contexto, 2011.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 3<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1993.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHERVEL, Andre. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**. N. 2, p.177-229, 1990.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2006

CUNHA, Maria Teresa Santos; CHALOBA, Rosa Fátima de Souza. Apresentação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 4-8, jan./jun. 2014.

CUNHA, Maria Teresa Santos; CHALOBA, Rosa Fátima de Souza. Entre porões e sótãos: O Patrimônio Histórico-Educativo em cena. Entrevista com Maria Cristina Menezes. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 223-249, jan./jun. 2014.

DIRKSEN, Valberto. **Presença e Missão Dehoniana no Sul do Brasil (1903-1913): os pioneiros**. Florianópolis: Lagoa, 2004.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. Perspectiva: São Paulo. 1998

ESCOLA APOSTÓLICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Regimento Interno**. Corupá, 1995.

ESCOLA APOSTÓLICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Regimento Interno**. Corupá, 1975.

ESCOLA APOSTÓLICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Regulamento**. Corupá, 1979.

ESCOLANO BENITO, Agustín. A arquitetura como programa. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO BENITO, Agustín. **Curriculum, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Prefácio. In: GASPAR da SILVA, Vera Lúcia; PETRY, Marília G (Org.). **Objetos da Escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004

FERRARI, Cibele D. P. **A contribuição da teoria das representações sociais para o estudo do patrimônio cultural – o exemplo da Ilha da Rita/SC**. 2013. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC.

FERRARI, Cibele D. P; CARMINATI, Celso João. Patrimônio Cultural da escola: termos e abordagens de um campo em expansão. **Atos de Pesquisa em Educação (FURB)**, v.11, p. 680-700, 2016.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em:<[www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2014.

FORQUIN, J. Claude. **Escola e Cultura**: a sociologia do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993

FRANCO, José Eduardo (dir). **Dicionário Histórico das Ordens**: Institutos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal. Lisboa: Gradiva Publicações, 2010.

GASPAR da SILVA, Vera Lúcia; PETRY, Marília G (Org.). **Objetos da Escola**: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIACOMOZZI JÚNIOR, Gilio. **Do anseio de realização econômica às contradições do turismo em Corupá - SC**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia - Universidade Federal de Santa Catarina), Florianópolis, SC.

GONÇALVES, Janice. História, Tempo Presente e Patrimônio Cultural: Dimensões Contemporâneas do Patrimônio Cultural. In: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista (org.). **Dimensões do urbano. Múltiplas facetas da cidade**. Chapecó: Argos, 2008. p.105-124.

GONÇALVES, Rosângela Cristina. **EE. Dr. Tomás Alves – Histórias e Memórias**. 2011. Dissertação. Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org.). **Textos em representações sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.22, n.36, p.261-273, jul-dez.2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>.

HELLER, Fabiane. **As memórias orais de Corupá/SC, terra dos Xokleng e Kaingang: uma literatura a ser construída a partir dos olhares dos descendentes dos colonizadores**. 2015. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. 34 ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital*. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JABLONSKI, Joice L. **A contribuição da teoria das representações sociais para o estudo da função social dos museus: o “Museu do Seminário de Corupá”.** 2018. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a Vida com os Outros: Intersubjetividade, Espaço Público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org.). **Textos em representações sociais.** 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas. nº 01, p. 09-44, 2001.

KOCH, Dorvalino. **Convento SCJ:** contribuição à história da Província e de Brusque (SC). Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus Província Brasileira Meridional, 1993.

KORMAN, José Korman. **Hansa Humboldt ontem, hoje Corupá.** Corupá, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEDURE, Yves. **Leão Dehon:** fundador da congregação dos padres do Sagrado Coração de Jesus. Tradução Lucas Ignácio Scheid. São Paulo: Paulinas, 1997.

LINARES, María Cristina. El patrimonio intangible en el Museo de las Escuelas. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 33-48, jan./jun. 2014.

MANZONI, Giuseppe. **Leão Dehon – Apóstolo do Coração de Jesus.** Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus Província Brasileira Meridional, 1984.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. Sísifo: Revista de Ciências da Educação, n.1, p. 71-84, 2006.

MOGARRO, Maria João. Património educativo e modelos de cultura escolar na História da Educação em Portugal. **Cuestiones Pedagógicas**, 22, 2012/2013, pp 67-102.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais:** Investigações em Psicologia Social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MUNHOZ, Regina Helena. **Educação Matemática e Educação Ambiental: Uma Abordagem Sobre o Tema ‘Depredação do Patrimônio Escolar’ em uma Instituição de Ensino Público de Bauru – SP.** 2008. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência – Universidade Estadual Paulista – UNESP.

NOVAES, Adelina; ORNELLAS, Maria De Lourdes; ENS, Romilda Teodora. Convergências teóricas em representações sociais e seu aporte para o estudo de políticas docentes. **Revista Diálogos Educativos**. Curitiba v. 17, n. 53, p. 999-1015, 2017.

OLIVEIRA, José Fernandes de. **João Leão Deon**: o profeta do verbo ir / Padre Zezinho. São Paulo: Paulinas: 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura é Patrimônio – Um Guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PALERMO, Gervásio. **Leão Dehon**: pioneiro social. Tradução Raulino Busarello. Florianópolis: do Autor, 2003.

PELLEGRINI, Sandra. C. A. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PERROUX, André. **A renovação social cristã**. Roma: Centro Generale Studi SCJ, 2001.

POSSAMAI, Zita Rosane. Patrimônio e história da educação: aproximações e possibilidades de pesquisa. **Revista História da Educação**. v. 16, n. 36. p. 110-120. 2012.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**, séculos XVIII--XIX: Do monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC**: da gênese às exportações. Florianópolis: [s.n], 1997.

RODRÍGUEZ, Eulogio Romero. (Org). **Representaciones sociales**: atisbos, cabilaciones del devenir de cuatro décadas. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004.

SALVADORI, Maria Angela B. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

SCHLICKMANN, Karina Santos Vieira. **Museu Irmão Luiz Gartner: Um percurso de investigação no acervo taxidermizado de aves e de mamíferos (Corupá/SC 1932-1953)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação - Universidade do Estado de Santa Catarina), Florianópolis, SC.

SCHMITT, Padre José Francisco. **Dehonianos no sul do Brasil**: 100 anos de presença e missão – 1903-2003. São Paulo: Centro Dehoniano de Comunicação, 2003.

SILVA, Deonísio da. **De onde vêm as palavras**: origens e curiosidades da língua portuguesa. 16ª ed. Osasco: Editora Novo Século, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 199 – 221, jan./jun. 2013.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. “**Uma vez normalista, sempre normalista**”: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense:1911-1935). Florianópolis: Insular, 2008.

TERNES, Apolinário. **Joinville, a construção da cidade**. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris: UNESCO, outubro de 2006.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**. V. 20 N. 5 p. 383-386 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves, SCHWARTZ, Cleonara Maria (Org.). **História das Culturas Escolares no Brasil**. Vitória: Edufes, 2011.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, SP, n. 1, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995

VIÑAO FRAGO, Antonio. Memoria, Patrimonio y Educación. **Revista História da Educação – RHE**. Porto Alegre v. 15 n. 34, p. 31-62, Jan./abr. 2011.